REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
Seção II

ANO XXVI – N.º 37 QUINTA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 1971 BRASÍLIA – DF

BIBLIOTECA DO SENADO FEDERAL

# SENADO FEDERAL

## ATA DA 41.ª SESSÃO EM 26 DE MAIO DE 1971

### 1.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

**PRESIDÊNCIA DOS SRS. PETRÔNIO PORTELLA E CARLOS LINDENBERG**

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Renato Franco — Alexandre Costa — José Sarney — Fausto Castello-Branco — Petrônio Portella — Helvídio Nunes — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Duarte Filho — Jessé Freire — Ruy Carneiro — Wilson Campos — Luiz Cavalcanti — Lourival Baptista — Antônio Fernandes — Ruy Santos Carlos Lindenberg — Eurico Rezende — João Calmon — Paulo Tôrres — Benjamin Farah — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — Orlando Zancaner — Fernando Corrêa — Saldanha Derzi — Ney Braga — Daniel Krieger — Guido Mondin.

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — A lista de presença acusa o comparecimento de 35 Srs. Senadores. Há número regimental, declaro aberta a Sessão. Há expediente sôbre a mesa, que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

### EXPEDIENTE

### MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**De agradecimento de comunicação referente a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de prévia aquiescência do Senado Federal:**

— **N.º 104/71** (n.º 139/71, na origem), de 25 do corrente, referente à escolha do Embaixador Leonardo Eulálio do Nascimento e Silva para exercer a função, em comissão, de Embaixador do Brasil junto ao Govêrno da Nova Zelândia, cumulativamente com a de Embaixador junto ao Govêrno da Comunidade da Austrália;

**De agradecimento de remessa de autógrafo de Decreto Legislativo:**

— **N.º 105/71** (n.º 140/71, na origem), de 25 do corrente, referente ao Decreto Legislativo n.º 31, de 1971, que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.158, de 16-3-71;

— **N.º 106/71** (n.º 141/71, na origem), de 25 do corrente. referente ao Decreto Legislativo n.º 32, de 1971, que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.164, de 1.º-4-71;

— **N.º 107/71** (n.º 142/71, na origem), de 25 do corrente, referente ao Decreto Legislativo n.º 33, de 1971, que aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.165, de 1.º-4-71;

**Remetendo autógrafos de projeto de lei sancionado:**

— **N.º 108/71** (n.º 153/71, na origem), de 25 do corrente, referente ao Projeto de Lei Complementar n.º 1, de 1971 (CN), que institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural, e dá outras providências (projeto que se transformou na Lei Complementar n.º 11, de 25 de maio de 1971).

### PARECERES

**PARECER**
**N.º 65, DE 1971**

DA COMISSÃO DIRETORA

**Sôbre o Requerimento n.º 69, de 1971.**

**Relator: Sr. Clodomir Millet**

A Comissão apresenta o Parecer sôbre o Requerimento n.º 69, de 1971, de autoria do Senador João Cleofas, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso proferido pelo Ministro do Tribunal de Contas da União e ex-Senador Mem de Sá, na oportunidade da manifestação que lhe foi tributada na Guanabara, a 10 de maio de 1971. — **Petrônio Portella**, Presidente — **Clodomir Millet**, Relator — **Carlos Lindenberg** — **Ney Braga** — **Guido Mondin** — **Duarte Filho.**

# EXPEDIENTE

## SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

ARNALDO GOMES
SUPERINTENDENTE EM EXERCÍCIO

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**
SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

**ASSINATURAS**

| Via Superfície: | | Via Aérea: | |
|---|---|---|---|
| Semestre ..... | Cr$ 20,00 | Semestre ..... | Cr$ 40,00 |
| Ano ..... | Cr$ 40,00 | Ano ..... | Cr$ 80,00 |

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares


ANEXO AO PARECER
N.º 65, DE 1971

"Sôbre o Requerimento n.º 69, de 1971."

Com fundamento no art. 234, do Regimento Interno, o eminente Senador João Cleofas solicita a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do discurso proferido pelo Ministro do Tribunal de Contas da União, ex-Senador Mem de Sá, na oportunidade da manifestação que lhe foi tributada na Guanabara, dia 10 de maio corrente.

O discurso do ex-representante do Rio Grande do Sul vale pelo seu apuro literário, pelo seu otimismo e pelo seu conteúdo cívico.

Nessa sua fala de agradecimento à homenagem que lhe prestaram, Mem de Sá, com leveza, graça e bom humor, continua sendo o fino político que sempre foi e, como político, apela dos brasileiros, de todos os partidos, para uma união em prol do desenvolvimento do País.

Não esquece, porém, o ex-Senador sulino, de precisar os têrmos em que se devem associar os brasileiros, para a construção de um Brasil melhor: tudo há de ser feito em função dos ideais da democracia, pelos quais tanto batalhou o Partido Libertador, reduto dos maragatos; a cuja grei êle pertenceu.

Não esqueceu, também, de recordar os compromissos ideológicos da Revolução, no que tange à busca de uma ordem nacional de existência em que, em última instância, seja o homem — meta de tôda política — situado em sua condição de pessoa humana.

Assim, tratando-se de um discurso cheio de sentido cívico, porque nêle se procura, sempre, valorizar o político, como elemento fundamental na construção da pátria, opinamos pela aprovação do Requerimento n.º 69.

**PARECER**
**N.º 66, DE 1971**

DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 63, de 1970 (n.º 162-A/70, na Casa de origem).**

**Relator: Sr. Filinto Müller**

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 63, de 1970 (n.º 162-A/70, na Casa de origem), que aprova o Acôrdo Básico de Cooperação Técnica entre o Govêrno da República Federativa do Brasil e o Govêrno do Reino dos Países Baixos, firmado na cidade do Rio de Janeiro, em 25 de setembro de 1969.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1971. — **Danton Jobim**, Presidente — **Filinto Müller**, Relator — **José Lindoso.**

ANEXO AO PARECER
N.º 66, DE 1971

"Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 63, de 1970 (n.º 162-A/70, na Casa de origem)."

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos têrmos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, ....., Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
N.º , DE 1971

"Aprova o Acôrdo Básico de Cooperação Técnica entre o Govêrno da República Federativa do Brasil e o Govêrno do Reino dos Países Baixos, firmado na cidade do Rio de Janeiro, em 25 de setembro de 1969."

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1.º** — É aprovado o Acôrdo Básico de Cooperação Técnica entre o Govêrno da República Federativa do Brasil e o Govêrno do Reino dos Países Baixos, firmado na cidade do Rio de Janeiro, em 25 de setembro de 1969.

**Art. 2.º** — Êste decreto legislativo entra em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

**PARECER**
**N.º 67, DE 1971**

DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

**Redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1967 (n.º 303/67, na Casa de origem).**

**Relator: Sr. Filinto Müller**

A Comissão apresenta a redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1967 (n.º 303, de 1967, na Casa de origem), que reforma decisão do Tribunal de Contas da União, proferida em 9 de agôsto de 1966, denegatória de registro de contrato e seu têrmo aditivo, celebrado entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Montor-Montreal Organização Industrial e Economia S/A.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1971. — **Danton Jobim,** Presidente — **Filinto Müller,** Relator — **José Lindoso.**

ANEXO AO PARECER
N.º 67, DE 1971

"Redação final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 13, de 1967 (n.º 303/67, na Casa de origem)."

Substitua-se o Projeto pelo seguinte:

"Reforma decisão do Tribunal de Contas da União, proferida em 9 de agôsto de 1966, denegatória de registro de contrato e seu têrmo aditivo, celebrados entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Montor-Montreal Organização Industrial e Economia S/A."

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1.º** — É reformada a decisão denegatória do Tribunal de Contas da União, proferida em 9 de agôsto de 1966, para efeito de aprovar o contrato de 25 de maio de 1966 e seu têrmo aditivo de 12 de julho de 1966, celebrados entre a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e a Montor-Montreal Organização Industrial e Economia S/A.

**Art. 2.º** — Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PARECER**
**N.º 68, DE 1971**

DA COMISSÃO DIRETORA

**Sôbre o Requerimento n.º 68, de 1971.**

**Relator: Sr. Guido Mondin**

A Comissão apresenta o Parecer sôbre o Requerimneto n.º 68, de 1971, de autoria do Senador Ruy Santos, solicitando transcrição, nos Anais do Senado, da Carta "Octogesimo Adveniens", de Sua Santidade Papa Paulo VI.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1971. — **Petrônio Portella,** Presidente — **Guido Mondin,** Relator — **Carlos Lindenberg — Ruy Carneiro — Ney Braga.**

ANEXO AO PARECER
N.º 68, DE 1971

"Sôbre o Requerimento n.º 68, de 1971."

Requer o eminente Senador Ruy Santos, na conformidade do art. 234, do Regimento Interno, seja transcrita, nos Anais do Senado, a Carta "Octogesimo Adveniens", de Sua Santidade Paulo VI.

**II** — Reconheça-se, de pronto, a felicidade da iniciativa do ilustre Requerente da Bahia, pois a Carta Apostólica, objeto de seu requerimento, constitui um dos mais notáveis documentos políticos do século vinte, por isso mesmo fadado a ter, no mundo, a mesma repercussão que tiveram as encíclicas "Rerum Novarum" de Leão XIII, "Quadragesimo Anno", de Pio XI, "Mater et Magistra", de João XXIII e "Populorum Progresso", do próprio Paulo VI, tôdas elas valendo como verdadeiros caminhos na busca de uma ordenação realmente justa e humana das sociedades.

**III** — A Carta define a nova doutrina social da Igreja, e o faz numa hora decisiva para a humanidade, eis que o mundo passa por transformações profundas e radicais.

Há como que uma nova era em gestação, prestes a vir à luz, e é nesse momento raro que se faz ouvir a palavra do Chefe da Igreja Católica.

**IV** — Segundo os postulados da "Octogesimo Adveniens", "o cristão tem o dever de participar, também, êle, na busca diligente de um tipo de sociedade democrática, na organização e na vida da sociedade política".

Já nessa definição de atitudes, a Carta esclarece ao cristão que não mais pode êle contentar-se em **crer,** precisa ir além, precisa **realizar** a sua crença e nela **realizar-se.** Ou seja: o cristianismo, hoje, há de ser não apenas compreendido e propagado, mas, também, vivido e praticado.

Urge que o cristão compreenda que o cristianismo não é, sòmente, uma doutrina religiosa, mas, também, uma filosofia, uma compreensão política e uma vivência social.

Por isso, diz Paulo VI, "o cristão não pode, sem se contradizer a si mesmo, aderir a sistemas ideológicos ou políticos que se oponham, radicalmente, ou nos pontos essenciais, à sua fé e à sua concepção de homem, nem à ideologia marxista, ou ao seu materialismo ateu, ou à sua dialética da violência... nem à ideologia liberal, que vêm exaltar a liberdade individual, subtraindo-a a tôda limitação, estimulando-a com a busca exclusiva do interêsse e do poder".

Essas palavras do Sumo Pontífice devem ser meditadas pelos cristãos brasileiros, muitos dos quais colocam a religião de um lado e a vida de outro e ficam, sem leme e sem rumo, ao sabor do jôgo de fôrças políticas contrárias.

A nova Epístola papal mostra a necessidade do engajamento do cristão, que, na vivência do cristianismo, há de ter um procedimento político equidistante do individualismo liberal, egoista e cético, e do marxismo coletivizante e ateu.

Alguns cristãos, insuficientemente instruídos da doutrina do Mestre, enfileiram-se nas hostes socialistas, e Paulo VI, reconhecendo êsse fato, os adverte e os chama à razão: "Os cristãos, hoje em dia, sentem-se atraídos

pelas correntes socialistas e pelas suas diversas evoluções..."

Apela, por isso, o Sumo Pontífice, para que o cristão se ponha acima das diversas correntes políticas, mas não deixe de ser político, ou seja, ressalta a necessidade de, em seu procedimento, face às diversas correntes de opinião, afirmar-se segundo o sistema de valôres que o cristianismo representa, dizendo: "Contornando todo e qualquer sistema, sem por outro lado deixar de se comprometer concretamente ao serviço dos seus irmãos, o cristão deve se procurar afirmar, no âmago mesmo das suas opções, aquilo que é, especificamente, da contribuição cristã, para uma transformação positiva da sociedade".

Depois de tocar nesse ponto de vital importância para a reformulação estrutural das sociedades em têrmos realmente humanos, adverte Paulo VI que "as ideologias mais revolucionárias não têm como resultado senão uma mudança de patrões: instalados por uma vez no poder, êstes maus patrões rodeiam-se de privilégios, limitam as liberdades e instauram novas formas de injustiça".

Essas palavras nos recordam a Revolução Francesa, processada em nome da igualdade, da liberdade e da fraternidade, mas que, vitoriosa, a burguesia no poder, esta, como um de seus primeiros atos, proibiu os operários de se organizarem em associações.

Prosseguindo, Paulo VI, traçando ao cristão o seu caminho político, manda-o "tomar a sério a política, nos seus diversos níveis".

Tomar a sério a política, eis o grande dever de todos nós, cristãos ou não. É o que nos falta. Sim, falta-nos não apenas **entender**, mas também e, sobretudo, **praticar** a política em sua verdadeira acepção de ciência do Estado ou de arte de governar. Porque só dentro dêsse entendimento nos será possível organizar o Estado de modo a que êle se constitua, efetivamente, num instrumento do bem comum.

Em suma, dentro dessa alta compreensão das coisas e obediente a êsses princípios, o Chefe da Igreja aborda, no documento em análise, os temas básicos da sociedade no mundo moderno.

Os totalitários da esquerda e os da direita, bem como os liberais, hão de reagir ferozmente contra essa Carta Apostólica, mas os cristãos nela terão, doravante, o ponto de apoio para sua ação política, tão reclamada, nesta hora em que o mundo, materializado, está se esvaziando de seu conteúdo humano.

Sintetizando: a **Octogesimo Adveniens**, em que Paulo VI expõe a renovação da doutrina social cristã, é um documento formidável, destinado a revolucionar o mundo e, assim pensando, opinamos favoràvelmente ao Requerimento n.º 68, de 1971.

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — O expediente lido será publicado.

**O Sr. Nelson Carneiro** — Peço a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Nelson Carneiro, como Líder.

**O SR. NELSON CARNEIRO (Como Líder da Maioria. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, tive a honra de, por sete anos consecutivos, representar, na Câmara dos Deputados, o nobre povo baiano. E grande parte das votações que me conduziram à outra Casa do Congresso resultou da solidariedade dos que trabalham na zona cacaueira, que vive hoje um momento de graves apreensões aqui já referidas pelos nobres representantes da Bancada do meu Estado natal.

É do meu dever, Sr. Presidente, na ausência de um representante da Minoria eleito por aquêle Estado, consignar nos Anais da Casa as apreensões dos que labutam naquela região, na esperança de que melhores dias venham a coroar os seus esforços e servir as suas esperanças.

Traduzindo êste ambiente, o **Jornal do Brasil** de hoje publica, sob o título "Cacau em Crise", os seguintes comentários:

> "Passa a cacauicultura baiana por uma grave crise econômica. O baixo preço do cacau, aliado ao confisco cambial elevado, mal chega para cobrir, nesta safra, as despesas de produção. Nota-se um quadro geral de desânimo nos municípios ligados à esta cultura que, em 1969, proporcionou ao País divisas da ordem de 150 milhões de dólares. O endividamento do pequeno e médio lavrador é uma realidade que se reflete no comércio estagnado, no volume de títulos protestados e de falências. O problema é complexo e tem origem remota. No fundo, a gerar vários aspectos negativos, está o fenômeno crescente da descapitalização do produtor. O Govêrno mostra-se atento e vem procurando corrigir deformações antigas através de um organismo, a Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira — CEPLAC. Mantida com recursos fornecidos pela própria lavoura de cacau, esta Comissão se entrega a um programa integrado de pesquisa, extensão, crédito, ensino, revenda de materiais e insumos agrícolas. Uma das mais recentes preocupações da CEPLAC é realizar na região cacaueira sul-baiana um levantamento sócio-econômico capaz de apontar novas diretivas que alicercem soluções duradouras. Os males da monocultura seriam naturalmente diluídos na diversificação de atividades econômicas, mas êste objetivo reclama prazo longo que a crise circunstancial não pode esperar. Urge, no momento, a soma de esforços, no âmbito dos órgãos representativos da cacauicultura, a fim de tirá-la do seu estado de emergência.

Os recursos da CEPLAC, formados por uma contribuição cambial de 15% incidente sôbre as exportações, quando em forma de amêndoas, e de 5%, quando em forma de derivados do cacau, sofreram alguns cortes que comprometem o seu programa normal de auxílio à lavoura. Entre êsses cortes, figura um de Cr$ 16 milhões, obtido por industriais e exportadores de cacau, a título de suprimento, o Banco do Brasil. Mais recentemente, a CEPLAC teve de desti-

nar, por ordem superior, Cr$ 3,5 milhões do seu orçamento como contribuição ao cais acostável que se amplia no pôrto de Ilhéus, e para o qual a lavoura cacaueira baiana já contribuíra com uma soma ponderável. Por outro lado, o sistema de quotas de exportação, instituído há pouco tempo, é alvo de queixas dos produtores, que não obteriam através dêle os preços reais correspondentes às cotações do cacau nas bôlsas internacionais.

O esvaziamento da verba da CEPLAC se mostra funesto no instante exato em que a cacauicultura sul-baiana, da qual dependem vastas comunidades, chega ao sacrifício heróico de falar em parcelamento de dívidas ou até mesmo em moratória. É paradoxal que os recursos por ela própria amealhados no interêsse do seu atendimento sejam desviados em benefício de exportadores, industriais e uma parcela mínima de grandes produtores comprometidos em empreendimentos vultosos mas de pouca ou quase nenhuma significação em têrmos sociais.

A assistência técnica à cacauicultura deve ser trocada, nesta conjuntura danosa, por uma assistência financeira direta e imediata ao produtor em apuros. Não pedem os cacauicultores baianos uma solução paternalista, do tipo rotulado como "socialização dos prejuízos." Querem apenas que o subsídio retirado para sua recuperação seja empregado efetivamentemente no esvaziamento de uma crise que assume, a esta altura, proporções merecedoras de socorro urgente."

Essa angústia da zona cacaueira é que trago ao exame do Senado, Sr. Presidente, na esperança de que as autoridades federais acudirão a tão justos reclamos. (**Muito bem!**)

**O SR. PRESIDENTE (Petrônio Portella)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Orlando Zancaner, como Líder da Maioria.

**O SR. ORLANDO ZANCANER (Lê o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ao vir para o Senado Federal, após disputado pleito, em que fui honrado com 1.945.000 (um milhão novecentos e quarenta e cinco mil) sufrágios do povo paulista, o fiz com reverente respeito às tradições desta instituição e à sua inavaliável contribuição, ao longo do Império e da República, ao equilíbrio, à harmonia, ao aperfeiçoamento dos costumes políticos brasileiros e à estabilidade do regime democrático. Se não somos mais — e o tempo, que é generoso tudo consome — o velho Senado, que encantou a juventude de Machado de Assis; somos o colegiado de experiência, de maturidade, de bom senso e de virtudes clássicas, que permitem a convivência de fôrças antagônicas; somos, por isso, no consenso do povo brasileiro, o seu excelso forum de inquietudes e de esperanças, de aspirações e temores; e nêle, sobretudo, se espelha a imagem adulta da Nação.

Lembramos, Sr. Presidente, da concepção de Lincoln, que atribuía ao Senado, fôrça moderadora dos ímpetos da representação política e popular; e no jôgo da democracia representativa, cabe-lhe temperar, nos limites do razoável, os impulsos que a paixão política deflagra.

Senador da República, no início de um mandato, em que me empenharei em exercê-lo, leal às tradições e aos altos objetivos da instituição, trago, em minha alma o entusiasmo de servi-lo, a obstinação de identificar-me com o seu caráter de alta inteligência política da Nação; e com a impertinência de todos os neófitos, ousa dizer que a natureza, e a sensibilidade política do Senado, permitem-lhe, sem apostasias, constante atualização, renovação de métodos e de atuação.

Nesse sentido, Sr. Presidente, o debate político — no complexo sócio-econômico que comporta — pois a Política é, sobre tôdas, a mais nobre das atividades humanas — porque, de seu bom ou mau exercício decorrem o destino ou o perecimento de povos e nações — assume, por natural, o primeiro plano de nossas cogitações. Aceitemo-lo, porque numa instituição, como o Senado, órgão de representação política por excelência, o fato político, e seus desdobramentos, deve ser, na agenda de nossas preocupações, aquêle "punto oro". Nada, de grandioso ou perene, se faz sem o exercício da Política; e mesmo aquêles que, afetando desprezá-la, praticam-na em níveis inferiores.

Então, Sr. Presidente, é hora de indagar, sobretudo àqueles que desejam, como na legenda bíblica, ser convertidos em estátuas de sal, saudosos de irreversível passado, de costas para o futuro, revolvendo o que a História já envolveu no seu crepe, se o Brasil, com a Revolução de 64, projeta-se, ou não, como potência respeitada; se o nosso crédito, outrora envelhecido e escarnecido, é disputado, ou não, pelos centros financeiros mundiais, e pelas agências internacionais de financiamentos e empréstimos; se o comércio exterior da Nação está estagnado, crescendo a níveis vegetativos, ou se estamos conquistando, em têrmos crescentes de presença competitiva, novos e promissores mercados; se a inflação, que tudo corrompia, das finanças do País e das emprêsas, até a economia familiar, está, ou não, sob severa disciplina, e contida nas fronteiras do permissível e razoável numa economia saudável; se a taxa de crescimento do Produto Nacional Bruto, que em 1963 — descambava para o limiar da estagnação, que gerava o desespêro, ou se, em sete anos de Revolução, ostenta, reconhecida internacionalmente, índices que sòmente nações — vanguardeiras de desenvolvimento — já conquistaram; se os setores essenciais da infra-estrutura da nossa economia — aço, petróleo, mineração, petroquímica — estão, ou não, em florescimento, jamais visto, em relação àquela politização, sectária e antibrasileira, que transformara Volta Redonda, a Petrobrás, a Fábrica Nacional de Motores, em "sovietes" da subversão; se a disciplina, e a hierarquia, estrutura dorçal das Fôrças Armadas, condição de sua eficácia, não foram restauradas nos limites das prescrições constitucionais, e dos interêsses da segurança nacional; se não há ordem, para o trabalho; paz social para a produção e lazer; e se o sentimento patriótico, aquêle orgulho de ser brasileiro, arrepio de emoção que sentíamos, desde a infância, não foi revivido, e revigorado, sobretudo, em nossa juventude?

Senhor Presidente; podemos dizer, então, com ufania irrivalizável, que o

Brasil de hoje vive uma das mais fascinantes epopéias, traçando rumos e perspectivas de assombro nos caminhos do oeste, através da marcha transamazônica que, antes de ser um desafio à inteligência e à bravura de uma raça, constitui a certeza da integração de uma das mais ricas regiões do globo a serviço da redenção do homem de setentrião brasileiro e quiçá, diante do fabuloso potencial que ali se oculta, e encontro definitivo do Brasil com a história econômica da humanidade.

As dimensões da vida política e financeira, após gradual tratamento dispensado pela Revolução, a uma e a outra, vem confortando as mais fundadas esperanças de todos na consecução de saneamento completo, expungindo a corrupção e a subversão de todos os seus arraiais e revigorando o poder aquisitivo **per capita** a níveis não cridos. A austeridade no trato da coisa pública, a defesa intransigente de nossos valôres monetários, pois estamos, defendendo a nossa moeda, como defendemos o Pavilhão Nacional, a vigilante atuação da Presidência da República, tangendo para fora das duzentas milhas marítimas os aproveitadores das riquezas de marinhas, convocando, serenamente, todos os Estados, à revisão jurídica e política de alguns princípios de Direito Internacional do Mar, revelam a coragem e a determinação do Govêrno, que não se arreda intimidade ante a complexidade de matérias que incidem sôbre a sua mesa de planejamento e a administração e sabe manejar, com perfeita habilidade, os cordéis que conduzem à opção das linhas prioritárias, sem perder de vista os objetivos permanentes da nacionalidade brasileira.

Essa sintonia geral entre a realidade e o Brasil-Govêrno, êsse encaminhamento de antigas problemáticas nacionais a equações de definitiva solução, sem a preocupação demagógica do efeito de impacto sôbre a opinião popular, eram suficientes para convocar tôdas as consciências e todos os homens de espírito para que viessem conosco sem prevenções, sem preconceitos, sem malquerenças, integrar-se no ingente trabalho de recuperação nacional, munidos apenas de um idealismo para um Brasil melhor, a curto prazo, para esta geração, confiantes no patriotismo desassombrado daqueles a quem a Revolução e o Congresso conferiram e convalidaram o Poder e fiados na capacidade de realização de nosso homem, otimistas da grandeza sem par dêste solo, ubérrimo e rico, domável pela técnica e generoso na produção.

A absorção universitária da juventude, na maior programação de expansão cultural jamais vista neste País e a preocupação de aprimorar o know-how abrindo-o, também para o ângulo dos empreendimentos pioneiros e **pari passu** criando as condições de viabilidade para a iniciativa empresarial, onde antes, de forma singular e esporádica, aparecia o empreendedor estrangeiro, comunicam hoje a certeza da adoção do mais sadio nacionalismo porque, antes de tudo, patriótico, realista e objetivo. E ainda mais — o que é tão importante na filosofia do Govêrno que aí está — a democratização da escola, a democratização da cultura, a democratização da emprêsa, democratizando-se as oportunidades.

No cimo dêste quadro, aqui perfunctòriamente analisado, transitam as linhas políticas, onde o trabalho pertinaz de elaboração de conceitos da nova democracia política desafia a argúcia, esmerilha o talento, e convoca a prudência da elite do pensamento nacional.

Entretanto, o debate político, em que a Oposição tanto se compraz imprimindo-lhe exclusiva natureza política, não pode neste instante desconhecer, na análise da presente conjuntura brasileira, os aspectos, irrecusàvelmente positivos, do regime e dos governos da Revolução de 64. A obsessão contestária, e opor-se, por mero mecanismo de oposição, e a recusa do exame objetivo da nova realidade econômica dêste País, social e administrativa da Nação, não se ajusta à essência, dinâmica e compromissos do regime democrático.

O mundo moderno reclama das instituições parlamentares, e, nelas, nova missão das correntes de opinião que as integram nas nações genuinamente democráticas já se fizeram as necessárias reformas do parlamento. Não desejo, neste lance, alongar-me na recordação da revisão constitucional da V República Francesa, que de Gaulle marcou com seu gênio e vontade, em que nem mesmo a elaboração da ordem do dia, das casas legislativas, lhes fôra conservado, e sim deferida ao Chefe do Poder Executivo.

O que pretendo, Sr. Presidente, é tão-sòmente assinalar que as instituições representativas, como o Senado não prescindem do regime de partidos políticos sem, contudo, a multiplicidade artificial de ficções e siglas; e tampouco dispensar a atuação da Oposição, que, ao final — e a Revolução de 64 assim o quis — exerce função que a própria Revolução lhe delegou, a de fiscalizar a vida pública e administrativa do País. E creio não ser outro o pensamento dominante nesta Casa, e do próprio Sr. Presidente Médici, cuja atuação, na liderança nacional da vida política, e na condução dos negócios administrativos, tem sido exemplarmente moderada, atenta aos debates e decisões do Congresso, e com propósito de que se revestiu de solene compromisso de reconduzir a Nação à sua plenitude democrática.

Alude-se, muitas vêzes, na imprensa escrita e falada, à crise do Poder Legislativo, e até publicistas de renome ousam radiografar-lhe as causas.

Na realidade, não há crise de caráter institucional. Existe, isso sim, um sôpro de renovação que abala as velhas estruturas do liberalismo político que ainda persiste em consagrar anacrônicos princípios que valeram historicamente para a Convenção Francês de 1789 ou para os congressistas de Filadélfia mas, que, no mundo moderno estão literalmente superadas, esbatidas pelo confronto de uma realidade política e social inteiramente diversa na pressa com que a História no século XX escreve os episódios nacionais internacionais.

No mundo inteiro, é visível a constante adaptação do poder de legislar às exigências ditadas pela celeridade com que devem ser elaboradas as leis a fim de conferir às casas legislativas instrumentalidade indispensável à rapidez de suas decisões. Se o Poder Executivo é dotado de competência e iniciativas no campo estrito da ela

boração do direito objetivo é porque possui condições e organicidade de funcionamento que lhe permitem, mais que o Legislativo, tomar decisões, em certas matérias, num prazo tão mais curto que seria menos da metade do tempo que a maior redução de prazos a que fica submisso o Congresso poderia realizar e, ainda assim, sem sacrifVicar, nem sequer comprometer, a eficácia da providência.

A modernização do poder de legislar, dentro da esquemática clássica proposta por Montesquieu, ingere, sem dúvida, na revisão da partilha das competências e no conceito da competência residual que é deixada pelo legislador constituinte às condições das Unidades da Federação. Mas, seguramente, não é esta a principal alavanca de readaptação das Casas Legislativas à realidade estuante e apressada da segunda metade do século XX. Cada modêlo de democracia se particulariza, ou mesmo se peculiariza, por determinada e específica facêta que está sofrendo condicionamento político e histórico momentâneo. Na formidável democracia norte-americana, ciosa de sua forma federativa, sobreveio o **Federal Act** que longe de desvirtuá-la apenas redistribuiu competências numa transposição necessária de concentração de algumas nas mãos da União e de outras, compensatórias para as unidades federadas, todavia, segundo um inegável senso de realismo político e administrativo, em face das necessidades internas da grande nação e em atendimento às específicas exigências com que a grande república do Norte deveria suportar problemas de natureza externa.

Entre nós, a democracia federativa sempre trouxe para o debate legislativo as grandes linhas da política e sempre o fêz através do exercício tribunício da palavra oralizada. Pode dizer-se que esta tem sido a conotação singularmente expressiva de nossa democracia política, que não está em crise, que não sofreu, pelas suas Casas Legislativas, abalo de índole institucional mas, seguramente, reflete alguma inquietação, pois procura reencontrar-se novamente, e não pode fazê-lo jamais revivendo os clássicos discursos do passado.

A crise, ou o seu espectro, assombram tantos quantos se preocupam com o renascimento do Legislativo para aquela condição do passado de todos os seus grandes momentos históricos, qual seja, a de representar verdadeira acústica dos anseios políticos da alma brasileira, dando-lhe a vazão e a forma verbal, na qualidade do seu mais autêntico intérprete porque legitimado na opção cívica do voto.

Ouso, Senhor Presidente, arriscar a diagnose: o que está em crise é a palavra nos debates parlamentares. O tempo do discurso "está diminuído", em face da pressão dos fatos e de novas concepções e técnicas de promoção do desenvolvimento político, econômico, social e cultural de um povo.

O que é relevante, essencial e contributivo, é a instrução objetiva, documental, contraditória, crítica e projetiva dos assuntos que são submetidos à nossa decisão, ou à análise da problemática em que se debate o País e que se faz presente, cotidianamente, na agenda de nossas preocupações.

É significativamente singular que nos parlamentos totalitários, os discursos são intermináveis, e o são precisamente porque substituem, na impostura do regime de partido único, a objeção, a contradição e a contribuição investigadora. Nesse sentido, Sr. Presidente, o discurso parlamentar, num mundo em que predomina a tecnologia, e em que a retórica não é mais ciência de Estado, se não está em declínio, não mais corresponde, como finalidade em si mesma — o discurso pelo discurso —, às exigências que a Nação, e o próprio regime democrático, impõem às instituições representativas.

Por isso, Sr. Presidente, um nôvo método de trabalho crítico, em que a Oposição exerça tôdas as franquias no cumprimento de sua missão, deve predominar, òbviamente não se excluindo, nem se obstando, o gôsto, tão pessoal da retórica, àqueles que a cultivam. Em verdade, pois, o que importa, é o mérito da contribuição, e não o simples debate, que inflado ao extremo da pomposidade, levou o povo, por vêzes, a julgar-nos, numa ótica injusta, mas de aparência convincente, como falastrões inconseqüentes.

Ainda, o Senado Federal — alicerçado na austeridade de suas tradições —, tem, na presente quadra política, não só a responsabilidade de Câmara Alta, nas lindes constitucionais de suas atribuições e competências; mas, e sobretudo, a do exemplo de capacidade de renovação de métodos de trabalho, de modernização; e de abertura através de pesquisa e informação, às preocupações prospectivas do povo cuja representação federativa dos Estados democràticamente nos confiou.

Congratulo-me, portanto, com V. Exa., Sr. Presidente, pelo anunciado propósito de modernizar o Senado Federal, conciliando, em feliz conjunção, a experiência, a inteligência e o patriotismo, de tão eminentes homens públicos, que honram esta Casa, com a introdução de novos procedimentos de instrução de nossas decisões.

Sòmente assim, o Senado poderá responder ao desafio do desenvolvimento brasileiro, e a modernização do Executivo, que se processa com natural celeridade. E contribuir para restabelecer, ao final do mandato do terceiro Govêrno da Revolução, a plena vigência de nossas instituições democráticas.

A confiança popular no Presidente Médici, árbitro da vida política e administrativa da Nação, por legítima delegação revolucionária, convalidada pelo Congresso Brasileiro, mas não arbitrário; governante de autoridade, mas não autoritário; homem austero, mas generoso e compreensivo; com aprêço às instituições parlamentares; com serena energia, sem ultrapassar os limites da lei, detendo a agressão terrorista, justifica a certeza de que, cumprindo o Senado sua transcendente tarefa, nesta egrégia circunstância histórica da vida nacional, seremos dignos da hora presente.

Senadores da República, que representamos, em suas virtudes, e também deficiências, o povo brasileiro, sem discriminações ou preconceitos, fiéis ao nosso Estado, mas acima de tudo, com fidelidade à Pátria brasi-

leira, edifiquemos, num esfôrço conjunto dos partidos políticos, preservadas suas autonomias, o nôvo Senado, voltado para o futuro, e inspirado nas horas de grandeza de que todos nos orgulhamos.

**O Sr. Benjamin Farah** — Permite-me V. Exa. um aparte? **(Assentimento do orador.)** Estou ouvindo com atenção e com arrebatamento a oração de estréia de V. Exa., que nos está causando a melhor das impressões. Estamos identificando, em V. Exa., um companheiro que traz, do grande Estado de São Paulo, a pujança daquele povo. Sei que V. Exa. há de ser digno do mandato que o Estado Bandeirante lhe confiou.

**O SR. ORLANDO ZANCANER** — Muito grato a V. Exa.

**O Sr. Benjamin Farah** — Sua oração, nobre colega, é para nós, da Oposição, mensagem de esperança. V. Exa. nos está conclamando à participação e nós queremos participar. Temos, por esta Casa, o maior respeito. Admiramos os homens do presente e veneramos aquêles grandes Senadores do passado com os quais não podemos competir. Realmente, não oferecemos ao Senado contribuição literária; não lhe vamos dar lustro algum, brilho algum — tenho certeza — com a nossa oratória. Mas queremos trabalhar, queremos prestar uma contribuição realista, em benefício da coletividade que espera um pouco de nós: o funcionário, o trabalhador, o estudante, o militar, o povo, enfim, que nos mandou para cá. V. Exa. nos está dando uma grande esperança, a nós que temos encontrado tôdas as portas fechadas. Esperamos, portanto, uma abertura; esperamos que a ARENA não fique agarrada à letra fria da lei, e, assim, feche tôdas as portas e nos negue tôdas as oportunidades. Nobre Senador, seu discurso de hoje é, realmente, um estímulo, é um convite, não só para continuarmos com o nosso entusiasmo e com o desejo de participar como, também, um convite à ARENA para que nos dê uma oportunidade de atender àqueles que nos honraram com um mandato em hora tão difícil.

**O SR. ORLANDO ZANCANER** — Nobre Senador Benjamin Farah, tenho que dizer a V. Exa ou a qualquer outro homem público dêste País: nenhuma porta está fechada. Estamos, sim, na mesma linha, no mesmo interêsse, na mesma luta em favor dêste País. O que é preciso, o fundamental, é que não se continue a pregar, como se vem pregando, nos diversos setores de atividades, ataques à Revolução redentora dêste País.

É preciso, sim, que nos unamos todos; é preciso que nos unamos, neste instante, quando a Nação tôda está motivada para o seu desenvolvimento. Pouco importa que estejamos em linhas opostas, que sejamos da ARENA ou do MDB. O que importa para nós, sim, é apoiarmos aquêle homem que, neste instante, dirige a Nação com tanta segurança, com tanta firmeza, colocando-a como nação vanguardeira da América Latina. É preciso, agora, antes e acima de tudo, o apoio de todos nós. Se não estivermos unidos em tôrno do Presidente, do homem que comanda, administrativamente, esta Nação, haveremos, efetivamente, de falhar.

Senhor Presidente, esta é a hora desta Nação.

Que nos unamos todos, num esfôrço comum, sob a liderança do eminente Presidente Médici, que o povo todo respeita e admira, ou então teremos que repetir, como o imortal poeta Castro Alves, ao escrever uma das mais lindas páginas de nossa literatura, que na sua angústia, no seu desespêro, ergueu sua voz atingindo o infinito, apenas isto:

> "Deus! Ó Deus! onde estás que não respondes?
>
> Em que mundo, em qu'estrêla tu t'escondes
>
> Embuçado nos céus?"

Salvai êste País.

Salvai esta Nação.

Era o que tinha a dizer. **(Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)**

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Concedo a palavra ao Sr. Senador José Sarney. **(Pausa.)**

S. Exa. desiste da palavra.

Dou a palavra ao Sr. Senador Benjamin Farah.

**O SR. BENJAMIN FARAH (Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o que me traz a esta tribuna é, realmente, assunto da maior importância, qual seja a organização da Faculdade de Medicina de Campo Grande, no Estado da Guanabara.

Essa Faculdade está sendo organizada pela Sociedade Educacional Paulo VI, a cuja frente se encontra um médico digno, esforçado, idealista, o Dr. Rogério Rocco, que conseguiu polarizar a atenção daquela população, movimentando a comunidade para a organização dessa Faculdade.

A Sociedade Educacional Paulo VI foi instituída no dia 2 de setembro de 1968 e está devidamente registrada. Conta com o apoio da população do sertão carioca, bem como da população do Estado da Guanabara.

Quando de sua fundação recebeu, de imediato, o apoio e a solidariedade do Colégio Belizário dos Santos, da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Desterro, do Rotary, do Lions, da Loja Maçônica União e Progresso, da Associação Comercial e Industrial, do Clube dos Castores, do Ginásio Cesário de Mello, do **Jornal de Campo Grande,** do Jornal **O Ponto de Vista**, do Grêmio do Colégio Belisário dos Santos, do Clube Luso-Brasileiro, do Clube dos Aliados, do Campo Grande Atlético Clube, da Regional de Campo Grande, da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, da Legião Feminina de Combate ao Câncer; do Colégio Afonso Celso; Nossa Senhora do Rosário, e Campo Grande; 18a. Região Administrativa; Fundação Ary de Almeida Costa; Associação Odontológica do Triângulo Carioca, e de muitas outras entidades de Bangu, Santa Cruz e Campo Grande. Hoje, contam com o apoio da Confederação das Associações Comerciais e Associação Comercial do Rio de Janeiro; Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado da Guanabara e Federação das Indústrias da Guanabara, e também um grande aliado, um dos mais entusiastas, dos mais eficientes, dos mais simpáticos para o povo da Guanabara e para o povo brasileiro, que é J. Silvestre, com aquêle seu famoso programa "Show sem Limite", da TV Tupi.

Êsse programa tem dado um apoio enorme à organização e tem feito uma conclamação, uma movimentação que impressiona pela solidariedade popular. Não se organizou ainda, neste País, uma escola com tão grande apoio e entusiasmo tão grande.

De todo lado alguém traz uma contribuição. Outro dia chegou um estudante com uma coleção de livros; uma senhora levou u'a máquina; uma empregada de Copacabana deu um par de sapatos novos. Uns mandam mesas, outros cadeiras, outros máquinas, enfim, é um grande movimento popular, que não pode parar. Está havendo apenas um empecilho do Conselho, vale dizer, Câmara do Ensino Superior, que está fazendo umas exigências. Mas acho que o Conselho poderia rever sua posição e permitir que a escola iniciasse suas atividades.

Visitei a atual sede, que fica ao lado da igreja. Houve um convênio entre a sociedade e a igreja, e o Padre cedeu o pavilhão da matriz de Campo Grande. Ora, encontrei bonitas salas, um anfiteatro para funcionamento da cadeira de anatomia, sala para funcionamento de laboratório de bioquímica, aproximadamente sessenta microscópios novos, comprados com essas doações populares, uma biblioteca bem grande, admirável. Só uma livraria do Rio de Janeiro mandou trinta mil cruzeiros de livros novos de medicina, dos mais modernos, para a faculdade. O estudante não poderá dizer que não pode estudar por falta de livros. Muitos médicos mandam enorme quantidade de livros. Os livros estão lá.

De modo que o meu primeiro apêlo é ao Conselho Nacional de Educação, para que reexamine a sua decisão e permita o funcionamento da Faculdade, que, realmente, se impõe pela demanda, que as outras faculdades não estão atendendo.

Há poucos dias, desta tribuna, disse que os candidatos que concorreram ao exame da UEG, apenas para a Faculdade de Medicina, foram em número de quase sete mil, todos pagando sua inscrição. Ela recolheu, só nesse exame, aproximadamente meio milhão de cruzeiros. Passaram pouco mais de duzentos, a escola mandou matricular apenas cento e vinte e cinco.

É lastimável, porque é uma escola oficial. A Faculdade de Medicina do Estado da Guanabara recebe uma verba astronômica do Estado. Fui informado, por um dos antigos Secretários, de que ela dispõe de 32 milhões de cruzeiros — dinheiro que está empregado a juro. Conta com uma contribuição muito grande do Govêrno, fora a colaboração dos acadêmicos para o exame vestibular.

Pois bem, passaram 200 e tantos alunos e apenas 125 foram matriculados. Depois foram abertas mais 10 vagas, com nova inscrição, por determinação da Direção da Universidade. É um absurdo, pois poderiam ter aproveitado os alunos aprovados; mas, naturalmente, queriam mais renda.

Os alunos ficam correndo de uma escola para outra. Em várias cidades do interior, foram criadas Faculdades de Medicina, que não estão atendendo às necessidades. Lá no sertão carioca, se impõe mesmo a fundação de uma universidade. A cidade de Campo Grande — hoje, tem o nome de cidade em virtude de um decreto da Assembléia Legislativa — tem 320 mil habitantes, sendo mais de 80 mil estudantes. Segundo as informações, é o maior índice de escolaridade em todo o Brasil.

De Deodoro até Santa Cruz, a população é aproximadamente de 1 milhão de habitantes. Quantos alunos aí não desejam estudar Medicina?

As vagas abertas não vão bastar. A Faculdade não atenderá por certo, nem a população do sertão. Por isso, Sr. Presidente, esta Faculdade é mais do que necessária no momento atual.

Visitei a Faculdade, colhi a melhor impressão dos seus promotores: o seu diretor, o Dr. Roco, é um idealista, homem esforçado, foi médico em Brasília e depois foi para o Rio e lá está com esta grande missão. Êle levou-me para visitar um dos prédios, no Estado da Guanabara, onde funciona a Escola Normal Sara Kubitschek, que apenas está utilizando uma parte daqueles prédios. Os outros prédios estão abandonados. Os dois menores estão caindo, as paredes rachadas, o mato está invadindo as áreas circunvizinhas e até mesmo a parte interna. A cobertura está sendo levada por pessoas interessadas, que praticam o roubo; tiraram tôdas as torneiras, telhas, portas e portais, enfim, as paredes estão pràticamente nuas e estragadas.

O Diretor da Escola fêz uma solicitação ao Governador Chagas Freitas, para que cedesse os dois prédios, que não são muito grandes, à Faculdade, sem prejuízo da Escola que está funcionando num canto apenas, e muito bem, propondo-se, inclusive, a fazer os consertos.

São dois prédios que estão abandonados, centro de marginais, que estão sendo destruídos pelas intempéries, e poderiam, perfeitamente, ser cedidos.

Endereço meu apêlo ao Govêrno da Guanabara, que designou, agora, a Secretaria de Educação para opinar.

Ontem, conversei com o General Vilaça, Chefe do Gabinete da Secretaria, que afirmou estar com muito boa vontade, acreditando que o Governador da Guanabara, sensível aos problemas daquele Estado, sobretudo do sertão, onde é estimadíssimo, naturalmente vai ceder os dois prédios e assim a Faculdade terá melhor ambiente e poderá ampliar suas instalações, de acôrdo com as exigências do Conselho Federal de Educação.

Sr. Presidente, êste é o apêlo que dirijo ao Sr. Governador, na certeza de que o Estado, que há muitos anos abandonou aquêle prédio, que não dispõe de muitos recursos para realização de suas obras, tomará as necessárias providências.

Conforme fui informado há poucos dias, muitas obras estão aguardando numerário, para sua execução. O Senado mesmo, há poucos dias, concedeu permissão para empréstimo de 10 milhões de dólares, que serão aplicados na construção do metrô.

Essa quantia dará apenas para uma pequena obra do metrô. O Estado luta com dificuldade. A sociedade que está organizando a Faculdade se propõe a fazer consertos no prédio. O Estado não terá despesas, ao contrário, terá a contribuição de uma organização que vem realizar uma obra de inte-

rêsse daquela localidade, do Estado da Guanabara e do Brasil. Conforme memorial enviado à Secretaria de Educação e conseqüentemente ao Estado, ela se propõe a promover, direta ou indiretamente, iniciativas que objetivem o desenvolvimento do ensino, da assistência médica e social, da cultura, das artes e das pesquisas no seu sentido mais amplo. Organizar, construir, promover a instalação e administrar e manter entidades de ensino e assistência médico-social e promover congressos, jornadas, seminários, cursos, simpósios, conferências, exposições de caráter educacional, cultural ou científico e de aperfeiçoamento comunitário. Além de outras obrigações, tais como bôlsas-de-estudo que oferecerá não só às entidades particulares, como à própria Secretaria de Educação e ao Govêrno do Estado da Guanabara.

Sr. Presidente, estou confiante na decisão do Govêrno daquele Estado. O que a Faculdade está pleiteando é apenas uma contribuição, a título precário. O Estado não vai dar o prédio, vai ceder, vai fazer a cessão temporária. Em compensação ela dará a essa localidade, isto é, a Campo Grande, todo o esfôrço e tôda a contribuição e será, naturalmente, mais uma grande aquisição para Campo Grande e para o Estado da Guanabara.

Campo Grande tem vias de acesso muito boas, inclusive aquela Estrada Rio—Santos, que passa nas proximidades. O acesso à zona Sul, mais distante até Campo Grande será de 40 minutos. Isso é bem melhor do que sair do sertão carioca para ir estudar Medicina no Estado do Rio, em cidades muito distantes, onde os estudantes estão encontrando grandes dificuldades, inclusive no que diz respeito a instalações.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. BENJAMIN FARAH** — Com muito prazer.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Nobre Senador, V. Exa. defende o apoiamento governamental à iniciativa que visa criar mais escolas de nível superior, e de um modo especial — pelo que pude depreender — faculdades de Medicina. E o meu receio, nesta orientação de gastos governamentais, de assistência a mais faculdades de Medicina, especialmente na área da Guanabara, onde reside um têrço dos médicos existentes no Brasil, é o seguinte: Sabe V. Exa. que o grande problema, hoje, nas faculdades de Medicina, já é até de excedentes, dada a concentração dos médicos em determinados setores. Há de se relevar, também, a ausência, na quase metade dos municípios brasileiros, de facultativos. Na verdade, com as limitações de recursos que vem enfrentando o Govêrno da Guanabara — V. Exa. mesmo lembrou ainda há pouco o fato de que 10 milhões em financiamentos autorizados significam muito pouco para a demanda de recursos na construção do metrô — há dificuldades para amealhar os meios para continuar aquela obra já iniciada. Ora, na Guanabara, a exemplo de outras Unidades da Federação — mas lá de modo especial —, se concentra um têrço dos médicos existentes no Brasil, vale dizer: um médico para cêrca de 200 e poucos habitantes, em detrimento de outras Unidades, como é o caso do Maranhão que, até há bem pouco tempo, contava com um médico para cada 19 mil habitantes. Depois, com o esfôrço ingente do ilustre Senador José Sarney, então Governador, é que foi realmente amenizado em parte êsse grande problema. Apesar de que no Brasil, realmente, precisamos cada vez mais de homens de nível superior, considerando a falta de homens de nível médio, considerando a limitação de recursos, seria talvez mais importante preocupar-se o Govêrno do Estado da Guanabara, preocupar-se o Govêrno da União em dar mais assistência, em dar mais recursos ao técnico de nível médio e, também, porque não dizer, dar maiores e melhores meios na área do ensino primário. Essas as observações e considerações que queria trazer ao entendimento de V. Exa.

**O SR. BENJAMIN FARAH** — Agradeço muito o seu aparte, que veio dar brilho ao meu discurso, mas quero dizer a V. Exa. que a sociedade em causa não está pedindo recursos ao Govêrno da Guanabara, não está pedindo dinheiro ao Govêrno da Guanabara, não está pedindo ao Govêrno da Guanabara o dispêndio de um tostão. O Govêrno da Guanabara tem uma área razoável no subúrbio de Campo Grande, no bairro que se denomina Santa Terezinha. Lá está funcionando a Escola Sarah Kubitschek. São vários pavilhões, mas apenas dois pavilhões, num canto, funcionam. Os outros pavilhões — quatro ou cinco — estão abandonados, e os dois menores, caindo aos pedaços. A Faculdade não está pedindo recursos para a realização de qualquer consêrto. Os pavilhões se encontram nesse estado há mais de dez anos. Ninguém tomou a menor iniciativa para recuperá-los. Tôdas as ferragens — torneiras, canos, telhas, portas, portais — foram retiradas. Só existem paredes. Tudo está caindo aos pedaços. Em troca, a Faculdade faria os consertos. Ela não está pedindo muito. A comunidade local é que vai consertar. Todos darão um pouco de si e de seu em favor da Faculdade.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Permita-me V. Exa. mais um aparte e, ao mesmo tempo, me prestaria uma informação, perdoando minha ignorância.

**O SR. BENJAMIN FARAH** — Pois não.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Nesse local funciona a Escola Sarah Kubitschek?

**O SR. BENJAMIN FARAH** — Já disse a V. Exa., nobre Senador Benedito Ferreira, que existe um terreno muito grande, com vários pavilhões.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Qual o nível dessa Escola?

**O SR. BENJAMIN FARAH** — Trata-se de uma Escola Normal. Existe uma grande área com pavilhões abandonados. As alunas da Escola Normal Sarah Kubitschek não podem sequer passar ao lado dêsses pavilhões depredados,...

**O Sr. Benedito Ferreira** — Êste ponto entendi, nobre Senador Benjamin Farah. Refiro-me ao outro.

**O SR. BENJAMIN FARAH** — ...; por causa do mato, por causa dos marginais. A Faculdade quer consertar, quer civilizar, quer aproveitar, quer requisitar a área abandonada. E não o fará com dinheiro do Estado. O Estado sòmente vai permitir a recuperação — e a título precário. O povo de

Campo Grande dará um terreno, e também vai construir um outro prédio, futuramente.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Neste aspecto, V. Exa. foi bem explícito. O que V. Exa. não me fêz entender, ou o que eu não consegui entender, é que tipo, qual o gênero de ensino que é ministrado na escola Sarah Kubitschek.

**O SR. BENJAMIN FARAH** — É uma escola normal.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Mas, veja V. Exa., é o caso a que eu me reportava, o caso do ensino médio, que está a carecer de uma atenção maior e especial do Govêrno estadual e do Govêrno federal, porque êle preenche a grande lacuna que há realmente, da qual vem-se ressentindo a nossa economia. Há poucos dias falávamos aqui, em aparte ao ilustre Senador João Calmon, do drama que estamos verificando no interior brasileiro, da ausência de normalistas para o ensino primário, porque, em virtude da carência de escolas, e também da remuneração pequena, as nossas normalistas praticam a sua profissão apenas até contraírem matrimônio, e depois disso, em virtude da baixa remuneração que percebem, não podendo custear uma empregada doméstica, são compelidas a abandonar essa atividade. Logo, vê V. Exa. que seria da maior validade que se voltassem as vistas, lá no Estado de V. Exa., para essa Escola Sarah Kubitschek, para que produzisse tantas quantas normalistas eu quero crer que a Guanabara está a reclamar, como também todo o resto do Brasil.

**O SR. BENJAMIN FARAH** — Quero dizer a V. Exa. que a Faculdade de Medicina não vai prejudicar a escola. A Faculdade de Medicina é organizada por particulares, pelo povo, com o maior interêsse, com a melhor boa-vontade. Não traz nenhum prejuízo para a Escola Sarah Kubitschek. Ao contrário, vai melhorar aquela área, que está abandonada. Não traz prejuízo à escola técnica de nível médio, que está ainda incipiente no Brasil, não traz prejuízo nenhum às outras escolas; ao contrário, vai melhorar aquela região tôda, vai dar médicos à Guanabara e ao Brasil, porque os médicos podem sair da Guanabara para o Brasil, neste Brasil segundo se dizia, aliás a frase é antiga, "êste Brasil é um grande hospital" — e ainda continua sendo um grande hospital. Ainda temos mais de dez milhões de malarientos; temos ainda mais de vinte milhões de brasileiros atacados de verminoses; ainda damos uma contribuição pesadíssima à tuberculose — perdemos, anualmente, mais de cinqüenta mil brasileiros com tuberculose; temos dentro da Cidade do Rio de Janeiro mais de dez mil leprosos soltos nas ruas; temos quatro milhões de brasileiros atacados pela doença de Chagas. Enfim, examinando bem a situação de nosso povo, apenas vinte por cento de homens estão com saúde, trabalhando para o resto da Nação.

Ora, a necessidade de médicos é muito grande. Existem centenas de municípios que não têm nenhum médico.

Ainda há poucos dias, assistindo ao IV Seminário dos Estudantes de Mato Grosso, tivemos o prazer de ouvir uma belíssima conferência de um médico, reitor da Universidade, na cidade de Campo Grande, em Mato Grosso, minha terra natal.

Campo Grande, onde cheguei menino, no tempo do carro de boi, ali os carreteiros vinham da campina soltando os bois nas ruas, o carro ficava por ali mesmo, e os bois iam pastando pelas imediações. Hoje Campo Grande é cidade modernissima, com população que excede a cento e cinqüenta mil habitantes. Campo Grande tem edifícios de muitos pavimentos, talvez de vinte pavimentos, ate. Campo Grande que tem muitos hospitais e muitas escolas, Campo Grande onde estudei, no Colégio dos Padres Salesianos. E aqui vejo o meu nobre colega daquele tempo, o Senador Saldanha Derzi. Campo Grande tem hoje uma Universidade e o seu Reitor fêz uma conferência e disse que muitos municípios em Mato Grosso não dispõem de um médico.

**O Sr. Fernando Corrêa** — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. BENJAMIN FARAH** — Pois não.

**O Sr. Fernando Corrêa** — Durante o meu Govêrno, em Mato Grosso, do norte de Cuiabá, para o norte de mais de uma dezena de municípios, só havia um médico. Hoje, Mato Grosso tem quase quarenta municípios sem médico.

**O SR. BENJAMIN FARAH** — É uma contribuição valiosíssima de V. Exa.

**O Sr. Fernando Corrêa** — Não havia meios de fazer com que os médicos permanecessem nos postos de higiene para os quais eram nomeados. Eram nomeados, tomavam posse e voltavam para a Capital.

**O SR. BENJAMIN FARAH** — Veja, Senador Benedito Ferreira, o nosso colega Senador Fernando Corrêa traz uma contribuição valiosíssima em meu favor. Existem lá mais de quarenta municípios sem médico.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Eu também colaboro com V. Exa.

**O Sr. Benjamin Farah** — Em Mato Grosso hoje já existem duas Universidades, inclusive com Faculdades de Medicina, e com um mercado de trabalho ótimo, porque os médicos de Mato Grosso todos êles têm progredido bastante pelo seu esfôrço, pela sua inteligência, pelo seu trabalho. No entanto, muitos municípios não têm um médico — nada menos de 40 municípios! Isso em Mato Grosso; avaliem o que não ocorre no Amazonas!... E no Pará, e em outros estados! São centenas de municípios que não têm médico. Quando se pede a criação de uma Faculdade de Medicina, o meu nobre e querido colega Senador Benedito Ferreira pede Escola Normal...

**O Sr. Benedito Ferreira** — V. Exa. permite aparte?

**O SR. BENJAMIN FARAH** — Não sou contra o aumento de escolas normais. Sou a favor, mas vamos também cuidar de Faculdades. Os médicos vão lutar pela saúde de nosso povo e melhorar o desenvolvimento de que tanto necessitamos.

**O Sr. Osires Teixeira** — V. Exa. me permite aparte? **(Assentimento do orador.)** É evidente que êste aparte vai sem nenhuma procuração do Senador Benedito Ferreira, mas quer-me parecer que tenha havido dificuldade de interpretação. Não acredito que S. Exa. se coloque contra uma Escola de Medicina, sobretudo porque a

Escola de Medicina que V. Exa. retrata nesta tarde é mais um esfôrço da iniciativa privada para suprir as deficiências governamentais. S. Exa. ao formular o seu aparte simplesmente deu ênfase à necessidade da formação de professôras de nível primário. Todavia, S. Exa. não caracterizou nenhum posicionamento contrário à pretensão de V. Exa., que é das mais elogiáveis possíveis e vai encontrar, como está encontrando, ressonância perfeita no Senado Federal. V. Exa. pretende simplesmente duas coisas: que haja um entendimento mais amplo do Conselho Federal de Educação, em não fazendo exigências taxativas à Escola e permitindo que ela funcione e, em segundo lugar, faz um apêlo ao Estado da Guanabara para que permita a recuperação de uma obra que foi abandonada pelo Govêrno. V. Exa. diz e traz ao conhecimento da Casa que há dez anos estas obras estão abandonadas. Então, além do Govêrno da Guanabara permitir o funcionamento de mais uma Escola de Medicina, neste grande Brasil que é um grande hospital, como bem disse V. Exa. ainda mais: daria condições de recuperação das obras que foram abandonadas pelo Estado da Guanabara.

**O SR. BENJAMIN FARAH** — Estão sendo perdidas.

**O Sr. Osires Teixeira** — Perfeitamente. Desta forma, acredito que V. Exa. conseguirá inclusive cobertura da Mesa do Senado Federal nos apelos que formula. E ainda mais: quando o Senador Benedito Ferreira deu ênfase à problemática da solução de professôras do nível médio, também S. Exa. estava com a razão, porque em verdade nós somos ainda um País carente de tudo. O Brasil precisa mesmo de muitas normalistas e de muitos médicos. V. Exa. está com a razão, assim como o Senador Benedito Ferreira.

**O SR. BENJAMIN FARAH** — Muito grato a V. Exa.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. BENJAMIN FARAH** — Pois não.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Eu não queria criar dificuldades a V. Exa. mas, pelo seu julgamento, eu não me fiz entender. Quando eu me referi ao problema da proliferação das Escolas de Medicina onde elas já existem em abundância — o fato é que as estatísticas acusam a existência de um têrço, vale dizer, onze mil dos trinta e quatro mil médicos existentes no Brasil — estão na Guanabara quis chamar a atenção de V. Exa. para um aspecto que é mais urgente: o do ensino médio. E a nossa preocupação com a interiorização da Medicina não é de agora, já em 1967, quando cheguei à Câmara dos Deputados, um dos primeiros projetos de nossa autoria foi criando a compulsoriedade, a obrigatoriedade para que os médicos que cursassem escolas públicas, que estudassem às custas do povo, só tivessem o seu diploma registrado no Conselho Regional de Medicina, depois de um interstício, depois de permanecerem dois anos consecutivos em comunidades onde não existissem outros facultativos no exercício da profissão. Vê V. Exa. que a nossa preocupação vem de longa data. Quanto à proliferação de escolas, sem estas condições indispensáveis para o seu funcionamento, os que a vêm verberando são os doutos, quem vem condenando são os entendidos, os professôres de escolas, como é o caso do ilustre professor Hilton Rocha, que ainda recentemente verberou o fato de existirem no Brasil oitenta faculdades de medicina a produzir, pergunta êle, seriam médicos, seriam aquêles que realmente reúnem condições e que recebem do corpo docente ensinamentos à altura para fazer a boa medicina? Eis aí a questão. Realmente, não somos contra a criação de escolas. São indispensáveis, são válidas. Mas esperamos que, principalmente aquelas da iniciativa privada não venham também, no futuro, a resultar em mais encargos para o Poder Público. A minha restrição foi ùnicamente quanto ao fato de haver excesso de escolas, haver excesso de médicos na Guanabara, porque êsse volume supera qualquer estatística mundial de concentração de médicos. Não há lugar nenhum no mundo em que se registre fenômeno igual ao que se registra na Guanabara. Por outro lado, viria tirar a oportunidade ao Govêrno de recuperar êsses pavilhões abandonados, e dinamizar escolas para que ali se formassem as normalistas, de que tanto precisa o Brasil.

**O SR. BENJAMIN FARAH** — Obrigado. Mas V. Exa. está insistindo em negar uma Faculdade de Medicina para uma zona em que não há nenhuma cidade com população de um milhão de habitantes. Por outro lado, não há Faculdade de Medicina feita exclusivamente para determinado local, porque os médicos saem do Rio de Janeiro e vão para o interior. A distribuição de médicos não compete à faculdade; compete ao Govêrno, criando facilidades porque, se não houver facilidades, o médico não vai para o interior.

É preciso ainda que V. Exa. atente para o fato de que esta faculdade não está exigindo do Govêrno da Guanabara, nem do Govêrno da República, coisa alguma. Ela está sendo feita com o trabalho da comunidade.

**O Sr. José Guiomard** — Permite V. Exa. um aparte? (**Assentimento do orador.**) Apenas para corroborar as informações que V. Exa. dá ao Senado, queria acrescentar que, se não me engano, trata-se de uma Faculdade de Medicina que estaria sendo construída através de contas de luz, de energia elétrica de tôda parte do Rio de Janeiro.

**O SR. BENJAMIN FARAH** — Inclusive a contribuição começou por aí, com as contas de luz, e depois com livros, mesas, estantes e outras doações que o povo tem feito, com muita alegria e entusiasmo muito grande.

Portanto, o que a Faculdade está pleiteando agora são mais 2 prédios antigos, velhos e em ruínas, no Estado da Guanabara. Conforme disse, o Governador da Guanabara é muito entusiasmado, bem intencionado e tem um plano de govêrno admirável. Conheço o Governador Chagas Freitas de perto, fomos companheiros na Câmara durante muito tempo, em várias legislaturas e somos companheiros de partido. A programação de seu govêrno é admirável, faltando-lhe apenas recursos. Êsse prédio está abandonado e o Estado não dispõe de dinheiro para obras imediatas, urgentíssimas S. Exa. não tem culpa de o prédio estar abandonado, pois outros governos também o deixaram naquele es-

tado. Que se aproveite então essa área e conjunto de prédios. E o que'a "Sociedade Paulo VI" quer agora é aproveitar dois pequenos pavilhões, em ruínas, recuperando-os com o seu próprio dinheiro, e não às custas do Estado, fazendo funcionar ali uma faculdade. O Conselho exige um ambiente um pouco melhor, com mais salas, quando a faculdade podia funcionar na Casa Paroquial da Matriz de Campo Grande, o que não está sendo permitido, e, com isso, criam-se problemas.

Tôdas as escolas começam com dificuldades. Ainda ontem citei aqui a "Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro" que começou numa casa velha, na Rua São Clemente, com o entusiasmo de alguns professôres, como Tristão de Athayde, Pedro Calmon, Sobral Pinto e outros idealistas que ali deram o melhor de seus esforços, sem qualquer remuneração. Hoje a "Pontifícia Universidade Católica" está às margens do Rio Rainha, na Gávea, num bosque admirável, com uma área de cento e vinte mil metros quadrados, em cinco blocos enormes, novos, dotada dos mais modernos recursos tecnológicos e com um corpo discente de quase cinco mil estudantes.

**O Sr. Osiris Teixeira** — Quanto custam, perguntaria eu a V. Exa., ao Govêrno, em ajudas e subvenções, essas universidades e faculdades de Medicina particulares existentes no País?

**O SR. BENJAMIN FARAH** — Qual a universidade a que V. Exa. se refere?

**O Sr. Osiris Teixeira** — A tôdas.

**O SR. BENJAMIN FARAH** — V. Exa. está querendo levar-me para outro rumo. Defendo, aqui, com unhas e dentes, a Faculdade de Medicina de Campo Grande, no Estado da Guanabara.

**O Sr. Osiris Teixeira** — Tôdas elas se iniciam assim, para virem depois gravar sobremodo o Erário.

**O SR. BENJAMIN FARAH** — Nenhuma universidade teve o início, a movimentação particular da Faculdade de Medicina de Campo Grande, na Guanabara. Nunca houve uma comunidade imbuída de tanto entusiasmo e tanta boa vontade, para a construção de uma faculdade, como a da localidade de Campo Grande.

Sr. Presidente, congratulo-me com o povo de Campo Grande, na Guanabara pelo seu apoio, pelo seu idealismo, pela sua tenacidade em favor de uma escola que vai dar médicos para curarem os nossos enfermos, que são dezenas de milhões por todo o Brasil, inválidos muitos dêles, que não podem dar, naturalmente, nada em benefício do nosso desenvolvimento.

Quero, também, reafirmar a minha confiança no Govêrno do Estado da Guanabara, acredito que cederá os dois próprios reivindicados, a título precário, mesmo, num tempo limitado, porque o povo daquela região adquirirá terrenos e dará novos pavilhões para uma Faculdade, à altura do idealismo e dos méritos daquele povo do sertão carioca e do povo da Guanabara.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, volto a insistir para que o Conselho Federal de Educação reexamine a sua posição e permita que, imediatamente, comece a funcionar aquela faculdade, porque há um grande esfôrço já evidenciado, uma grande colaboração e não podemos perder tudo que está feito, apenas por uma exigência mínima. Já existem os laboratórios, anfiteatro para Anatomia, laboratório para a Bioquímica, Biblioteca, salas de aula etc.

O que pleiteia aquela instituição é maior espaço e mais prazo para ampliar suas instalações, de acôrdo com as exigências do Conselho.

Se, por acaso, o Estado negar o pretendido, iremos perder todo um grande esfôrço realizado. Não acredito que tal ocorra porque confio no Govêrno.

Por tudo que já foi feito, quero deixar registrado meu louvor aos habitantes daquela comunidade e, sobretudo, à tenacidade, à boa vontade, ao idealismo, ao espírito de sacrifício daquele que tem dirigido a Sociedade Educacional Paulo VI, Dr. Rogério Rocco. **(Muito bem! Muito bem!)**

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guiomard — Flávio Brito — Milton Trindade — Clodomir Millet — Dinarte Mariz — Domício Gondim — Milton Cabral — João Cleofas — Paulo Guerra — Arnon de Mello — Augusto Franco — Leandro Maciel — Heitor Dias — Vasconcelos Torres — Magalhães Pinto — Milton Campos — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Benedito Ferreira — Emival Caiado — Osires Teixeira — Filinto Müller — Acioly Filho — Mattos Leão — Antônio Carlos — Celso Ramos — Lenoir Vargas — Tarso Dutra.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Está esgotado o período destinado ao Expediente.

Presentes 53 Senhores Senadores, passa-se à

**ORDEM DO DIA**

**Item 1**

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 67, de 1971, de autoria do Sr. Senador Dinarte Mariz, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, da "Ordem do Dia" baixada pelo Ministro do Exército General Orlando Geisel, ao ensejo das comemorações do Dia da Vitória, tendo Parecer Favorável, sob n.º 46, de 1971, **da Comissão Diretora.**

Em votação.

**O Sr. Dinarte Mariz** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Tem a palavra o nobre Senador Dinarte Mariz.

**O SR. DINARTE MARIZ** — **(Para encaminhar a votação) Lê o seguinte discurso.)** — Senhor Presidente, venho justificar perante esta Casa a inserção nos seus Anais, por mim requerida, da Ordem do Dia do Ministro do Exército, alusiva ao "Dia da Vitória" — o 26.º aniversário da vitória dos Aliados no teatro de guerra da Europa, e, ao fazer, não poderia deixar de tecer algumas considerações para situar esta grande figura de soldado e de cidadão, de intelectual e de homem de Estado, que é o General Orlando Geisel.

Parece-me dispensável, Sr. Presidente, Srs. Senadores, fazer novas considerações a respeito da data em que as Fôrças Aliadas selaram pelas armas a sorte do nazi-fascismo. Outros oradores, na devida oportunidade, aqui já o fizeram de maneira brilhante, enaltecendo os feitos de nossos patrícios nos campos da Itália, nos nossos mares e nos céus do Velho Continente, como o Marechal e Senador Paulo Tôrres, um dos que participaram daquela epopéia. E com igual brilho o nobre Senador e Almirante Amaral Peixoto. Julgo oportuno agora destacar a conduta de uma autoridade que escolhe o silêncio e a prudência como suas grandes armas, assegurando um trabalho edificante e eficiente em prol da segurança nacional, em favor dos brasileiros. Realmente, a ação do General Orlando Geisel no Ministério do Exército merece os aplausos e o respeito de todos — de seus camaradas, da opinião pública, enfim, de todo o povo brasileiro.

Entre as grandes figuras da Revolução de 31 de Março — essa convocação aos brasileiros pela integridade histórica e cultural do Brasil — podemos incluir com maior relêvo a personalidade marcante dêsse militar que honra as melhores tradições das nossas Fôrças Armadas, privilegiadas em dotar o País de estadistas e de grandes chefes militares.

Graças à sua firmeza na ação — que prefere a eficiência na modéstia do silêncio às exibições publicitárias sempre negativas — o Brasil modificou o seu conceito, a sua imagem no cenário internacional. Somos hoje um País respeitado lá fora, pelo esfôrço que empreende o seu povo em busca de um lugar de destaque no concêrto das nações.

A ofensiva terrorista que mais uma vez tenta repetir a ameaça comunista, frustrada em outras oportunidades, já agora começa a dar sinais evidentes de recuo, ante a organização dos nossos aparelhos de segurança. Tem sido êle, à frente do Ministério do Exército, uma das colunas em que repousa a segurança da ordem nacional, garantia de tranqüilidade para a grande família cristã brasileira.

Soldado disciplinado e disciplinador, o General Orlando Geisel é um exemplo. Cumpridor leal da orientação do grande Chefe, o Presidente da República, General Emílio Garrastazu Médici, empenha-se o Ministro Orlando Geisel na missão que lhe é atribuída, em consolidar para a História os ideais da Revolução, projetando para o futuro uma grande potência que, estou certo, ao atingir a paz social por que lutamos, abrigará no seu seio um povo próspero e feliz. **(Muito bem! Palmas.)**

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram permancer sentados. **(Pausa.)**

Aprovado o requerimento, será feita a transcrição solicitada.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** —

**Item 2**

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 74, de 1971, de autoria do Senador Ruy Carneiro, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 28, de 1970, que cria o Serviço Nacional Obrigatório, e dá outras providências.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o requerimento, queiram permanecer sentados. **(Pausa.)**

Aprovado.

O projeto será desarquivado, feita, se necessário, a reconstituição do processo.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** —

**Item 3**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 12, de 1971 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, como conclusão de seu Parecer n.º 60, de 1971), que suspende a execução da Lei n.º 4.950-A, de 22 de abril de 1966, declarada inconstitucional, por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, na parte que especifica.

Em discussão o projeto.

Se nenhum dos Srs. Senadores pedir a palavra, encerrarei a discussão.

**(Pausa.)**

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. **(Pausa.)**

Aprovado.

O projeto irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE RESOLUÇAO**
**N.º 12, de 1971**

**Suspende a execução da Lei n.º 4.950-A, de 22 de abril de 1966, declarada inconstitucional, por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, na parte que especifica.**

O Senado Federal resolve:

**Art. 1.º** — É suspensa a execução da Lei n.º 4.950-A, de 22 de abril de 1966, em relação aos servidores públicos sujeitos ao regime estatutário, julgada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida aos 26 de fevereiro de 1969, na Representação n.º 716, do Procurador-Geral da República.

**Art. 2.º** — Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** —

**Item 4**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 13, de 1971 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, como conclusão de seu Parecer n.º 61, de 1971), que suspende a execução do art. 204 da Constituição Estadual do Espírito Santo, de 14 de maio de 1967, declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

Em discussão o Projeto. **(Pausa.)**

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer o uso da palavra, declaro encerrada a discussão. (Pausa.)

Passa-se à votção.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Aprovado. O projeto irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 13, DE 1971**

**Suspende a execução do art. 204 da Constituição Estadual do Espírito Santo, de 14 de maio de 1967, declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.**

O Senado Federal resolve:

**Art. 1.º** — Fica suspensa a execução do art. 204 da Constituição Estadual do Espírito Santo de 14 de maio de 1967, por ter sido declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, de 10 de junho de 1970, prolatada na Representação n.º 824 daquele Estado.

**Art. 2.º** — Revogam-se as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** —

**Item 5**

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar de constitucionalidade, nos têrmos do art. 297 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 12, de 1971, que dispõe sôbre reajustamento das aposentadorias e pensões, no INPS, e dá outras providências, tendo Parecer sob n.º 57, de 1971, da **Comissão de Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

Em discusão o projeto quanto à constitucionalidade. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer o uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Rejeitado. O projeto será arquivado.

É o seguinte o projeto que será arquivado.

**PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 12, DE 1971**

**Dispõe sôbre o reajustamento das Aposentadorias e Pensões, no INPS, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1.º** — Nenhuma aposentadoria ou benefício poderá ser inferior ao salário-mínimo local, da mesma forma que as pensões por morte do segurado, deixada aos dependentes, não poderá ser inferior a cinqüenta por cento (50%) do que o segurado percebia ou teria direito, mais tantas parcelas iguais de dez por cento (10%) por cada dependente até no máximo cinco (5).

**Art. 2.º** — Os reajustamentos das aposentadorias, benefícios e pensões, serão feitos proporcionalmente ao aumento do salário decretado.

**Art. 3.º** — Os reajustamentos das aposentadorias, benefícios e pensões, entrarão sempre em vigor na data em que fôr decretado o nôvo salário, da mesma forma que as emprêsas se obrigam a contribuir para o INPS.

**Art. 4.º** — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Esgotada a pauta da Ordem do Dia.

Há ainda oradores inscritos. Dou a palavra ao nobre Senador José Esteves.

**O SR. JOSÉ ESTEVES (Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a COTELB, emprêsa concessionária dos serviços telefônicos da Capital da República, vem sendo criticada, sobretudo na Câmara dos Deputados, a respeito das deficiências por que passa aquêle serviço de utilidade pública.

Inicialmente, vou tratar do Serviço de Telefonia Urbana, afeto diretamente à COTELB, para demonstrar as causas de algumas deficiências apontadas no Serviço.

SERVIÇO URBANO

As causas de algumas deficiências existentes no serviço telefônico são:

— a complexidade da operação inicial de um sistema nôvo;

— o vulto e dificuldades das obras em realização, que ampliam os serviços telefônicos da Capital em mais de 150% havendo necessidade, de acôrdo com o projeto básico, da mudança de número (e de Central) de 1/3 dos telefones instalados;

— falta de maior número de pessoal qualificado, ainda natural pelas condições gerais do País, datando de pouco tempo o desenvolvimento das telecomunicações;

— a transferência de centrais e conseqüente mudança de número de 1/3 dos aparelhos instalados, o que ocasionou natural sobrecarga de tráfego, além da maior incidência de defeitos de rêde, motivada pela referida transferência;

— as peculiaridades de Brasília, cuja rêde telefônica é a maior do País, não apresentando ainda uma boa concentração da demanda. Aqui, por exemplo, se constrói, em tôdas as direções, dezenas e dezenas de quilômetros de rêde subterrânea para atender muitas vêzes a número muito reduzido de assinantes. Acontece que usuários de telefones na Capital são sua Excelência o Presidente da República, os Chefes das Casas Civil e Militar da Presidência, o Governador, Ministros de Estado, os Embaixadores, os Comandantes Militares, autoridades que não podem, sob qualquer hipótese, ficar sem um imediato e eficiente atendimento.

Por razões de estrutura, ainda não se tornou possível o imediatismo devido, nem a eficiência necessária. As prioridades naturais, aliadas à pressão da crescente demanda reprimida, obrigaram as Administrações da Companhia a soluções provisórias, re-

sultando isto em que, hoje, a rêde telefônica provisória é superior a 40% do seu total. Essa rêde, evidentemente, não oferece a menor garantia de bom funcionamento, sofrendo as conseqüências de qualquer mal tempo, que se manifesta peculiarmente difícil em Brasília pela freqüência e volume das descargas elétricas que prejudicam rêdes inteiras.

Será conveniente ressaltar que a descontinuidade administrativa que sofreu o DTUI e a COTELB nos anos de sua operação afetou de modo profundo os serviços prestados. De 1960 a 1963 teve o serviço uma única administração sendo que de 1963 a 1969 passaram por êle 12 administrações.

O dimensionamento estrutural da Emprêsa para a eficiência que se requer não se faz em curto prazo e muito menos sem recursos financeiros substanciais. Brasília é uma cidade ainda em construção, em processo de crescimento e que, por sua natureza, como Capital da Nação, exige o maior refinamento dos serviços públicos, que a Companhia se esforça para dar, mas que não se faz sem dificuldades. É melhor enfrentar uma crise e resolver a questão que adotar medidas paliativas que faltalmente resultarão em maiores dificuldades.

Apesar de tudo isso, os projetos em execução se desenvolvem razoàvelmente, podendo se esperar uma melhoria dos serviços a médio prazo, sendo que, em quantidade, Brasília atingirá, até o fim do ano, índice internacional de densidade de telefones, muito superior aos índices nacionais. No que diz respeito a qualidade, um dos objetivos da Emprêsa, melhoria maior sòmente será possível com a implantação definitiva do Plano de Expansão, vencidas ainda as limitações estruturais e financeiras do setor.

SITUAÇÃO GERAL

— O **autofinanciamento**, ou valor da participação no investimento, é, nesta expansão, de Cr$ 3.000,00, passível de correção monetária. Destina-se a cobrir o custo da expansão, o que não ocorre face à grande demanda de telefones oficiais, que não pagam o autofinanciamento. Esta circunstância, que onera o usuário particular ou descapitaliza a Companhia, pode ser minorada com a participação da União no Capital da Emprêsa pelo valor dos terminais que lhe forem destinados. A COTELB já se dirigiu ao Ministério das Comunicações, através de exposição de motivos nesse sentido, o que motivou Aviso dêsse Ministério ao Ministério da Fazenda, cujo processo se encontra em tramitação. Perdurarão, no entanto, os ônus decorrentes da implantação de uma infra-estrutura para 50 anos e que recaem sôbre os usuários atuais.

— Os custos do uso do serviço também são elevados para os usuários da cidade, muito embora não remunerem o investimento nem cubram sua depreciação, conforme prevê a lei, mal dando para as despesas de custeio. As tarifas em Brasília são das mais baixas do País: Cr$ 9,50 contra Cr$ 18,00 na Guanabara.

Ocorre que sôbre as tarifas recaem as sobretarifas de 20% sôbre todo o serviço urbano e 30% sôbre o interurbano que se destinam ao FUNTEL/EMBRATEL, além de 15% sôbre o total da conta para a Previdência Social. Sôbre o interurbano a Companhia recebe apenas 15% sôbre o serviço de expedição e Cr$ 0,41 por chamada completada, o que não paga sequer o custo dêsse serviço. Esta situação evidentemente não deve perdurar, pelo que a Companhia vai pleitear sua alteração, através das autoridades competentes, solicitando maior participação no interurbano e a redução da taxa de previdência, aos níveis do serviço público de energia elétrica, que foi reduzida de 10 para 3% ao tempo em que se aumentava a das telecomunicações de 10 para 15%.

— A **tributação** dos equipamentos de telecomunicações também se afigura onerosa, especialmente se se considerar o vulto dos empreendimentos necessários a superar o atraso em que o País vivia no setor. Seria o caso de se conceder isenção sôbre êsses equipamentos por um período limitado, ao menos para as obras que se realizam em Brasília, cuja facilidade de comunicação interessa a todo o País. Caso flagrante do ônus tributário ocorre, por exemplo, com o pagamento do Impôsto de Renda sôbre juros remetidos para o exterior, referente ao empréstimo externo de US$ 10.000.000,00, que se contraiu nos Estados Unidos por deficiência de recursos internos, com aval do Tesouro Nacional. O Impôsto de Renda sôbre os juros pagos pela COTELB, por fôrça do Decreto-lei n.º 401, é de 33,33%, o que deve dar, em 5 anos, mais de Cr$ 6.000.000,00. Em 30-4-70 a Companhia endereçou ao Ministério da Fazenda, por intermédio do Govêrno do Distrito Federal, expediente pleiteando a isenção, especialmente por se tratar de uma companhia de serviço público controlada pelo Poder Público. Neste mesmo expediente se pleiteava a isenção dos demais tributos. Ainda sem obter êxito no seu pedido, a Companhia viu-se obrigada a contrair nôvo empréstimo externo de ..... US$ 3.000.000,00 no Banco do Brasil, através de uma de suas agências do Exterior, com os mesmos ônus adicionais.

— **Os recursos humanos** são sabidamente escassos e de formação demorada, além das dificuldades regionais do mercado de trabalho pela absorção da melhor mão-de-obra pelas Companhias de maior porte, que oferecem naturalmente maiores salários, como é o caso da EMBRATEL e da CTB. O pessoal da COTELB, em sua grande maioria, foi recrutado entre os operários de Brasília, como ocorre ainda hoje, pela dificuldade de competição com os outros centros.

— Quanto aos **Equipamentos Nacionais** são êles, como não poderia deixar de ser, de qualidade certamente inferior aos padrões internacionais, face à recente implantação da indústria no País. Essa política foi traçada pelo Govêrno Federal atendendo à necessidade do desenvolvimento tecnológico do País, que trará, certamente, efeitos positivos a longo prazo, efeitos êsses que já começaram a ser notados.

Em síntese, sendo o serviço de telecomunicações função do desenvolvimento tecnológico, econômico, cultural, social e político de uma Nação, infere-se que, nos países em via de desenvolvimento, deve, forçosamente, apresentar deficiências estruturais.

O jôgo das variáveis-objetivo e das variáveis-instrumento no sentido de obter-se função que permita desenvolvimento consistente e auto-sustentável é, naqueles países, tarefa das mais difíceis, pelos múltiplos e contraditórios aspectos que apresentam aquelas variáveis.

SERVIÇO INTERURBANO

A Companhia dispunha de 50 posições de interurbano que operavam na Central Telefônica Sul com muito bom índice de eficiência. Na conformidade do projeto dos serviços telefônicos do Distrito Federal, tais posições começaram a ser transferidas, em 1.º de dezembro de 1970, para a Central Centro, onde, de acôrdo com o projeto, devem funcionar. A transferência se faz gradativamente, por impossibilidade técnica de se realizar de uma só vez, por necessidade de continuidade dos serviços e por medida de precaução e segurança, face à eventualidade de não funcionamento satisfatório da nova Central Telefônica, inaugurada em 31-3-71. Com um mês de operação regular, tornou-se possível a transferência das últimas mesas, em final de instalação, a que se acrescentou mais 14 novas mesas, devendo, até o final do mês, estar em pleno funcionamento 64 posições, previstas como suficientes para o atendimento do tráfego até a entrada em operação do Sistema DDD, cuja implantação está a cargo da EMBRATEL.

Existe também uma deficiência de pessoal, que se procura diminuir, sem possibilidade de solução definitiva a curto prazo, pela natureza mesma do serviço e condições do mercado de trabalho local.

Outro dado bastante significativo foi o sensível aumento do tráfego, 40% em abril de 71 comparado ao mesmo período do ano anterior, apesar das dificuldades e reclamações, existindo apenas 46 circuitos para o Rio de Janeiro, 17 para São Paulo, 12 para Belo Horizonte, 16 para Goiânia, 6 para Anápolis, 2 para Uberlândia, 1 para Salvador, 2 para Pôrto Alegre e 1 para Uberaba, sendo que todos os pontos-além são atendidos por êsses circuitos. **Obs:** As ligações interurbanas com Espírito Santo são feitas através de linha física com 12 canais de comunicação, do Rio para Vitória. Para Campo Grande, em Mato Grosso, as ligações são feitas através de São Paulo por um único canal que atende a tôda a região.

Sendo Brasília a Capital Federal e se falando daqui, com bastante freqüência, para os mais longínquos pontos do território nacional, ligações estas, na maior parte das vêzes, solicitadas por autoridades, pode-se avaliar as dificuldades técnicas, além das administrativas e financeiras enfrentadas pela Companhia.

Outro fator ponderável na temporária degradação dos serviços foi a mudança de número dos telefones transferidos para a Central Centro, que ascenderá a 6.000, ou aproximadamente 1/3 do total dos terminais atualmente em operação. Essa alteração de número, obrigatória, sobrecarregou o tráfego, especialmente o interurbano, pela necessidade de interceptação das ligações para os números antigos.

As deficiências do serviço interurbano decorrem em resumo:

a) da transferência das mesas da Central Sul para a Central Centro, de acôrdo com o projeto geral do sistema policêntrico;

b) atraso de implantação do DDD;

c) falta de pessoal qualificado;

d) aumento do tráfego em época de obras;

e) número reduzido de circuitos;

f) mudança de número de assinantes;

g) falta de recursos financeiros;

h) início de operação de nóva central, além de semelhantes deficiências nas outras cidades.

As soluções são exatamente a eliminação dessas deficiências pela:

a) aceleração da transferência das mesas de interurbano, já providenciada pela COTELB, a se ultimar até 28 do corrente;

b) aceleração de implantação do DDD da EMBRATEL;

c) treinamento do pessoal, sòmente possível, pelas condições regionais, através do próprio trabalho, aliás meio dos mais eficientes para qualquer aprendizado;

d) aumento do número dos circuitos pela EMBRATEL. Recentemente a EMBRATEL encaminhou à COTELB ofício solicitando circuitos de entrada e saída locais para o plano de emergência elaborado por aquela Emprêsa, que permitirá a ampliação de 30 circuitos de saída de Brasília para a rêde nacional e 80 no sentido inverso. Tal providência foi tomada a fim de aliviar o tráfego interurbano desta cidade enquanto se ultimam as obras do DDD. O prazo aproximado da conclusão do plano de emergência é de 120 dias;

e) maior contrôle da mudança dos números de assinantes, já providenciada com a suspensão temporária dos cortes, para novos testes e a distribuição de novos catálogos telefônicos;

f) melhoria dos serviços de manutenção, que se procura obter através da convocação de técnicos em outras áreas;

g) apoio permanente do Govêrno para propiciar à Companhia os meios necessários para dotar Brasília de serviço telefônico condizente. Convém ressaltar que o Excelentíssimo Senhor Ministro das Comunicações determinou, em reunião conjunta com a CTB, COTELB e EMBRATEL a criação de uma comissão, coordenada pela EMBRATEL, com o objetivo de verificar as condições e deficiências do tráfego e de transmissão entre Brasília e Rio de Janeiro. A comissão já concluiu tal trabalho devendo encaminhar relatório ao Ministério das Comunicações nos próximos dias. Ficou acertado que as emprêsas envolvidas tomariam as providências que o relatório determinar."

Dito isto, aproveite-se a oportunidade para ressaltar, mais uma vez,

ser o serviço telefônico desta Capital dos melhores do País, apesar das deficiências temporárias já anunciadas e apresentadas.

A direção da COTELB, através da nossa palavra, deseja dar uma satisfação a todos os usuários dos serviços telefônicos de Brasília, para que cesse essa campanha, que é uma campanha, antes de tudo, contra Brasília, é uma campanha dirigida a fim de que continuem a negar a Brasília condições de funcionamento como Capital da República, de fato e de direito!

Normalmente, dizem por aí que Brasília não tem condições de abrigar as Embaixadas porque não dispõe de meios de comunicação. Isto não é verdade. O que não é possível é aceitarmos críticas a um serviço que está passando por uma transformação, por uma fase de ampliação e, portanto, devemos ser coerentes conosco mesmo, devemos ser prudentes e aguardar, que providências estão tomadas para a normalidade do serviço.

Muito obrigado a V. Exa., Sr. Presidente. (**Muito bem! Palmas.**)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Tem a palavra o nobre Senador Benedito Ferreira.

**O SR. BENEDITO FERREIRA (Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, como já é do conhecimento da Casa, mesmo porque já foi constituída uma Comissão Externa para representar o Senado, uma exposição agropecuária, de caráter nacional, está-se realizando em Goiânia, irá funcionar, oficialmente, de 29 de maio a 6 de junho próximo.

Sr. Presidente, em meu Estado, a preocupação de criar-se uma nova estrutura econômica, face à infra-estrutura existente, fruto do extraordinário govêrno revolucionário de Otávio Lage de Siqueira, que dirigiu aquêle Estado de 1965 a 1970, ali implantando uma obra excepcional, multiplicando todos os setores, no que diz respeito à infra-estrutura econômica e à infra-estrutura social, gerou a necessidade de criar-se uma estrutura para desfrutar todos aquêles investimentos básicos ali realizados; a criação de empregos novos, em virtude da pressão demográfica, gerada em grande parte graças à presença de Brasília, face ao excesso de mão-de-obra e às limitações de capital — de vez que, sabemos todos, para criar-se um emprêgo nôvo na agropecuária, necessita-se de quantia inferior a dois mil cruzeiros; ao mesmo tempo, a criação dêsse mesmo emprêgo nôvo na indústria demanda investimento superior a quarenta mil cruzeiros.

Por essa razão, Sr. Presidente, entendeu-se que o apoio para a diversificação e, sobretudo, para o aumento da produtividade na agropecuária, era medida da maior urgência. Sabemos todos que, lamentàvelmente, a produtividade nacional na área da agropecuária, apesar de sermos um País eminentemente agropastoril, lamentàvelmente, eu enfatizo, está abaixo da crítica. Sabemos todos que, apesar da excelsitude do clima, das benesses com que fomos aquinhoados pela natureza, de todos os fatôres com que fomos contemplados neste nosso imenso continente, que indica têrmos as condições necessárias para aqui desenvolver a melhor pecuária do mundo, vez que podemos explorar a raça Zebuína, a menos complicada e de maior produtividade; não obstante tudo isso, Sr. Presidente, o nosso desfrute não ultrapassa a faixa de 10% ao ano. Se buscarmos a figura da pecuária norte-americana, com as dificuldades ecológicas, com um sem-número de dificuldades que encontram os criadores na grande nação vizinha e aliada, não podendo desfrutar do privilégio de explorar e criar a raça zebuína, são forçados ao criatório de raças exóticas, não obstante, desfrutam êles de 25% ao ano de seu rebanho bovino.

Se volvermos a atenção para a nossa produtividade agrícola, iremos constatar, para tristeza nossa, que em relação ao nosso principal prato, o arroz, atividade preponderante do meu Estado, ainda estamos com um índice de produtividade de 1.200 quilos por hectare. E, no entanto, em países europeus, onde esta semente, êste grão não é o prato preponderante, onde exploram terras milenarmente exaustas, obtêm uma produtividade de 7.200 quilos por hectare de arroz.

Nessas condições, Sr. Presidente, entendeu o Govêrno do Estado, em consonância à orientação do Govêrno Federal, diversificar, dar apoio técnico e apoio financeiro à agropecuária e os resultados não se fizeram esperar. No sudoeste goiano, por exemplo, o município de Santa Helena, com a implantação da cultura do algodão, dado aos estudos ali realizados, dada à orientação e à presença constante de técnicos, tem atingido níveis mais que surpreendentes, que nos têm permitido carrear para as nossas fronteiras os tradicionais cotonicultores do grande Estado de São Paulo. A produtividade, no que diz respeito ao algodão, se fêz tão notável, naquele município, que as terras sofreram uma supervalorização, que pode ser adjetivada de astronômica, permitindo a locação, o aluguel por alqueire geométrico, ao absurdo preço de dois mil cruzeiros por ano. Mesmo pagando êste aluguel é dado ainda ao cotonicultor um lucro realmente vantajoso. E tudo isso nos leva àquele entendimento de que o ensino agrícola no Brasil, apesar do esfôrço empreendido pelos Governos Revolucionários, vem aguardando sua vez, na multiplicidade, no acúmulo de erros e desacertos da herança que recebemos a partir de 1964.

Assim, Sr. Presidente, a par dos financiamentos, a par do armazenamento, a par da comercialização, a par dos preços mínimos, urge que voltemos as nossas vistas, que o extraordinário Ministro da Educação volva sua atenção para o ensino agrícola em nível médio.

Ainda há poucos dias, tivemos oportunidade de, num aparte ao ilustre Senador Mattos Leão, trazer à colação um dado estatístico que entristece e envergonha a todos nós. É aquêle em que se retrata que, no ensino médio agrícola, para atender à metade da população brasileira, pois esta, de fato, reside nos campos, temos menos de 20 mil matrículas para serem propiciadas aos jovens da nossa principal atividade econômica. No entanto, nos consentimos o luxo, nos permitimos a extravagância de custear 4.430 mil matrículas no ensino médio acadêmico, êste ano.

**O Sr. José Lindoso** — Permite-me V. Exa. um aparte? (**Assentimento do orador.**) Afazeres na Comissão de Constituição e Justiça não me permi-

tiram acompanhar todo o discurso de V. Exa. Nesta altura em que comecei a acompanhar com o mais vivo interêsse que sempre merecem as palavras de V. Exa., como interessado que é nos problemas nacionais, vejo que V. Exa. está fazendo a colocação do problema da produtividade no meio rural brasileiro, e também uma conexão dêste assunto com o ensino agrícola. E para demonstrar que a baixa produtividade no meio agrícola brasileiro tem uma correlação com a insuficiência dos técnicos do ensino médio e, no mesmo passo, com a qualidade não muito boa do nosso ensino agrícola, eu me permito discordar da colocação que V. Exa. está fazendo do assunto. Discordo para dar uma contribuição num outro aspecto. Tenho especial interêsse pelo ensino agrícola no meu Estado, que não é um Estado que possa servir de argumento absoluto para as considerações rápidas que pretendo fazer. Os técnicos de nível médio, formados nas nossas escolas técnicas de agricultura, não encontram no meio rural, no empresariado rural, o ambiente para o trabalho. Êles não são convocados para exercer as suas atividades no campo. Isso não acontece sòmente no Amazonas. O homem que exercita atividade no campo, em uma grande faixa do Brasil, ainda prescinde da tecnologia. Daí, realmente, a baixa produtividade das nossas atividades agrícolas. Creia V. Exa. eu ainda agora auscultava o pensamento do eminente Senador Orlando Zancaner sôbre o assunto — que a grande revolução que temos de fazer nessa área é a do estabelecimento de uma nova mentalidade, a mentalidade da tecnologia para o campo. É o que me parece ser uma das grandes angústias e um dos grandes ideais do jovem Ministro da Agricultura, o agrônomo Cirne Lima. Assim, para fazermos essa colocação, precisamos estabelecer a necessidade de missões específicas de divulgação no meio agrícola, para orientação dos nossos agricultores na sua grande maioria, para o imperativo de criarmos condições de produtividade, conseqüentemente de alta produção e de preço dos nossos produtos agrícolas. Em São Paulo, no Paraná, existem realmente emprêsas com essa exigência sofisticada no plano da atividade agrícola, mas na área do Nordeste, do Amazonas e do Brasil Central há uma grande dificuldade. Despertar a sensibilidade do empresário do campo para essa nova perspectiva constitui imperativo de consciência e deve, verdadeiramente, merecer de V. Exa., sempre bastante vigilante para êsses problemas, a sua ajuda, a sua autorizada cooperação.

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Sr. Presidente, nobre Senador José Lindoso, mesmo ameaçando discordar, mesmo avisando que ia divergir, S. Exa. vem ao meu socorro. S. Exa. me apóia, e eu entendi, de pronto, que a sua divergência anunciada não era para valer, porque S. Exa. disse que se deve levar a Tecnologia, a Ciência e o apoio industrial à agropecuária, a exemplo do que foi feito no grande Estado de São Paulo, aqui muito bem representado pelo ilustre Senador Orlando Zancaner e outros da extraordinária Bancada paulista.

Em 1939, a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo recebia do orçamento estadual dotação maior do que aquela consignada ao Ministério da Agricultura para atender a todo o Brasil.

Percebe-se que os dirigentes paulistas, os diligentes e inteligentes paulistas entenderam muito cedo que a forma de aplicar bem os seus capitais — então de certa forma limitados — era criar um mercado consumidor forte e perene, era dar à agricultura e à agropecuária aquêle apoio, aquela compatibilidade entre a agropecuária e a indústria. E os resultados não se fizeram esperar.

Hoje, qualquer industrial, ao abrir uma porta nos limites geográficos do Estado de São Paulo, terá efetivamente milhões e milhões de consumidores paulistas com poder aquisitivo real para comprar a sua manufatura.

Logo, Sr. Presidente, o exemplo de São Paulo já vem de muitos anos e, lamentàvelmente, não foi seguido nem perseguido mesmo de longe, pelos nossos governantes, na maioria dos Estados ou no concêrto da Federação.

Mas há resistência ao apoio técnico nos meios rurais. Disse o Senador José Lindoso que o nosso homem prescinde (quero crer que S. Exa. quis dizer: quer prescindir) do apoio técnico. Não há como entender isso, Sr. Presidente, senão pela ignorância do nosso agricultor, do nosso homem do campo, ignorância essa calcada no tradicionalismo. Êle quer realmente prescindir, êle resiste à orientação técnica. Mas, cabe aos mais esclarecidos, cabe, sobretudo, ao Poder Público, trazer êsses resistentes ao apoio técnico, trazer seus filhos para as escolas agrícolas de nível médio, para que êsses jovens, amanhã, possam levar para dentro dessas famílias resistentes os conhecimentos amealhados na escola e fazer com que frutifique a técnica.

**O Sr. Orlando Zancaner** — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Com muito prazer, nobre Senador.

**O Sr. Orlando Zancaner** — Entendo, nobre Senador, que o estágio do ensino médio em favor da agricultura está, efetivamente, ultrapassado. É necessário, sim, levar-se a técnica ao agricultor, vencer a sua resistência, a sua luta contra a nova técnica, principalmente no setor que V. Exa. tão bem conhece, o setor da pecuária, onde poderia dizer que não conseguimos aquilo que inúmeros países do mundo já conseguiram: a formação de bancos de inseminação artificial. A resistência tem sido intensa da parte do nosso lavrador, que acredita só nêle, na sua capacidade de trabalho, e nos dias que êle aceita como os dias em que a Lua deve dar os influxos nas suas plantações. Então, eu diria que precisamos, sim. No meu Estado está-se realizando ou tentando realizar êste milagre de que V. Exa. falou. Estamos levando ao nosso agricultor, ao nosso pecuarista, meios e condições para melhoria dos seus rebanhos e da sua técnica agrícola. A resistência, efetivamente, tem sido grande e nós só conseguiremos melhorar êste padrão na próxima geração, porque não acredito que os homens que já estão calcados numa longa vida e numa tradição de lavradores, aceitem aquilo que a técnica está no mundo todo a provar. A nova geração, sim, essa geração de homens que está estudando, é que poderá, efetivamente, aceitar a nova técnica, no aumento da produtividade em

nosso País. Eu diria que nós teríamos imensa necessidade da colaboração dos homens que, como V. Exa., têm o comando no setor da pecuária do seu Estado, incentivando as associações de classe, forçando o atendimento dêsses homens para que, dentro de período razoável, possamos realmente implantar, não com absoluto sucesso, já que não acredito nisso com certa rapidez, mas dar ao nosso lavrador aquilo por que V. Exa. tem lutado tanto: condições para que aceite a técnica e possamos, como Nação, ter uma grande produtividade e dar melhores meios de vida à nossa gente.

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Muito agradecido, Senador Orlando Zancaner.

Mas, Sr. Presidente, continuo divergindo. Parece-me até, e poderá parecer a V. Exas., que tenho vocação para o espírito de contradição. Em São Paulo, é verdade, construíram o alicerce, levantaram paredes; agora, lhes é permitido pensar no telhado. Mas nós outros, que chegamos a cidade de Araguaína, habitada por nordestinos e na grande maioria por homens do sul do Maranhão e alguns do Pará, quando ali cheguei, em 1963, encontrei uma agricultura, pasmem V. Exas., anterior à agricultura do Brasil-Colônia. Encontrei ali uma agricultura em que os trabalhadores desta atividade não sabiam sequer encabar uma enxada, não sabiam e não conheciam o uso das ferramentas aqui trazidas pelos colonos portuguêses, não conheciam a vantagem do uso da foice em relação ao uso do facão. Estive junto aos meus trabalhadores, fazendo diante dêles demonstração, para que êles aprendessem o uso da foice, o uso da enxada convenientemente encabada, para que êles viessem aceitar que realmente é possível, com uma foice, um homem produzir mais do que quatro, usando facões.

Logo, Sr. Presidente, eu insisto no ensino médio, naquele ensino técnico mais assimilado àqueles que nem sequer têm o alicerce. Entendo e aceito que para o estágio, no caso, de uma agricultura e de uma pecuária como estas desenvolvidas no Estado de São Paulo, se pense em nível técnico superior.

**O Sr. José Lindoso** — Permite-me V. Exa. um aparte?

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Com muito prazer.

**O Sr. José Lindoso** — É um problema de consciência. Considero e insisto que V. Exa. está tratando nesta tarde, no Senado, de um assunto da maior responsabilidade e do maior interêsse nacional. V. Exa. está tratando da produtividade no meio agrícola brasileiro, V. Exa. está, portanto, enfocando, com o problema da produtividade, o desdobramento do problema de empregos e todos os aspectos sociais. Faz uma colocação com relação ao problema do ensino médio. Tenho alguma experiência no problema de ensino. Não quero em absoluto dizer a V. Exa., rasamente, que é totalmente improcedente a colocação de V. Exa., porque isto importaria numa descortesia e, mais que descortesia, importaria numa extremação de raciocínio. Quero dizer a V. Exa. que não é só problema de ensino médio. O grande problema para essa mudança que o nobre Senador Orlando Zancaner focalizou, principalmente para atingir a faixa dos homens adultos que estão no campo, o grande processo é aquêle que V. Exa. fêz com seus colonos, com seus trabalhadores na área que V. Exa. acaba de referir: é o exemplo, é levar realmente ao trabalhador o exemplo para que êle faça a constatação, para que êle obtenha resultados, para que êle se convença. E neste setor temos hoje no Brasil uma atividade extraordinária, que é realmente aquela que se chama técnica de extensão, processo de extensão rural e que as ABCAR estão fazendo, prestando um serviço extraordinário a êste País, no campo da modificação da mentalidade agrícola, no sentido da mudança dessa mentalidade, da libertação do nosso homem do campo daquela era do princípio da nossa História, como V. Exa. está referindo. E hoje, dentro de uma soma de esforços, através de uma convergência de esforços, numa sensibilidade, graças a Deus, já sentida, embora com tanta tardança, mas já perfeitamente sentida uma vez que o Ministério da Agricultura está sensibilizado para o problema, verificamos que hoje o próprio Banco do Brasil, quando faz o crédito agrícola, êle associa a atividade do crédito agrícola — está fazendo isso em experiências sucessivas — à ação do trabalhador rural, através da ABCAR. Veja V. Exa. como o problema é complexo. Estou para dar uma colaboração em tôrno do assunto, que considero de alto interêsse. Veja V. Exa. como seria de extraordinária significação se tôdas as Secretarias de Estado, se tôdas as agências que estão voltadas para a Agricultura tivessem essa preocupação de, ao lado da assistência técnica, promover a assistência educacional nos moldes do processo de assistência rural que o Banco do Brasil vem fazendo, utilizando êsse instrumento notável, que está modificando a fisionomia do meio rural brasileiro, que são as ABCAR.

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — V. Exa. concorda comigo no atacado e diverge no varejo. V. Exa. entende que se precisa da instrução em nível médio, mas diverge que se fale em ensino médio.

**O Sr. José Lindoso** — Não divirjo. Se levei V. Exa. a êste raciocínio, peço desculpas. Não desejo eliminar o debate em tôrno do Ensino Médio. Não valorizo, no atual estágio da nossa agricultura, na sua percentagem maior, êsses técnicos gabaritados que V. Exa. está reclamando. Estou pedindo uma coisa mais modesta, estou pedindo a demonstração agrícola através dos agentes da ABCAR. Essa demonstração, através dos agentes da ABCAR, vai recrutar técnicos do ensino médio, muitos dos seus extensionistas.

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Sr. Presidente, vou tentar colocar melhor o problema e me fazer entender.

Em Goiânia, no ano passado, em que pêse a gratuidade e as benesses da Universidade Federal aos nossos estudantes, a nossa escola de Agronomia, para fazer uma turma de vestibulandos, teve que promover dois vestibulares, tal o desinterêsse que se verifica no nível superior, porque o maior empregador dos agrônomos e dos veterinários é, sem dúvida alguma, o Poder Público.

**O Sr. José Lindoso** — Freqüentemente é o único empregador.

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Concordo com V. Exa. A remuneração

que temos propiciado a êsses técnicos, na área do Ministério da Agricultura, é um escárnio se não um insulto a qualquer técnico de qualificação em nível médio. Nessas condições, Sr. Presidente, com o êxodo que temos verificado nas escolas de nível superior, a baixa remuneração não tem podido propiciar aos técnicos de nível superior. O que se verifica é que aquêles que abraçam esta profissão, que abraçam a atividade de agrônomo ou de veterinário, ingressam no Ministério da Agricultura para ali exercitarem funções burocráticas visto o que lhes pagamos não corresponder, de maneira nenhuma, senão ao quantitativo equivalente a um "bico", nunca a uma função daquele que, para exercê-la, adquiriu diploma de nível superior.

Nestas condições, temos atualmente no Brasil mais de 150 mil estudantes de Ciências Humanas e Sociais em nível superior. Um País que tem 50% da sua população nas atividades rurais, que tem mais de 80% das suas divisas buscadas na agropecuária, com tudo isso, êste País tem 1/30 avos no nível superior de matrículas para técnicos de nível superior pertinentes a êsse setor da atividade do País, E, por outro lado, uma quantidade tão irrisória em relação ao ensino médio acadêmico, dêste ano, para os técnicos de nível médio, para aquêles que se contentariam com uma remuneração menor e falando uma linguagem mais simples, com menores exigências em relação ao ambiente de trabalho. Tenho a certeza, não me restam dúvidas, se gastássemos mais dinheiro no preparo de nossos jovens do meio rural, a fim de lhes dar os rudimentos, os conhecimentos de nível médio, quero crer, Sr. Presidente, com isto, na verdade, estaríamos dando um passo acertado, para o aumento da produtividade. Querermos uma agricultura em alto nível, realmente é projeto um tanto ambicioso. Temos de atentar para o volume de tratores anualmente financiados pelo Banco do Brasil, e que, em decorrência da ignorância de seus adquirentes, êsses tratores se prestam, na maioria das vêzes, e lamentàvelmente, muito mais a poleiros de galinhas, debaixo das mangueiras e dos paóis, mais do que como instrumentos válidos para o aumento da produtividade.

Estas, Sr. Presidente, as razões por que entendemos urgente a necessidade de ser levada a técnica, pelo menos em nível médio, através de homens de nível médio, numa linguagem mais simples e mais assimilável, a nossos resistentes agricultores, a fim de que, dentro das nossas limitações, dentro dos nossos recursos e de nossa capacidade de investir, tenhamos possibilidade de fixar na atividade rural êsse volume humano, que cresce geomètricamente em tôrno das grandes cidades, e que deixa de ser fôrça de produção nas zonas rurais para vir engrossar as falanges dos favelados, dos desajustados sociais. Deixam de constar nas estatísticas de produtores, mesmo na atividade subproletária, mesmo produzindo tão-sòmente o mínimo para o custeio da sua subsisitência, e vêm para a cidade, criando problemas sociais sérios, a exigir do Govêrno investimentos maciços para criar, para esta mão-de-obra desqualificada, condições de trabalho.

Estas, Srs. Senadores, as razões da nossa insistência, talvez colocando e adjetivando mal, sequer conseguindo apreciar tudo aquilo que era do nosso propósito. Estas as razões das críticas, que entendemos construtivas, aos nossos correligionários do Executivo, para que se diligenciem urgentemente a solução e os meios para emprestarmos aos nossos agricultores o apoio que se faz mais do que necessário.

**O Sr. Orlando Zancaner** — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Ouço o nobre colega.

**O Sr. Orlando Zancaner** — Nobre Senador Benedito Ferreira, entendo também que um maior número de criaturas no campo não aumenta efetivamente a produtividade no País. Os países de maior produtividade no mundo não possuem no campo grande número de pessoas.

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Concordo.

**O Sr. Orlando Zancaner** — É preciso, sim, providenciarmos o agrônomo, mas através de nossas entidades de classe, das associações rurais e associações de pecuária, do Govêrno Federal, dos Estados e dos Municípios. Nenhum lavrador tem condições de remunerar um agrônomo, e esta impossibilidade faz com que não chegue a êle, com uma certa rapidez, a técnica moderna da inseminação artificial, a técnica moderna de plantação das mais variadas culturas, a rotatividade das nossas culturas. Hoje, um dos fatôres mais imperiosos para a manutenção do humo das nossas terras não se verifica, porque os lavradores, quase na sua maioria, desconhecem êsse problema. Então, seria, sim, necessário que o Govêrno atendesse ao lavrador através das associações, através dos ministérios, fazendo chegar a êles o mínimo, para que, efetivamente pudessem aumentar a produtividade. Manter o homem no campo, não acredito que isso traga aumento de produtividade. Temos, sim, que tirá-lo do campo, temos, sim, que educá-lo, temos, sim, que instruí-lo. Só tiraremos êste País das condições em que se encontra quando, em cada canto, em cada município, instalarmos um estabelecimento de ensino, pouco importa qual seja êle. Então, sim, construiremos a grande Nação brasileira. Fora disto, a problema não será solucionado.

**O SR. BENEDITO FERREIRA** — Concordo com V. Exa., apenas acho um pouco utópico, um tanto visionário, um sonho. Não vejo como, nós, que temos excesso de mão-de-obra e pouco capital para investir, possamos de imediato criar tantos empregos na capital, como imagina V. Exa.

É um sonho extraordinário; a realidade é bem outra, lamentàvelmente. Logo, temos que buscar, urgentemente, como fixar o homem naquela sua atividade, porque, pouco ou muito êle está produzindo. O que não podemos aceitar é a proposta de trazê-lo para a cidade sob pretexto de dar-lhe melhor assistência, e reduzi-lo à condição de pedinte, de passar fome, ou, desgraçadamente, de ladrão.

Concordo com V. Exia. em que, nos países industrializados, onde existe pouca mão-de-obra e muito capital, com o avanço da tecnologia, com população inferior no meio rural, de 10%, êsses países tenham um índice de produção realmente agressivo a nós, povos subdesenvolvidos, ou povos em desenvolvimento. É que a êles, re-

almente, não faltam os meios, os recursos, para investir maciçamente e colocar a máquina e a técnica a serviço da produtividade.

No nosso caso, que temos excesso de mão-de-obra desqualificada, e sem recursos financeiros bastante para criar tanto emprêgo para os atuais da cidade, imagine V. Exa. fôssemos trazer para a cidade êsse colosso, êsse contingente humano que ainda está vegetando na zona rural! (**Soam as campanhias.**)

Sr. Presidente, vou concluir, V. Exa., generosamente, bem sei, já me tolerou além do tempo regimental. Mas, vou concluir.

Tudo isso, Sr. Presidente, levou o atual Govêrno do meu Estado, como disse, a voltar as atenções da administração para um apoio objetivo, para um apoio maciço à agropecuária, em virtude do entendimento de que, tendo pouco para investir, êste investimento obterá maior rentabilidade na criação de novos empregos, desde que orientados êsses parcos recursos para as atividades agropastoris. E por isso, Sr. Presidente, estamos realizando em Goiânia uma amostra nacional.

Trago aqui os dados, Sr. Presidente. Com uma área construída de 45.000 metros quadrados, nessa feira estão inscritas 2.350 reses para a grande parada — diz aqui a informação — e no segundo dia de entrada de animais já se encontram no recinto 1.286 reses bovinas.

Criadores da Bahia, Pernambuco, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Estado do Rio e do próprio Estado de Goiás, lá estão. Dentre êles, destaca-se Celso Garcia Cid, do Paraná, que é o maior expositor, em número de animais e variedades de raças, o maior contribuinte para essa exposição, até o presente momento, devendo confirmar a posição até o final. Duzentos e dezoito expositores já estão participando, oriundos de tôdas essas unidades aqui mencionadas. Funcionam no parque, atualmente, 12 agências bancárias. Está confirmada a presença de S. Exa. o Sr. Presidente Emílio Médici, no dia 4, às 17 horas, e 12 Governadores de Estado já anunciaram que ali se farão presentes. A direção do Banco do Brasil e do Banco Central também estarão presentes. Oito variedades zebuínas e três européias, são os espécimes de raças já em exposição. Sete variedades de raças de cavalos.

Já a esta altura, Sr. Presidente, estamos verificando uma freqüência de 70.000 pessoas, diàriamente. Todos os Estados participam com as barracas típicas — vamos ter por lá até "pato no tucupi". Trinta e oito firmas estão expondo seus produtos; comércio e indústria, ligados à agricultura e à pecuária, também participando desta Feira.

Busca desta forma o Govêrno do Estado, fazendo um esfôrço gigantesco, investindo maciçamente, estimular a presença de todos êsses expositores. Esperamos nós, e esperamos em Deus, que êsses esforços, ora empreendidos, resultem, de fato, em proveito para dar a Goiás, para dar ao Brasil aquêle desenvolvimento por que tanto ansiamos.

Sr. Presidente, reitero meus agradecimentos pela tolerância com que V. Exa. me permitiu chegar até aqui. Muito obrigado. (**Muito bem! Palmas.**)

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Não há mais oradores inscritos. (**Pausa.**)

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a Sessão, designando para a Sessão Ordinária de amanhã a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

REQUERIMENTO
N.º 59, DE 1971

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 59, de 1971, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 42, de 1967, que altera a redação do art. 132 da Consolidação das Leis do Trabalho.

2

REQUERIMENTO
N.º 60, DE 1971

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 60, de 1971, de autoria do Senador Vasconcelos Torres, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 31, de 1968, que extingue a Delegacia do Tesouro Brasileiro em Nova Iorque, e dá outras providências.

3

REQUERIMENTO
N.º 61, DE 1971

Votação, em turno único, do Requerimento n.º 61, de 1971, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 29, de 1963, que institui jornada de seis horas, nas emprêsas de trabalho contínuo, por meio de turnos sucessivos ou de revezamento, e dá outras providências.

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
N.º 7, DE 1969

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 7, de 1969 (n.º 688-B, de 1967, na Câmara), que dá nova redação ao artigo 64 do Decreto-lei n.º 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais), tendo Parecer sob n.º 4, de 1971, da **Comissão de Constituição e Justiça**, favorável, com a emenda que oferece de n.º 1-CCJ.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO
N.º 19, DE 1971

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos têrmos do art. 297 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 19, de 1971, que acrescenta parágrafo ao artigo n.º 53 do Código Nacional de Trânsito, tendo Parecer sob n.º 58, de 1971, da **Comissão de Constituição e Justiça**, pela injuridicidade.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg)** — Está encerrada a Sessão.

*(Levanta-se a Sessão às 16 horas e 55 minutos.)*

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR JOÃO CALMON NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 20-5-1971 QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

**O SR. JOÃO CALMON (Lê o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejei que o meu primeiro pronunciamento no Senado marcasse uma data e um acontecimento que têm, para mim, significação especial.

Antes, porém, de passar ao tema que me propus tratar, recordo dois eminentes capixabas que representaram com brilho invulgar o meu Estado natal, o Espírito Santo, e que tiveram fulgurante atuação nesta Casa: Atílio Vivacqua e Jefferson de Aguiar, bem como o ilustre Senador ao qual me coube substituir, Raul Giuberti, meu conterrâneo de Colatina, por várias vêzes membro da nossa Mesa Diretora.

Quero, também, destacar a honra que constitui para mim integrar a bancada capixaba ao lado de Carlos Lindenberg, eleito recentemente 1.º-Vice-Presidente do Senado e do Congresso Nacional, exercendo o segundo mandato de Senador, depois de governar, por duas vêzes, o Espírito Santo, e de Eurico Rezende, combativo vice-líder da ARENA, ex-Presidente da Comissão de Educação e Cultura e fundador da Universidade do Distrito Federal, com os quais espero compartilhar das responsabilidades da defesa dos interêsses e dos anseios do govêrno e do povo espírito-santenses.

No momento em que, pela primeira vez, falo neste Plenário, não posso deixar de render as minhas homenagens ao eminente presidente Petrônio Portella, que conduz com tanto dinamismo os nossos trabalhos, e ao ilustre líder do meu Partido e do Govêrno, Senador Filinto Müller, a quem a Nação e a Revolução tanto devem pelo seu espírito público, pela sua inteligência e pela sua capacidade de comando.

Invoco, também, com a mais profunda emoção, a extraordinária personalidade de Assis Chateaubriand, que teria sido um grande homem em qualquer tempo e em qualquer país, e que tanto dignificou, através de memoráveis pronunciamentos, os mandatos que lhe foram conferidos pelo povo da Paraíba e do Maranhão. Confesso aos meus nobres colegas que sinto mais uma vez a extensão de minhas limitações ao lado de tantas figuras eminentes da vida pública dêste País, ex-governadores, ex-ministros de Estado, admiráveis mestres, líderes de extraordinária projeção, que honram esta Casa, na bancada da ARENA e na bancada do Movimento Democrático Brasileiro, inclusive dois irmãos dos **Diários Associados**, os eminentes senadores Rui Carneiro, membro do Conselho Consultivo do Condomínio Acionário; Milton Trindade, diretor dos **Diários Associados** do Pará; José Sarney, na sua adolescência, repórter de **O Imparcial**, de São Luís; Ruy Santos, antigo redator e redator-chefe do **Estado da Bahia**; Arnon de Mello, que foi repórter político de **O Jornal**, do Rio de Janeiro; e o bravo líder da imprensa brasileira e Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, o eminente Senador Danton Jobim.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, há dois anos, mais precisamente em maio de 1969, falando na XVI Convenção Nacional do Lions Club, realizada em Recife, e agradecendo uma homenagem à memória de Assis Chateaubriand, que tanto estimava repetir a frase de Sarmiento: "O povo é soberano; eduquemos o soberano", tive a oportunidade de examinar alguns sombrios aspectos do panorama da educação no Brasil e de conclamar não sòmente os homens de govêrno, mas principalmente a iniciativa privada, a juventude das escolas e o povo em geral, para que se empenhassem numa cruzada que designei de "Década da Educação", capaz de contribuir para alterar fundamentalmente o quadro que se apresentava no País e de projetá-lo em definitivo, no decorrer de 10 anos, no rumo de seu destino de grande potência.

Vale a pena repetir, repetir **ad nauseam**, alguns dos assustadores números que citei. O Brasil estava, então, colocado, no que tange à alfabetização, nas 3 Américas, em 15.º lugar, e na América Latina, sabidamente uma área subdesenvolvida do nosso planêta, em 13.º lugar.

Como uma das conseqüências dessa deprimente posição, situava-se, em renda **per capita**, no 51.º lugar no mundo, no 9.º lugar na América Latina. Desgraçadamente, em consumo **per capita** de papel, inclusive de papel destinado à impressão de livros, jornais e revistas, estávamos também em 51.º lugar, embora paradoxalmente ocupássemos o 9.º lugar em número de aparelhos receptores de televisão.

Comparado com os demais países da América do Sul, Brasil, tomando como base o ano de 1966, situava-se em penúltimo lugar em número de estudantes do primário por mil habitantes. Contávamos com 127 alunos em mil, enquanto a Guiana tinha 243, o Paraguai, 177, a Venezuela e o Peru, 166 e o Chile, 141.

No ensino médio, só se situavam abaixo do Brasil, a Bolívia, a Colômbia, o Equador, o Paraguai e o Peru.

Quanto ao ensino superior, encontrávamo-nos ainda pior, seguindo-se a nós apenas a Colômbia, estando o Chile, o Paraguai e o Equador ao nosso lado.

Não se poderia desejar posição mais humilhante, principalmente para um País possuído pelo frêmito do desenvolvimento, mas contido pelas tenazes da ignorância, numa época em que só o conhecimento organizado assegura o grande salto para a modernização.

Do ano de 1966, base das estatísticas então citadas, à data de hoje, transcorreu um período que se não é cronològicamente longo, marcou profundas transformações na história dêste País, seja nos aspectos quantitativos do seu processo de desenvolvimento, seja pelos impactos que se produziram na mentalidade e nas lideranças políticas.

Afortunadamente, os governos revolucionários compreenderam que a educação deveria ser objeto prioritário das preocupações do Estado. O Ministério da Educação e Cultura, sob a dinâmica e corajosa orientação do Ministro Jarbas Passarinho, vem conseguindo inscrever a educação como preocupação real e efetiva do Govêrno nos seus esforços de aceleração do progresso social do País. Tanto é assim que os objetivos básicos da re-

forma do sistema educacional, proclamados nos Programas Estratégicos de Desenvolvimentos, assinalam três finalidades para a Reforma do Sistema Educacional:

— a de proporcionar as lideranças de que o Brasil precisa para alcançar os objetivos nacionais maiores;

— a de conciliar o progresso tecnológico do nosso tempo às aspirações do desenvolvimento econômico e ao progresso social e espiritual;

— e a de transmitir o gênio criador e a cultura brasileira, preparando recursos humanos para o desenvolvimento, tomado em sentido integrado e construção da nova sociedade.

A formulação então feita, fundada em uma visão integrada do desenvolvimento, levou o Govêrno a colocar a educação como instrumento de maior alcance para a consecução, em forma orgânica, dos objetivos econômicos e sociais. Reconhecia, então, o Govêrno que, numa aventura calculada, quando se preparava o País para a efetiva retomada do desenvolvimento, era preciso situar a educação na primeira linha de ataque expandindo-a e reformulando-a para que se constituísse, realmente, numa arma poderosa do progresso social e da expansão das oportunidades de emprêgo.

O Govêrno Revolucionário reconhecia enfàticamente, para os fins de converter em metas específicas, o relevante papel da educação para o progresso tecnológico, uma vez que o desenvolvimento está estreitamente vinculado à maior especialização do fator trabalho e inclui as melhores formas de organização e os melhores métodos, assim como a expansão da pesquisa científica e tecnológica. Dêsse reconhecimento decorria o aumento quantitativo de recursos humanos para os programas de desenvolvimento para um dado nível de tecnologia, como também a preparação de novas aplicações para os recursos humanos e de um nôvo quadro institucional para liderar o progresso.

Reconhecia, ainda, que, como instrumento do progresso social, a educação brasileira deveria assegurar a participação de tôdas as categorias sociais nos resultados do desenvolvimento, criando o quadro institucional necessário a valorização do homem brasileiro e, notadamente, assegurando a democratização de oportunidades através da garantia de:

— um número mínimo de anos de escolarização a tôda a população escolar, garantia que gradualmente atingirá a tôdas as regiões do País;

— acesso dos mais capazes e talentosos ao ensino superior corrigindo as distorções existentes;

— formação de uma esclarecida consciência democrática a serviço dos valôres espirituais e de uma nítida afirmação nacional.

**O Sr. Vasconcelos Torres** — V. Exa. me permite um aparte?

**O SR. JOÃO CALMON** — Com todo o prazer.

**O Sr. Vasconcelos Torres** — Ao ensejo de sua estréia, quero ressaltar a coerência do Parlamentar e do homem de emprêsa que sempre teve as suas atenções voltadas para os graves problemas educacionais da nossa Pátria. V. Exa. é um homem sofrido na luta em defesa dêste País. Quero relembrar o momento em que ainda havia uma interrogação; não se sabia qual o rumo a seguir estando muitos à espera de uma solução. V. Exa. se encontrava, então, na linha de frente, comparecendo ao debate público, desafivelando a máscara de demagogos vulgares, tendo merecido um epíteto que eu, neste instante, faço questão de repetir — e que acho, é a primeira vez que vai constar no Senado —, o cognome de "João sem Mêdo", porque, efetivamente, armado apenas de patriotismo, com os dados da lógica e do conhecimento, V. Exa. travou o debate memorável de que tôda a Pátria tem conhecimento e que lhe iria marcar a personalidade como um autêntico revolucionário. Quero congratular-me com V. Exa., pois ninguém lhe tirará — essa bandeira de promotor da "Década da Educação". Quero ainda pedir licença ao nobre colega e brilhante jornalista para acrescentar ao nome do nosso prezado colega e atual Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, dois outros, que faço questão de mencionar nesse belíssimo discurso que V. Exa. pronuncia no Senado, no dia de hoje. O Ministro Muniz Aragão e o nosso colega, atual, Senador, Tarso Dutra, êste enfrentando talvez a batalha mais difícil, porque numa época em que a situação também estava ainda indefinida, sofrendo na sua carne agruras, colhendo aborrecimentos imensos, mas sabendo imprimir ao Ministério da Educação uma política sensata. Foi S. Exa. o autor da primeira reforma séria nos nossos destinos universitários. Quando a universidade, meu caro Senador João Calmon, continua difícil, apesar de se aumentar o número de escolas superiores —, pois ainda apenas um pequeno número pode chegar às universidades — eu quero saudar V. Exa. como um colega mais velho e dizer que V. Exa. nos proporciona momentos de meditação porque se a saúde é importante, se o desenvolvimento é indispensável, nem um nem outro pode subsistir sem educação. E educação é o tema preferido de V. Exa. Permita-me que registre, porque o diário não pode consignar, a impressão que colho da emotividade que transparece na fisionomia de V. Exa. ao abordar êsse problema. É de fato V. Exa. um verdadeiro soldado da batalha educacional neste País. Saúdo V. Exa. e felicito o Senado por ter uma figura tão brilhante fazendo parte da mais alta Câmara Legislativa desta Pátria.

**O SR. JOÃO CALMON** — Agradeço ao meu nobre colega, Senador Vasconcelos Torres, a generosidade de seu aparte.

No decorrer do meu discurso, focalizarei também as figuras admiráveis que V. Exa. acaba de indicar: os Ministros Muniz Aragão e o nosso Colega, eminente Senador Tarso Dutra.

Entretanto, Sr. Senador Vasconcelos Torres, devo proclamar que, em relação às lutas em que me empenhei, no passado, considero que, esta sim, é a batalha mais importante da minha vida, e a que espero dedicar os meus últimos anos de existência.

Não sou, na realidade, promotor da "Década da Educação," mas apenas um soldado obstinado dessa luta e costumo sempre proclamar, sem fin-

gir falsa modéstia, que não passo da categoria de aprendiz da educação.

**(Retomando a leitura.)**

Na expansão das oportunidades de emprêgo, decidiu o Govêrno que a educação deveria preocupar-se de um lado com a preparação geral do estudante brasileiro para a vida em comum numa sociedade moderna, através do ensino primário e médio, e, de outro, da qualificação da mão-de-obra para a vida de trabalho mediante ensino técnico profissionalizante em nível colegial e superior.

A orientação governamental visava, assim, a imprimir uma visão nitidamente reformista ao setor educacional.

A nova política brasileira, no campo educacional, já colheu resultados apreciáveis. Houve aumento substancial de recursos orçamentários, elevando-se, em 1970, a mais de 1 bilhão e seiscentos milhões de cruzeiros os dispêndios federais em educação, correspondentes a 1,4% em relação ao dispêndio de 69.

O Brasil está gastando, no setor público e no setor privado, cêrca de 1 bilhão de dólares, com educação, o que representa, conforme salientou recentemente o ex-Ministro Hélio Beltão, muito mais do que a Aliança para o Progresso aplicava, em um ano, em tôda a América Latina.

Vou incorporar ao meu discurso, para efeito de publicação, uma demonstração dos dispêndios da União com a Educação. Em relação à despesa, a União já está gastando importância que ascende a 6,9% com a Educação. Nossas despesas totais com Educação, em relação ao Produto Interno Bruto, são de 4,7%, contra 2,1 antes da Revolução de março de 1964.

Em relação aos alunos matriculados no ensino primário, no ensino médio e no ensino superior, a situação é realmente auspiciosa. Em 1963, tínhamos apenas 9.200.000 crianças freqüentando escolas primárias e, em 1969, êste número já ascendia a 13.000.000. Em relação ao ensino médio, possuíamos, em 1963, sòmente 1.700.000 alunos e em 1969, o número era de 3.600.000 alunos. Em relação ao ensino superior, principalmente depois do notável impulso que lhe foi dado no Govêrno do Presidente Costa e Silva, em que era Ministro da Educação o nosso colega Tarso Dutra, de 120.000 alunos, em 1963, alcançamos 380.000, em 1969. Para êsse esfôrço da Revolução em favor da educação, no nível superior, contribuiu, também, decisivamente, a dedicação de outro admirável ex-Ministro da Educação, professor Moniz Aragão.

Os dados que acabo de citar são tanto mais auspiciosos, porque correm paralelos com as preocupações crescentes de caráter qualitativo, traduzidas principalmente pelas profundas reformas que vêm sofrendo a estrutura do Ministério da Educação e Cultura e pelas, que se estão empreendendo no ensino médio, com a orientação voltada para o trabalho, abrindo, assim, perspectivas de imensa repercussão vocacional e de enriquecimento dos recursos humanos para o desenvolvimento. Foi na administração do nosso eminente colega Tarso Dutra que foram obtidos empréstimos em dólares para implantação de ginásios orientados para o trabalho. Essa reforma do Ministério da Educação se impunha com alta prioridade, porque, segundo afirmou, num pronunciamento na Escola Superior de Guerra o eminente Ministro Jarbas Passarinho, a estrutura anterior do Ministério da Educação e Cultura exigia uma alteração radical.

Segundo o Ministro Jarbas Passarinho — e vou citar as palavras de S. Exa., textualmente — "O Ministro não administra nem ministra a educação. Não ministra, eis que o ensino primário em sua totalidade e grande parte do ensino médio são da alçada dos Estados e Municípios, de longa data. Ao Ministério da Educação e Cultura, através do Plano Nacional de Educação, cabe financiar e controlar (entre parêntesis, S. Exa. incluiu uma interrogação) o sistema". "Financia mas não controla", acrescenta o Ministro, "pois não tem capacidade para fazê-lo. Quanto ao ensino superior, êle é entregue às universidades, que gozam de autonomia, arma defensiva de que dispõem, para se resguardarem dos humores dos Ministros que passam e a educação fica".

"Nenhum Ministro administra o sistema educacional", afirma o eminente Senador Jarbas Passarinho, "dado que entre êle e os executantes, como fiéis guardiães da metodologia e da didática, estão os mestres de notório saber, nomeados para o Conselho Federal de Educação, órgão criado exatamente para êsse fim".

**O Sr. Ruy Santos** — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. JOÃO CALMON** — Com prazer.

**O Sr. Ruy Santos** — Há um velho princípio com a seguinte enunciação: "O povo pobre não se educa porque é pobre; e o povo que não se educa não enriquece." Quer isso dizer que sofremos as conseqüências de sermos um povo pobre e, por isso, não nos podemos tornar ricos. Mas a verdade é que, com tôda a nossa pobreza, com o esfôrço do Poder Público — e estou certo de que V. Exa. levará o seu discurso até o grande esfôrço em que se encontram empenhados todos os municípios brasileiros — não sei se no Sul se dá isso, mas no Norte e no Nordeste há escolas, sem conta, de alfabetização, mantidas com sacrifício pelas Prefeituras e sob a responsabilidade de leigas, prestando um grande serviço à população brasileira. Quer dizer que, apesar de pobres, realizamos um grande esfôrço não só de parte do Poder Público, mas de particulares, também. Os empresários estão participando desta obra, e V. Exa. se refere ao MOBRAL, em que há uma participação ativa dêles, há um grande esfôrço para vencermos a barreira da pobreza, para chegarmos àquela educação desejada, que facilita o enriquecimento.

**O SR. JOÃO CALMON** — Agradeço ao eminente Senador Ruy Santos sua preciosa contribuição a êste modesto pronunciamento.

Com invejável realismo, o eminente Ministro da Educação, numa conferência proferida em 1970, na Escola Superior de Guerra, depois de destacar os prodigiosos esforços que os governos da Revolução têm realizado, afirmou o seguinte:

> "A verdade é que apesar do enorme esfôrço realizado, mal podemos festejar a vitória da batalha dos números. O que resta por fa-

zer é simplesmente gigantesco. O que se impõe corrigir é impressionante. A desproporção entre os meios e objetivos a atingir é, por vêzes, desanimadora."

Prosseguindo meu discurso, vou focalizar o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Êste benemérito movimento, fundado no Govêrno do saudoso Presidente Costa e Silva, por iniciativa do então Ministro da Educação, o nosso eminente colega Tarso Dutra, foi lançado numa reunião, no Palácio do Planalto, transmitida através da cadeia nacional de rádio, no dia 8 de setembro de 1971, "Dia Mundial da Alfabetização".

Agora, no Govêrno do General Garrastazu Médici, o MOBRAL recebeu novos impulsos sob a vigorosa liderança do Professor Mário Henrique Simonsen, à base de um esquema de incentivo fiscal e de participação comunitária e que se tornou possível graças à inexcedível obstinação do Ministro Jarbas Passarinho.

Quando ainda não pertencia aos quadros do Poder Executivo, como Presidente do MOBRAL, o Professor Mário Henrique Simonsen fêz as seguintes e impressionantes afirmações no seu famoso livro "Brasil Ano 2001":

(Lê.)

"Se não houvesse tanta reprovação do primeiro para o segundo ano primário, as salas de aula do Brasil dariam para abrigar tôda a população em idade escolar (de sete a onze anos)."

Nesse mesmo livro, à página 218, criticando os desperdícios criminosos no setor educacional, principalmente no nível universitário, o Professor Mário Henrique Simonsen assevera: (lê.)

"Infelizmente, o ensino no Brasil constitui o mais vivo exemplo de como é possível arrasar pela estupidez a relação capital-produto de um setor."

**O Sr. Ruy Santos** — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. JOÃO CALMON** — Com todo o prazer.

**O Sr. Ruy Santos** — Perdoe V. Exa. estar interrompendo o seu brilhante discurso.

**O SR. JOÃO CALMON** — Eu é que agradeço e estimo o aparte e a colaboração de V. Exa.

**O Sr. Ruy Santos** — O problema de redução de matrículas do primeiro para o segundo ano primário não é tanto fruto da reprovação. A dolorosa realidade brasileira é que o menino pobre, mal chega à escola, mal começa a assinar o nome e a fazer as contas, é solicitado a contribuir na receita doméstica e, então, é retirado da escola. E, por isso, encontramos, nas estatísticas de ensino primário, chegando à última série apenas dez por cento dos que se matricularam na primeira. Êles vão saindo, fugindo da escola, pela pobreza e necessidade de contribuir com alguma coisa para a receita do lar. Não é, pois, tanto o problema da reprovação a que se refere o Professor Simonsen.

**O SR. JOÃO CALMON** — As causas do alto índice de evasão do 1.º para o 2.º ano primário não são ecxlusivamente de ordem econômica. Esta causa é bem conhecida e a sua importância não pode ser subestimada. Entretanto, há outros fatôres importantes: é que, no Brasil, mais de 40% das professôras dos cursos primários não têm diploma de normalista, e 10% não têm, sequer, o curso primário completo. Outro problema é que, em face dos nossos índices de pauperismo, que ainda são inegáveis, muitas crianças deixam de freqüentar as escolas quando por acaso é reduzida ou eliminada a merenda escolar. De maneira que as causas de evasão são numerosas e o nosso mestre, o professor Mário Henrique Simonsen, no seu livro "Brasil, Ano 2001", apenas focaliza um dos fatôres. Os outros são também da maior importância.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Permite-me V. Exa. um aparte?

**O SR. JOÃO CALMON** — Com todo o prazer.

**O Sr. Benedito Ferreira** — Nobre Senador, ouvi com muita preocupação o aparte do Senador Ruy Santos, quando invocou como causa principal o pauperismo, que promove o êxodo das escolas para que a criança vá contribuir, vá participar na receita familiar. Mas, sem dúvida, a solução — não sei se V. Exa. a traz como indicação — seria aquela de mudar-se o ano letivo, especialmente na zona rural, adequando-o aos períodos das colheitas, no caso das entressafras. Porque, na verdade, o grande resíduo dos não-matriculados na faixa etária do primário, no Brasil, está precisamente na zona rural. Sabe, V. Exa., que apesar do esfôrço governamental, de acôrdo com as estatísticas, nós devemos ter um têrço ainda de crianças não-matriculadas na faixa de 7 a 14 anos, vale dizer, na área do ensino primário. Êsse um têrço não está sendo matriculado exatamente porque não temos os recursos, ou meios para fazer os investimentos que estão sendo exigidos para atender essa população rarefeita e pulverizada da zona rural. Os investimentos que se farão serão inócuos, em virtude da coincidência do ano letivo com o período das colheitas, quando mais colabora e participa o braço infantil. Por outro lado, é alarmante mesmo no Brasil — e essa é uma das lembranças que queria trazer, caso não conste no discurso de V. Exa. eu pediria para ser inserida — o abandono do magistério. A má remuneração que estamos oferecendo às nossas professôras está fazendo com que o dinheiro público consumido na formação dessas especialistas se torne inócuo: à professôra primária no Brasil só lhe é permitido o exercício da profissão até contrair o matrimônio, porque, em verdade, o que ela recebe como professôra não dá para pagar uma doméstica e para sua manutenção como parte integrante da família. Vê, V. Exa., o assunto é da mais alta gravidade e eu não vejo como, nessa situação, com tanto investimento a ser realizado, se possa senão com muita abnegação, com muito sacrifício e esfôrço das atuais gerações em favor das futuras, resolver êste terrível e angustiante problema da educação.

**O SR. JOÃO CALMON** — Agradeço o aparte de V. Exa., e devo recordar que o Govêrno Médici tomou recentemente uma providência que representa um passo muito auspicioso para solução, pelo menos parcial, dêste problema. Graças a atual administração, foi fixado o salário-mínimo

das professôras diplomadas que vivem nas capitais em 120% do salário-mínimo.

As professôras diplomadas do interior têm assegurado 100% do salário-mínimo e as professôras leigas, 80% do salário-mínimo. Desgraçadamente, em virtude da falta de recursos em algumas áreas de nosso País, principalmente no Norte e Nordeste, alguns Governadores procuraram o Ministro Jarbas Passarinho e lhe declararam que não tinham condições de cumprir a determinação do decreto-lei baixado pelo Govêrno da Revolução.

Para respeitá-la, teriam de dispensar pelo menos um têrço das professôras primárias, já que, em numerosas áreas de nosso País, há professôras que ainda ganham quarenta ou cinqüenta cruzeiros por mês. Quando fiz esta afirmação, falando em Santa Maria da Bôca do Monte, o General Oscar Barroso, Comandante da Guarnição Militar, pediu-me um aparte para declarar que, no Estado do Piauí, quando êle comandava uma das unidades do Exército — as professôras primárias, em alguns municípios, ganhavam apenas 10 cruzeiros por mês.

É êste o panorama, que não é desalentador porque a Revolução de março de 1964 está dando, todos os meses, uma demonstração concreta de que considera altamente prioritária a solução do problema da educação.

**O Sr. Ruy Santos** — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. JOÃO CALMON** — Com prazer.

**O Sr. Ruy Santos** — E o Govêrno da Revolução está, inclusive, dando recursos aos Estados para que possam atender a essa exigência, completar o salário, para ficarem dentro dessa imposição legal. Apesar disso há Estados que atrasam o pagamento das pobres professôras, meses e meses.

**O Sr. Vasconcelos Torres** — Minas Gerais, por exemplo, levou um ano para pagar os atrasados.

**O Sr. Ruy Santos** — Isso tudo está fazendo com que não exista mais aquela época em que era importante ser marido de professôra.

**O SR. JOÃO CALMON** — Devo ainda, eminente Senador Ruy Santos, lembrar que, graças à nossa Revolução, agora os Municípios são obrigados a reservar 20% de seus orçamentos para aplicação no ensino primário, sob pena de não receberem sua cota de participação. E se fôr desrespeitada a lei que fixou o salário-mínimo da professôra, ou o Município pagar com atraso, poderá ser decretada a intervenção naquela municipalidade. Tudo isso constitui insofismável prova desta alta prioridade que o Govêrno está dando ao problema da educação.

**(Lendo.)**

Creio que permanece válido, atual e urgente, o brado de mobilização geral que há dois anos lancei e venho procurando levar a cada comunidade brasileira, numa pregação em que me engajei como perseverante soldado, tal a minha convicção de não ser a educação um problema de alguns e até mesmo só do Govêrno.

**(Interrompe a leitura.)**

Não concordo com a opinião de alguns que, em determinadas áreas do Poder Executivo, declaram que "a Educação é uma bola que deve ficar sempre nos pés do Govêrno".

**O Sr. Waldemar Alcântara** — V. Exa. me permite um aparte?

**O SR. JOÃO CALMON** — Com muito prazer.

**O Sr. Waldemar Alcântara** — Quero antes lamentar não ter acompanhado o discurso de V. Exa. desde o início, pela simples razão de estar chegando do Nordeste agora mesmo. Mas tanto quanto me foi dado apreender das palavras de V. Exa., vejo que V. Exa. está, por antecipação, trazendo uma contribuição muito valiosa para a Comissão Partidária da ARENA, que procura, neste momento, fazer um resumo da problemática do Nordeste. Eu estive no Nordeste já em função da Coordenadoria-Geral, que me foi confiada por benevolência dos companheiros, e uma das minhas preocupações na obtenção de dados, elementos, estatísticas, estudos etc., foi particularmente em relação a êsse aspecto social do Nordeste, com ênfase especial na questão de educação e de saúde. Acredito que V. Exa., que ùltimamente vem dando uma contribuição muito valiosa para a solução dêsse problema de educação no Brasil, está já informado, a esta altura, da reforma que o Ministério da Educação se propõe a mandar para esta Casa, relativa à integração do Ensino Primário com o Ensino Médio. Acredito que muitos dos males que ainda pesam sôbre a educação brasileira, nas faixas primárias e elementares, serão de certo modo removidas através dêsse instrumento que o Govêrno pretende mandar a esta Casa. A meu ver, entretanto, a situação dêsse problema educacional no Nordeste carece de ser tratada com cuidado todo especial, porque a nossa problemática assume características muito específicas, diferentes das de outras regiões do País e que com elas não se ajusta numa disciplina que pudesse ser geral. Eu gostaria, não agora através de simples aparte, no qual certamente iria alongar-me um pouco, mas, depois, de trocar idéias com V. Exa., que não sendo pròpriamente nordestino pelo nascimento o é por coração. Estimaria recolher elementos para informar a essa comissão do Nordeste sôbre o problema educacional. E se me apressei um pouco a aparteá-lo, a esta altura, é que vejo que V. Exa. vai entrar em outro assunto ligado à educação — MOBRAL — com o qual talvez não tenhamos idéias muito afinadas, mas, isto é perfeitamente democrático. Eu poderia discordar de V. Exa. Não o farei no momento. Vou, daqui por diante, procurar integrar-me no assunto, e ver se os argumentos que V. Exa. vai expender podem, realmente, me convencer de que o MOBRAL é um instrumento válido para a educação supletiva no País. Tenho a impressão de que, na educação nacional, o que se precisava fazer era cuidar mais da faixa etária, na verdade, receptiva à educação; seria uma educação, vamos dizer, válida porque duradoura. Na educação do adulto, V. Exa. poderá obter resultados, me desculpe a expressão, aparentemente compensadores, pois não estou convencido de que a educação de adultos, de homens de quarenta anos, possa dar-lhes mais do que a oportunidade de assinar o nome e fazer as

quatro operações, que não durarará por muito tempo porque poucas vêzes vai utilizar êsse aprendizado. Os nossos esforços, o esfôrço do Govêrno, a meu ver, deviam ser concentrados na educação que abrange a faixa realmente receptiva. Agradeço a V. Exa. E apesar de já ter externado a minha opinião, ela poderá ser depois revista, se os argumentos de V. Exa., talvez agora, à luz de avaliações que já deve ter, venham a me convencer do contrário.

**O SR. JOÃO CALMON** — Agradeço ao nobre Senador Waldemar Alcântara essa contribuição para o meu pronunciamento sôbre a Década da Educação. Devo lembrar, entretanto, que o Movimento Brasileiro de Alfabetização é a concretização do ideal de colaboração da comunidade com o Govêrno; é um sistema de mobilização comunitária que deveremos procurar ampliar cada vez mais. Como dizia antes da chegada de V. Exa. a êste plenário, o MOBRAL foi lançado no decorrer do Govêrno Costa e Silva, quando era Ministro da Educação o nosso eminente colega Tarso Dutra.

Êsse plano ambicioso e patriótico não pôde ser concretizado àquela época porque foi necessário dar prioridade à solução do problema dos excedentes. Os estudantes foram para as ruas em 1968 e o Govêrno Costa e Silva, através da ação dinâmica e do hoje Senador Tarso Dutra, foi obrigado a dar preferência imediata à solução, embora parcial, do problema dos excedentes. O MOBRAL foi ressuscitado agora no Govêrno do Presidente Garrastazu Médici. E graças ao impulso e ao estímulo que lhe foi dado pelo atual Ministro da Educação, nosso colega Senador Jarbas Passarinho, está alcançando resultados muito alentadores.

Quanto ao Nordeste, V. Exa. sabe que, na administração Costa e Silva, também por iniciativa do Ministro Tarso Dutra, foram obtidos empréstimos que vão tornar possível a implantação de dezenas de ginásios orientados para o trabalho.

O Poder Legislativo está aguardando a Mensagem do Presidente da República neste sentido. Será submetido à apreciação do Senado e da Câmara o projeto de ensino fundamental que vai resultar da fusão do ensino médio e primário.

A educação se constitui, na verdade, na mais alta prioridade nacional, numa dessas questões sôbre as quais é necessário haver plena e lúcida consciência coletiva, bem como firme disposição e empenho dinâmico e organizado das comunidades, na execução de programas que atendam, rápida e satisfatòriamente, às necessidades pessoais e gerais do desenvolvimento.

Além do MOBRAL, temos de fazer menção à Cruzada ABC, que já alfabetizou mais de 400.000 adolescentes e adultos no Norte, no Nordeste e no Estado do Rio, e ao Movimento de Educação de Base, que é, também uma cruzada de alta benemerência, promovida pela Igreja Católica Apostólica Romana.

Por outro lado, são ainda assustadores os dados sôbre o nosso atraso educacional. Pelo menos de 3 a 5 milhões de crianças estão fora do processo educativo.

Como, ainda há pouco, evoquei, através da leitura de uma página do Professor Henrique Simonsen, setenta por cento das escolas primárias existentes no Brasil estão reduzidas a uma só sala, e mais de 40% do professorado não dispõem de preparo adequado. São alarmantes os índices de evasão escolar, e nada indica que tenham sido alteradas substancialmente, as altíssimas taxas de reprovação e de repetência. O número total...

**O Sr. Vasconcelos Torres** — V. Exa. me permite um nôvo aparte?

**O SR. JOÃO CALMON** — Pois não.

**O Sr. Vasconcelos Torres** — Pràticamente deveria permanecer silencioso, depois que V. Exa. me concedeu a honra de ouvir-me na minha primeira interpelação. Mas, ao ouvir uma referência ao meu Estado, gostaria de conectá-la com o aparte que solicitara, anteriormente paralelamente com o Senador Ruy Santos, e que não pude dar porque o Sr. Presidente advertiu V. Exa. de que o tempo destinado à hora do Expediente já estava esgotado. O problema das professôras, e V. Exa. a respeito fêz referência a uma passagem interessante. Deve êle ser meditado pelas autoridades educacionais. Há um grande número de professôras não formadas neste País. Queria mostrar o paradoxo que há, no meu Estado. Existe lá um excesso de professôras formadas não devidamente aproveitadas. Infelizmente, está sendo aplicado ali a mesma técnica de massacre usada em alguns vestibulares da Guanabara, do Estado de São Paulo e de Minas Gerais, para impedir o ingresso na carreira inicial do magistério. As môças saem das escolas normais estaduais. Preparadas pelo Estado, ficam 2 anos sem prestar concurso e ingressam no magistério, através do sistema de adivinhação, de uma série de testes absurdos. O resultado é que há, conforme V. Exa. sabe, porque é nosso vizinho da província, uma capacidade ociosa muito grande. Quero crer que, na Década da Educação, da qual Vossa Excelência é pregoeiro, o Govêrno vai permitir a realização daquilo que ocorreu nos primeiros dias do Govêrno Médici, quando se pretendeu realizar uma exposição internacional na Guanabara, uma exposição que demandaria um dispêndio de milhões de dólares. Creio que êste o primeiro ato de impacto de S. Exa.: determinou que a verba fôsse aplicada no término dos edifícios que constituem o conjunto universitário da Ilha do Fundão. Êste Govêrno tem, realmente, a missão revolucionária da educação, pois é pela educação que se chega ao desenvolvimento. Mas, há uma incongruência, é que existem professôras formadas num Estado e que não podem lecionar em outro. Uma professôra formada no Estado do Rio não pode lecionar no Estado da Guanabara, e vice-versa. Em Minas Gerais, por exemplo, é um absurdo, sem falar no atraso do pagamento, pagamento êste que constitui, realmente, um salário vil. Há poucos dias, fizeram até greve. Peço perdão a V. Exa., mas o prezado colega há de compreender que êste é um dos temas mais sedutores — o poder político. Nesta nova fase em que problemas nacionais têm que ser ouvidos e debatidos, V. Exa. vai ser, aqui, o **expert** em educação porque tem credenciais para isso. Tanto que seu dis-

curso não se está constituindo em um monólogo. Peço perdão por não me conter em aparteá-lo, pela segunda vez, exaltando, nesta oportunidade, o grande tema cujo debate V. Exa. vem de promover. Nós temos que estar neste debate para servir não apenas ao Estado que representamos, mas ao Govêrno do País e à Revolução.

**O SR. JOÃO CALMON** — Agradeço, novamente, a valiosa contribuição de V. Exa. ao meu discurso.

**O Sr. Nelson Carneiro** — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. JOÃO CALMON** — Pois não.

**O SR. Nelson Carneiro** — O Senado está ouvindo a notável oração de Vossa Excelência, sôbre a qual meditará, certamente, quando tiver oportunidade de reler o que está ouvindo neste momento. Mas o nobre Senador Vasconcelos Torres refere-se à iniciativa do Senhor Presidente da República, de completar a Cidade Universitária. Sua Excelência, realmente, tomou essa deliberação, mas quanto sei — ao menos é a notícia que tenho e que Sua Excelência, certamente, contestará, melhor informado —, a verba ainda não foi liberada. Há uma razão que faz o Senhor Presidente da República ter dúvida, hoje, em prosseguir aquela construção. É que, com a construção do aeroporto supersônico, no Galeão, todos aquêles prédios ficarão abalados pelo barulho, pelo tremor, pelo deslocamento de ar que uma aeronave dessa natureza provocará. Assim, ao contrário do que Sua Excelência espera, tenho ouvido dizer que as obras não prosseguiram. Se não prosseguiram, certamente não estarão prontas, para os festejos, no próximo ano, do sesquicentenário da Independência. V. Exa., que conhece bem o problema, poderia esclarecer este ponto, a que me refiro, com as dúvidas e notícias que me chegam.

**O Sr. Vasconcelos Torres** — Permite o nobre orador um aparte?

**O SR. JOÃO CALMON** — Pois não.

**O Sr. Vasconcelos Torres** — Fui o Relator da Comissão Mista incumbida de dar o parecer sôbre o projeto que criava o aeroporto supersônico do Galeão. A objeção do nobre Senador Nelson Carneiro é inteiramente infundada. O Brigadeiro Araripe, encarregado da construção do aeroporto, rebateu êsse argumento e o pulverizou. Quanto às obras, é porque o nobre Senador Nelson Carneiro só olha para a esquerda, quando vai ao Galeão. Se olhasse, um pouco, para a direita, poderia ver que as obras estão, efetivamente, sendo feitas. Nós, que viajamos, permanentemente, do Rio para Brasília, podemos olhar, sem nenhum "parti-pris", verificando que realmente, as obras do conjunto universitário da Ilha do Fundão estão prosseguindo. Esta justiça tem que ser feita ao Presidente Médici.

**O SR. JOÃO CALMON** — Eminente Senador Nelson Carneiro, o nobre Senador Vasconcelos Torres procurou dar a explicação que lhe competia, como Relator desta matéria, aqui no Senado. Entretanto, devo lembrar que o Presidente Garrastazu Médici, realmente, teve um gesto que, na época, empolgou a Nação: tomou a decisão de cancelar todo o projeto da "EXPO-72", canalizando os recursos, que representava alguns bilhões de cruzeiros antigos, para a conclusão das obras da Cidade Universitária.

Devemos salientar que nem os autores dessa iniciativa, há muitos anos, nem o Presidente Médici, ninguém pode saber, exatamente, quais as conseqüências do avanço tecnológico.

Agora mesmo, tôdas as estações radiofônicas da Guanabara vão ser obrigadas a transferir suas tôrres para Niterói ou para alguma ilha na Baía da Guanabara, em conseqüência da futura operação dos aviões supersônicos.

O que é importante destacar, nesta hora de esfôrço ecumênico em favor da educação de que participam, com o mesmo patriotismo e o mesmo entusiasmo, os componentes da ARENA e do MDB só devem provocar os aplausos mais entusiásticos a iniciativas como essa, que o Presidente Garrastazu Médici tomou logo nos primeiros dias do seu Govêrno.

**O Sr. Nelson Carneiro** — V. Exa. dá licença para outro aparte? **(Assentimento do orador.)** Apenas pedi o aparte para esclarecer a respeito de alguns dados técnicos que chegaram ao conhecimento de S. Exa. e que o teriam impedido de realizar o seu intento, com o qual tôda a Nação estava de acôrdo e V. Exa. o ressaltou muito bem. Mas a construção do aeroporto supersônico ainda cria debates e, não obstante o pronunciamento do Brigadeiro Araripe, essas apreensões continuam, por isso mesmo que é impossível antecipar-se as conseqüências dessa nova implantação em terreno tão próximo da Cidade Universitária. Não há, por parte do MDB, como V. Exa. bem ressaltou, nenhuma restrição à iniciativa do Sr. Presidente da República, que cancelou outras comemorações para destinar à Cidade Universitária tôdas as possibilidades financeiras que tivessem em seu poder, para assim festejar da melhor maneira o sesquicentenário da nossa Independência. Essa ressalva eu queria deixar claro, porque não é nosso propósito fazer restrições, mas apenas aplaudir e compreender que, se não fôr possível aplicar essa importância, isso resulta de um fato estranho à vontade do Sr. Presidente da República.

**O SR. JOÃO CALMON** — Muito obrigado a V. Exa.

**(Lendo.)**

O número total de analfabetos é certamente superior a 25 milhões, sem incluir os semi-analfabetizados e os que se reanalfabetizam, o que levaria a supor que o quadro dos iletrados se aproxima de 30 milhões de brasileiros, embora estatísticas mais otimistas se refiram a 16 milhões na faixa entre 14 e 35 anos.

O ensino médio, embora com perspectivas crescentemente alvissareiras, nos últimos anos após a Revolução de 1964, continua sendo uma das áreas mais críticas do processo educacional brasileiro, não só por não atender a mais de 20% da faixa etária correspondente, mas também pelos graves equívocos metodológicos e filosóficos nêle dominantes. A evasão registrada neste nível de ensino, apresenta características alarmantes, afetando a mais de 50% da população escolar, e agravando de forma extremamente aguda os níveis de profissionalização média da sociedade brasileira. O fato é tanto mais assustador porque reduz a velocidade do processo de de-

senvolvimento, diminui os índices de produtividade e carreia para o Estado e para a família maiores responsabilidades assistenciais.

Repete-se, no ensino médio, o mesmo dado mencionado para o ensino primário quanto ao baixo nível do corpo docente, onde 70,6% do professorado não tem formação universitária, não tendo nunca freqüentado uma Faculdade de Filosofia ou de Educação.

Quanto ao ensino superior, a situação não é menos inquietante, embora, devamos ressaltar, a imensa tarefa que significa a modernização das nossas universidades e os esforços que o Ministro Jarbas Passarinho, na mesma linha dos seus antecessores, Ministros Muniz Aragão e Tarso Dutra, vem desenvolvendo para dar-lhe os níveis e padrões que o desenvolvimento nacional reclamar. Meritórios, também, têm sido os esforços do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, pelo menos no tocante à contratação de algumas pesquisas e estudos, como primeiro e indispensável passo para o equacionamento da problemática universitária.

No entanto, estamos longe de ter definido a filosofia integral do planejamento da Universidade, tendo em vista os aspectos primaciais de sua organicidade intrínseca e das novas e relevantes atribuições que passou a ter numa sociedade cujo primado é a ciência e a tecnologia.

A Universidade não pode mais ser considerada como o repositório do acervo cultural de uma comunidade, no sentido de zelar pelo registro das idéias e de transmitir passivamente, a cada nova geração, os fatos pretéritos acumulados ao longo do tempo histórico. Ao revés, a Universidade deve ser dinâmica, impulsionadora e propulsora do pensamento nacional. Cabe-lhe liderar tôdas as correntes formadoras da vida espiritual, moral, econômica, política, social e cultural da Nação. Ela deve ser a plasmadora e a projetista do Brasil futuro. Essa função prospectiva da universidade, evidentemente, deve estar calcada na evidência dos fatos presentes, para que ela seja autêntica, real e concreta.

Para que a universidade possa desempenhar essa função modeladora da sociedade, de maneira integral e duradoura, ela terá que ser flexível e autônoma, independente e livre de injunções, preservadora do acervo cultural legado pela história, e renovadora, modernizante e inovadora nos seus procedimentos, pesquisadora e erudita, a fim de atender aos anseios e valôres do indivíduo e às necessidades da comunidade nacional. Ela na verdade é o motor, o espírito e a alma do próprio desenvolvimento. A universidade não pode ser medida e avaliada e definida pela quantidade de diplomas expedidos, nem pelo seu custo. Ela é definida pelos seus resultados. E, para isso, o número de unidades e de alunos não constituem nem mesmo síntomas da eficácia e da eficiência institucional.

É preciso ter presente que os recursos humanos constituem, na verdade, o único fator da produção pelo qual as sociedades e economias desenvolvidas (como é o caso, por exemplo, dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão, e também cada vez mais a União Soviética) se tornaram e se mantém competidoras.

Reafirmo, entretanto, minha convicção de que todo esfôrço de mobilização das disponibilidades nacionais será ainda pequeno para atender às imensas lacunas existentes nessa área e as distâncias ainda consideráveis que nos separam do mundo desenvolvido.

As dimensões do território brasileiro e sua apreciável população, crescendo nas atuais taxas, levam-nos freqüentemente a soluções tecnocráticas ou simplistas que deixam escapar setores substanciais de nossas realidades ou acabam por não corresponder às previsões feitas.

Através da pregação da Década da Educação, tenho tentado criar a consciência nacional da problemática educacional, certo de que, da lúcida compreensão dos seus fatôres, depende a efetiva participação no esfôrço coletivo para superar as limitações com que nos deparamos. Senti, numa peregrinação de dois anos, percorrendo todos os principais centros urbanos e rurais do País, que é ainda alarmante o grau de marginalização de grandes continentes da população brasileira em relação à ação governamental, seja ela local, estadual ou nacional. Mantemos ainda uma perigosa atitude de espectadores dos acontecimentos, de platéia do trabalho do Govêrno; poucos se sentem co-responsáveis e comprometidos na tarefa de contribuir para a solução de problemas que, não raras vêzes, estão ao alcance de suas próprias mãos. Há poucas exceções que são alentadoras: o esfôrço comunitário no MOBRAL e nas Operações Rondon e Mauá.

O grande desafio com que se defrontam os governantes de hoje — não só os dêste País como também os de todos os demais — reside precisamente em descobrir os meios aptos de promover a participação organizada do maior número na tarefa de construir o bem-estar coletivo. Esta é uma arte difícil, para a qual nem todos se encontram preparados e em que entra todo o complexo moderno de mecanismos de motivação, engajamento, ativação, organização coletiva etc.

A educação está na base de todo êsse processo. Por isso mesmo, Jerome Wisner afirmava que um bom sistema educacional pode ser a flor do desenvolvimento econômico, mas é também a semente. Na verdade, nenhum sistema político, nenhuma forma de govêrno, nenhum programa econômico conseguirá libertar o homem da pobreza nem assegurar a sua ascensão social, se êsse homem não estiver habilitado a desempenhar um papel participante e consciente dentro das regras que a sociedade moderna impõe a cada indivíduo e às nações.

Em País pobre como o nosso, marcado por desníveis regionais e sociais que tocam os extremos da abundância e da escassez, devemos tomar cautelas redobradas para que não se acentuem diferenças que já levaram a que nos definissem como "dois Brasis".

A educação não pode ser o privilégio de alguns nem constituir-se no meio de cristalização do poder ou da riqueza nas mãos daqueles que já os detenham. Ela deve ser sempre considerada como o meio por excelência da universalização do conhecimento, das oportunidades e da riqueza, tomadas conjunta e harmônicamente.

Creio que não demos suficiente ressonância e conseqüência à corajosa denúncia do eminente Presidente Médici quando chamou de "vergonha nacional o contraste entre a riqueza de uma pequena minoria e a pobreza da imensa maioria do povo brasileiro", nem quando declarou que a educação e a cultura são os principais desafios de seu Govêrno.

O planejamento nacional e o desenvolvimento econômico devem ser permanentemente iluminados por uma sã filosofia social que situe o sistema educacional como um processo de atuar:

a) como instrumento de coesão social, numa sociedade plural e aberta como a que almejamos;

b) como instrumento de seleção e mobilidade social, que permita a promoção social do maior número segundo a vocação e o potencial de cada um;

c) como meio de acesso ao processo das decisões políticas e à participação na ampla variedade de atribuições e responsabilidades da sociedade moderna;

d) como instrumento para a redistribuição da renda. Òbviamente não se está propondo uma lírica, inviável e inconveniente igualização da renda, mas a redução da diferença entre os limites extremos da escala de riqueza e a **igualização de oportunidades**, como princípio de justiça social e de dignidade humana e para aumentar o volume e a capacidade dos recursos humanos.

Daí, o conceito moderno de desenvolvimento estar intimamente ligado à renovação de atitudes, à modificação das posições diante da problemática de nosso tempo, à aceitação de novos valôres, a fatôres condicionantes do rigor e do ritmo inovadores da comunidade nacional.

Frederick Harbinson, que estudou os problemas do potencial humano de 75 países, considera que a educação é a chave que abre a porta à modernização. Sintetizando o estudo que fêz, declara Harbinson:

> **"O progresso de uma nação depende primeiro e acima de tudo do progresso do seu povo;** a não ser que êle desenvolva seu espírito e potencialidades humanas, não poderá desenvolver-se em maior extensão — material, política ou culturalmente."

O problema básico da maioria dos países subdesenvolvidos é menos a escassez dos recursos naturais do que a pobreza de seus recursos humanos. O Japão é, no particular, o mais significativo exemplo de nosso tempo, país que progrediu assombrosamente graças à extrema valorização do potencial humano e tecnológico, a despeito da privação quase total de condições naturais.

Dentro desta ampla e nova concepção, compreende-se fàcilmente que a educação não se circunscreve à escola, nem aos chamados sistemas formais dos modelos de ensino vigentes. Evidentemente, que nos países em desenvolvimento, os aspectos formais não podem ser descurados; nem se pense, também, que a simples abertura para outras formas de procedimento seja suficiente para corrigir as distorções do sistema tradicional de educação imperante nos países subdesenvolvidos. Há muito por fazer ainda dentro da estrutura formal da educação, de modo particular, no que tange à adequação da escola às necessidades do país, e à vocação de cada um, à universalização das oportunidades, ao preparo do professor, à utilização de uma metodologia sensível ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a compatibilidade dos programas oficiais à realidade nacional.

Marshall McLuhan, o filósofo da comunicação moderna, chega a informar que hoje em nossas cidades, a maior parte da aprendizagem ocorre fora da sala de aula. A quantidade de informações transmitidas pela imprensa, rádio e televisão excede de longe a soma transmitida pela instrução formal e pelos textos escolares.

Já se disse, aliás, que a informação é um direito fundamental da pessoa humana, exigência indispensável para a liberdade e dignidade dos povos.

O homem desinformado fàcilmente se marginaliza na sociedade moderna. A preservação dêsse direito é uma necessidade existencial do homem de nosso tempo que deve por isso mesmo ser protegida, incrementada e difundida.

Na sociedade democrática, entre suas inúmeras instituições, destaca-se indubitàvelmente a educação, como instrumento inerente da própria liberdade e como plasmadora da consciência cívica da nação. É na escola livre e responsável que as sementes da liberdade e os princípios da sociedade democrática encontram o terreno mais apto ao seu florescimento. É na escola que se aprendem a respeitar os princípios que regem os direitos fundamentais da pessoa humana. É na escola que se desenvolve a liberdade de não ter mêdo, que assegura a todo o homem o direito de deliberar sôbre o seu próprio destino e de estabelecer as metas de sua capacitação, para decidir conscientemente sôbre o papel que deseja jogar na sociedade.

Para dar conseqüência a essas convicções dediquei grande parte de meu tempo, quase que obsessivamente, nesses dois anos desde o lançamento da Década da Educação, a falar, a induzir, a martelar, a convocar todo o esfôrço válido da comunidade brasileira, no sentido de complementar-se a ação governamental, multiplicando os núcleos positivos de superação de obstáculos e integração de cada indivíduo e cada comunidade na emprêsa comum de educar ou de, pelo menos, não deseducar.

Minha contribuição estêve, òbviamente, limitada às minhas parcas possibilidades; procurei, apenas, cumprir meu dever de, direta ou indiretamente, ajudar a fazer o que estivesse a meu alcance.

Em fins de 1970, por exemplo, apresentei à Câmara dos Deputados projeto de lei instituindo os Conselhos Educacionais de Atuação Municipal, que teriam a finalidade de:

a) procurar remover as causas da deserção escolar dos baixos níveis de aproveitamento;

b) dar parecer sôbre o montante da verba necessária para o

programa educacional, em cada ano;

c) estimular os pais e alunos a se integrarem na vida escolar; e

d) recomendar métodos e processos que resultem na melhor orientação da escola em função das realidades locais.

Senti, na campanha em que estou empenhado, a absoluta necessidade de instrumentalizar a participação comunitária. Os Conselhos Educacionais, de base municipal, ensejariam o engajamento de parcelas ponderáveis da sociedade brasileira no processo de educar, associando representantes do poder público e de grupos representativos da atividade privada.

Em País continental, como o Brasil, com população em rápido crescimento e distribuída por cêrca de 4.000 municípios, parece imperativo encontrar formas de co-responsabilizar e empolgar os núcleos municipais, unidade político-administrativa, por vêzes, demasiado distantes dos centros de decisão. A instituição, cuja criação se propunha, encontra similar em diversos outros países.

Nos Estados Unidos, por exemplo, os Boards of Education preexistiam ao sistema governativo e coexistem hoje com os comitês de educação, órgãos de enlace do povo e do Govêrno em setor que se deve sobrepor aos interêsses pessoais ou partidários.

A vitalidade e o sucesso de inumeráveis sistemas escolares existentes por tôda a nação americana dependem da compreensão e do apoio dos cidadãos ao nível local. Da cooperação de educadores e cidadãos resulta uma escola viva, centro de formação autêntica, do qual todos esperam ver sair os futuros líderes, os operários qualificados, os profissionais eficientes de amanhã, como pólo de irradiação cívica para tôda a comunidade.

A situação brasileira, òbviamente, difere a muitos respeitos e sensìvelmente, da condição americana. Não é, entretanto, menos óbvio que, guardadas as proporções, o princípio da participação comunitária no processo educacional é plenamente válido e de urgente aplicação ao caso brasileiro. Naturalmente, os mecanismos e instrumentos e o grau de participação devem ser criteriosamente avaliados e estabelecidos.

**O Sr. Benjamin Farah** — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. JOÃO CALMON** — Com muito prazer.

**O Sr. Benjamin Farah** — Quero congratular-me com a Casa e com a Nação, pelo belo e oportuno discurso que V. Exa. está fazendo, nesta tarde. Como seu ex-companheiro, na Câmara dos Deputados, sempre identifiquei em V. Exa. um lutador indômito, na defesa das grandes causas. O problema da Educação preocupou muito a V. Exa., como tem preocupado a todos nós. Tenho para mim que êsse foi o seu tema prioritário. E hoje V. Exa. vem para esta Casa e focaliza novamente êsse problema, que eu reputo um dos mais graves, — talvez seja o problema número um do Brasil — que é o problema da Educação. Mas, meu eminente colega, estamos diante de fatos, estamos diante de uma realidade, e para a solução dêsse problema não podemos pensar apenas nas decisões do Govêrno, é realmente um problema de todos. V. Exa. está fazendo uma conclamação e ninguém melhor do que V. Exa. para fazer esta conclamação, pois V. Exa. é um homem de imprensa, tem um comando, tem uma liderança enorme na imprensa brasileira, no rádio e na televisão. Sem a participação da imprensa, sem a participação do rádio e da televisão, o problema da Educação ficará grandemente desfalcado na hora que devemos somar todos os esforços, na hora em que os brasileiros todos, sem faltar nenhum devem interessar-se por êste problema. A imprensa certamente estará na vanguarda, sobretudo com a conclamação que V. Exa. está fazendo nesta hora. Meus parabéns. Deposito em V. Exa. a minha mais absoluta confiança, realmente V. Exa. é uma sentinela avançada de uma grande causa.

**O SR. JOÃO CALMON** — Muito obrigado a V. Exa., nobre Senador Benjamin Farah, pelo seu aparte. Devo declarar que a base principal de tôda esta campanha que estamos promovendo no Brasil e da qual sou apenas um soldado — e não líder nem comandante — a base principal é a mobilização da comunidade brasileira, através da imprensa, do rádio e da televisão. Sòmente se o povo se engajar nessa batalha é que conseguiremos empolgar tôda a comunidade brasileira. Nobre Senador Benjamin Farah, V. Exa. verá, no decorrer de meu discurso, que alguma coisa de concreto já está sendo feita no setor da imprensa, do rádio e da televisão.

Convertido em lei o projeto proposto, isto é, criados os Conselhos, Brasil a dentro, caber-nos-á a todos ajudá-los a funcionar adequadamente, dotando-os dos elementos que lhes permitam a perfeita identificação do problema e a descoberta das maneiras de melhor tratá-lo.

Como nossa Constituição não permite que o Congressista tome a iniciativa de apresentar qualquer proposição que aumente a despesa da União, meu Projeto se limita a tornar facultativa a criação dêsses Conselhos. Entretanto, em recente entendimento com o Ministro da Educação, S. Exa. me declarou que, de posse de tôdas as informações sôbre os **Boards of Education**, que existem nos Estados Unidos há mais de três séculos, S. Exa. examinará a possibilidade de transformar a matéria em Mensagem a ser enviada ao Congresso Nacional, criando os Conselhos Municipais de Educação, cujos membros seriam eleitos no mesmo dia do pleito para a escolha dos vereadores das Câmaras municipais.

Os Conselhos constituirão, outrossim, excelente exercício democrático, levando o jôgo da verdade até o âmago da pequena comunidade, onde a pluralidade de tendências se aglutinaria no esfôrço de promover o bem comum e a elevação do nível cultural e de perspectivas de seus filhos.

Os Conselhos serão ainda, instrumentos poderosos de ajuda à ingente tarefa do Ministério da Educação. O ilustre Ministro Passarinho, mais de uma vez, se referiu à total inviabilidade de se atribuir ao Ministério da Educação, o encargo de supervisionar, sòzinho, o sistema educacional, sem a ativa colaboração local dos que, mais diretamente, podem avaliar e fiscalizar o setor educacional.

Gostaria de salientar também o progresso havido com as emissoras de rádio e televisão. Como o afirmaram os representantes das várias rêdes de televisão do Brasil, em mensagem ao Senhor Presidente da República, em fins do ano passado, os últimos dois anos foram decisivos no processo de amadurecimento da televisão no Brasil. De certa forma, as nossas rêdes de televisão, anteciparam-se à iniciativa do próprio Govêrno, no campo de ensino, produzindo e transmitindo para vastas áreas do território nacional, programas educativos de notável êxito, tais como cursos de alfabetização e o do artigo 99.

Convém recordar que, recentemente, várias cadeias de televisão deixaram de transmitir alguns programas que eram condenados pela opinião pública. Infelizmente, ainda existem alguns programas que representam deplorável abuso da exploração do sangue, da violência, do sexo e do erotismo. **(Muito bem!)**

Entretanto, os concessionários de rádio e televisão, através de suas entidades de classe, já se convenceram de que têm pelo menos uma coisa que não falta sequer aos animais irracionais, que é o instinto de conservação. Se êles se preocuparem apenas em informar e divertir e não em contribuir também para a educação do povo, serão concretizadas, dentro de um futuro não muito remoto, as ameaças que pesam sôbre o rádio e a televisão, que são as ameaças do monopólio estatal.

Sem falsa modéstia, tenho plena consciência de tudo haver feito, em 1969 e 1970, depois do meu engajamento como soldado na batalha da educação, no sentido de obter a regulamentação do dispositivo legal existente, o Código Brasileiro de Telecomunicações, desde 1962, determinando que, a partir de novembro do ano passado, tôdas as emissoras de rádio e TV do País passassem a transmitir cinco horas de programa educativo semanais.

A medida tem extraordinário alcance pedagógico pela massa de ouvintes beneficiada com programa de boa qualidade técnica, levado a todo o território nacional através da rêde de microondas da EMBRATEL.

**(Interrompendo a leitura.)**

Quando o eminente Ministro Jarbas Passarinho e o seu colega das Comunicações, Coronel Hygino Corsetti, assinaram a Portaria regulamentando êsse artigo do Código Brasileiro de Telecomunicações fizeram questão de destacar a minha colaboração como Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão que, apesar de pertencer ao setor privado, insistiu para que fôsse regulamentado um artigo que obrigasse tôdas as estações a dedicarem pelo menos cinco horas para a educação do povo.

**O Sr. Benjamin Farah** — E elas estão cumprindo essa determinação?

**O SR. JOÃO CALMON** — Desde novembro do ano passado, começou a ser transmitida a programação educativa organizada pelo Ministério da Educação. É o chamado Projeto Minerva que é transmitido por tôdas as estações de rádio comerciais e oficiais, através da Rêde de Microondas da EMBRATEL. De segunda a sexta-feira há transmissão de 45 minutos por dia, e aos sábados e domingos o tempo de transmissão se alonga um pouco, vai a uma hora e quinze minutos. Esta é a realização no setor do rádio. Na área da televisão ainda não foi possível o cumprimento integral do dispositivo do Código Brasileiro de Telecomunicações, porque, até êste momento, o Ministério da Educação não dispõe de equipamentos e de estúdios em quantidade suficiente para a produção de cinco horas semanais de programas educativos. Entretanto, deixando de lado a atuação do Govêrno Federal, as rêdes particulares de televisão já estão transmitindo cursos de madureza, do art. 99, através de tôda a cadeia nacional de TV.

**O Sr. Vasconcelos Torres** — Permita-me V. Exa. lembrar, neste instante, o nome do grande patrício Gilson Amado, pioneiro na rádio e na televisão com programas educativos.

**O SR. JOÃO CALMON** — Não falei imediatamente no nome de Gilson Amado porque o primeiro programa do art. 99, curso de madureza, pela televisão, transmitido pela Rêde Associada de TV, foi preparado pela Fundação Brasileira de Televisão Educativa, que tem como Magnífico Reitor o admirável apóstolo da educação, que é o Professor Gilson Amado. Posteriormente, por iniciativa também da mesma Rêde, foi transmitido, pela primeira vez na História da TV dêste País, um programa de alfabetização de adolescentes e adultos, de acôrdo com método dos padres salesianos, tendo como professôra uma atriz de extraordinário poder de comunicação, Bibi Ferreira, programa premiado o ano passado, numa competição internacional em Hiroshima, na qual participaram oitenta países. E agora mesmo, em 1971, a mesma Rêde Associada está transmitindo nova série de aulas, utilizando o mesmo método de alfabetização de adolescentes e adultos, antecipando-se a qualquer iniciativa governamental, na área da televisão.

Devo ainda revelar, já que houve pergunta formulada a êsse respeito, que êsse método de alfabetização dos padres salesianos, aprovado num despacho antológico pelo desassombrado Ministro Jarbas Passarinho, tem a enorme vantagem de dispensar o uso de cartilhas. Há poucas semanas S.S. o Papa Paulo VI, num pronunciamento transmitido diretamente do Vaticano, anunciou que na Campanha da Fraternidade, promovida pela Igreja, seria incluída a transmissão, pela TV, dêsse curso de alfabetização de acôrdo com o método SDB.

De qualquer forma, eu agradeço muito a oportunidade de revelar que a televisão brasileira está procurando se redimir, embora ainda não integralmente, de muitos pecados veniais e de poucos pecados mortais que cometeu no passado.

**O Sr. Milton Trindade** — V. Exa. me concede um aparte?

**O SR. JOÃO CALMON** — Com muito prazer.

**O Sr. Milton Trindade** — Nobre Senador João Calmon, depois de quase tôdas as Bancadas representativas dos Estados da Federação se pronunciarem exaltando o discurso que V. Exa. vem pronunciando na Tribuna do Senado, não seria justo que o Pará também não o fizesse. Eminente Senador João Calmon, é-me deveras

grato e altamente honroso aparteá-lo neste momento. Grato, porque, já de há longos anos, em nossas atividades profissionais de trabalho, tenho a aventura de ser seu companheiro e auxiliar na hercúlea tarefa de fazer funcionar e dirigir os **Diários Associados**, que o grande e inesquecível Assis Chateaubriand tão bem soube construir, pujante organização agora sob o seguro e clarividente comando de V. Exa. Honroso, porque, como modesto representante do meu Estado, tenho a oportunidade de nesta augusta Casa intrometer-me no discurso de uma das mais marcantes figuras políticas do País com assento no Senado Federal, por escolha do valoroso e politizado povo capixaba. Quis o destino que eu fôsse agraciado duplamente com o companheirismo de V. Exa., para mim uma grande honra. Sem favor nenhum, pois, todo o País e conhece sobejamente, permita-me dizer que V. Exa. encarna, nesta Casa, o misto ideal do político completo e consumado com o do patriota sem jaça, sempre pronto e destemido para liderar as campanhas grandiosas e nobres que tem encetado, através dos tempos, em prol dos melhores destinos do Brasil. Está, ainda, na lembrança de todos a sua atuação de ontem, desassombrada e viril, contra a atuação de um desgovêrno de aventureiros sem escrúpulos, que quase joga êste País no despenhadeiro do caos, da corrupção desenfreada e das experiências malsãs de regimes frontalmente violentadores da índole e dos sentimentos cristãos do nosso povo. Naquela ocasião, usando dos meios de comunicação de que dispunha, V. Exa. foi, sem sombra de dúvida, autêntico precursor do movimento revolucionário, formando diàriamente a Rêde da Democracia, através de quase uma centena de Emissoras de Rádio que afinal viria redimir e salvar o Brasil, ao profligar com energia e objetividade as demandas da época. Paladino das boas causas, sempre honrando os exemplos do inolvidável mestre de todos nós, que foi Assis Chateaubriand, agora estamos vendo V. Exa. à frente de uma notável e altruística campanha contra a chaga do analfabetismo nacional. Nesse **desideratum**, aliás, V. Exa., está em boa companhia, quando secunda e se alia a outro inconteste líder de patrióticas causas que é o Ministro da Educação e Cultura, Senador Jarbas Gonçalves Passarinho, cujas preocupações e atividades contra o obscurantismo da cegueira mental e cultural se traduz com tanta felicidade no vitorioso Movimento Brasileiro de Alfabetização. Por tudo isso, e é muito pouco o que acabo de dizer de V. Exa., é que, eminente Senador João Calmon, permita-me transmitir-lhe neste momento a certeza da alegria cívica e sentimental que toma conta da Bancada do Pará, na ocasião primeira em que V. Exa. nos brinda com as suas eruditas lições de civismo. Desculpe-me V. Exa. o alongamento das minhas considerações e o meu muito obrigado pelo aparte que me concedeu.

**O SR. JOÃO CALMON** — Agradeço ao nobre colega Senador Milton Trindade, meu irmão da "taba Associada", suas palavras que muito me estimulam e me emocionam.

Estamos também em vias de dar regulamentação definitiva, ao Serviço Nacional pelo qual brasileiros de ambos os sexos, entre os de 18 e 34 anos de idade, ficam obrigados a prestar serviços de interêsse da segurança nacional, no campo da educação, da saúde, da urbanização das favelas, da ocupação dos espaços vazios, etc., ajudando a criar uma consciência nacional dos problemas e das possibilidades do País e contribuindo, efetivamente, para acelerar o desenvolvimento que atenda aos reclamos da impaciência nacional e aumente o contingente positivo de nossas reservas humanas.

Desde a nossa Constituição de 1946 existem, neste País, como letra morta, os seguintes artigos:

> "Tôda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, **nos limites definidos em lei.**"
>
> "Todos os brasileiros são obrigados ao Serviço Militar como a outros encargos necessários à segurança nacional, **nos têrmos e sob as penas da lei.**"

Eu sempre peço licença para repetir a parte final: "**nos têrmos e sob as penas da lei.**"

> ***Parágrafo único:*** "As mulheres e eclesiásticos ficam isentos do Serviço Militar em tempo de paz, ficando, porém, obrigados a outros encargos que a lei lhes atribuir."

**O SR. JOÃO CALMON** — Obrigado a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE (Carlos Lindenberg. Fazendo soar a campainha.)** — Esta Presidência, regimentalmente, deve lembrar a V. Exa. que seu tempo está esgotado. Peço sua colaboração, pòrque há outros oradores inscritos.

***(Lendo.)***

Teremos mais de 2.000.000 de jovens a serem mobilizados anualmente. Ainda que selecionemos apenas 40%, serão 800.000 rapazes e môças, incorporados a êsse nôvo exército sem armas. Parece extraordinário que dispositivo de tal magnitude estivesse sepultado no texto constitucional desde 1946 e, só agora, haja emergido, em 1969, impulsionado pelo Estado-Maior das Fôrças Armadas e também por iniciativa, em 1970, de um projeto apresentado pelo eminente Senador Ruy Carneiro, do MDB.

O Serviço Nacional, na medida em que souber mobilizar e empolgar a juventude, muito poderá fazer pela descoberta e promoção do Brasil real e, conseqüentemente, pela reconciliação nacional.

Já o afirmei e me permito repeti-lo: a educação tem na escola o seu grande laboratório, mas não pode nem deve circunscrever-se a ela. O tipo de organização social que promovemos, a estrutura urbana, a dinâmica da vida social, o estilo que adotamos na administração pública e privada, todos são aspectos relevantes no processo educacional.

Assim pensando, é que procurei criar, inclusive no meu Estado natal, no Espírito Santo, um Conselho Permanente de Desenvolvimento, que é um órgão comunitário não governamental, de que participam os ex-Governadores, que adquiriram enorme experiência, quando no exercício do Poder Executivo; os reitores das universidades; os principais professôres das escolas superiores; os líderes das classes produtoras e as figuras mais eminentes da inteligência capixaba, mesmo aquelas que deixaram de viver em nossa terra.

Confesso-lhes que me emociona o belo espetáculo cívico que o Conselho oferece, com a presença de homens que acorrem de todos os quadrantes territoriais e profissionais para darem, de forma desinteressada e entusiasta, contribuição de seu talento e de sua experiência a tantos dos problemas com que se defrontam o Estado e a Administração Pública. Na atualidade brasileira e, particularmente, num Estado pobre como o meu, o govêrno acha-se sempre a braços com uma soma de obstáculos e desafios bem superior aos recursos públicos disponíveis. A colaboração da inteligência e do esfôrço voluntários é imprescindível ao desenvolvimento e à formação da sociedade democrática livre, consciente e responsável.

Myrdal enfatisava num de seus pronunciamentos oportunos que "os cidadãos de um país devem sentir com tal fôrça que pertencem á nação que se disponham a participar com boa vontade dos sacrifícios comuns, quando tais sacrifícios forem considerados necessários no processo político; e acrescentava que a consciência de uma comunidade nacional de interêsses e aspirações é o resultado histórico de se haver vivido em cooperação estreita durante muito tempo e de haver participado, ativamente, do processo público de determinar essa política. Arthur Lewis, consagrado economista que integrou, há pouco, a equipe que elaborou o famoso relatório Pearson, salienta que "o entusiasmo popular é ao mesmo tempo o óleo lubrificante do planejamento e o petróleo do desenvolvimento econômico — fôrça dinâmica que torna tudo possível."

O Ministro Hélio Beltrão, em pronunciamento feliz, recordava que bons planos são necessários mas não bastam; mais importante do que a qualidade dos planos é o engajamento do povo num projeto nacional.

Daí minha convicção quanto à importância de instrumentalizarmos a participação coletiva no processo social, como meio de adicionarmos recursos ao desenvolvimento e, principalmente, como forma de deflagrarmos a grande revolução da educação de massa e da integração nacional.

Creio pois, Sr. Presidente e nobres Senadores, que a Década da Educação (convertida em movimento de tomada de consciência e de complementação da ação profícua do Govêrno da República e dos governos estaduais e municipais) pode contribuir efetivamente para a aceleração e harmonia de nosso desenvolvimento.

Ao fim dêsses dois anos de andanças e confortador contato com o povo e as instituições, sinto-me mais brasileiro e mais convicto da importância do papel que cada um deve desempenhar, organizadamente, na promoção de sua comunidade, de sua região, de tôda a Pátria.

Estamos partindo agora para consolidar a Década numa Fundação que a institucionalize, polarize esforços e multiplique resultados.

Ao longo de dois anos cheguei à conclusão, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que não basta, para procurar a empolgação do povo, desfraldar a bandeira da educação. Devemos focalizar o problema sob um triplice enfoque: Educação gerando desenvolvimento e proporcionando simultâneamente uma melhor distribuição da renda nacional.

O Presidente Garrastazu Médici declarou, num dos seus primeiros pronunciamentos, que o "contraste entre a riqueza de uma pequena minoria e a pobreza da imensa maioria do povo brasileiro constitui uma vergonha nacional". Para ilustrar as palavras corajosas do Presidente Garrastazu Médici é preciso reproduzir os dados de uma estatística cuja fonte é a CEPAL, com a colaboração do IPEA, que é um instituto ligado ao Ministério do Planejamento, e assessôres da Universidade de Poliformia. Da população ativa do Brasil 63% ganham menos de um salário-mínimo. 29% ganham entre 1 a 2,2 salário-mínimos. Portanto, quase tôda a riqueza nacional está concentrada em 7% da população ativa. Dêsses 7%, 1% possui quase 30% da renda nacional.

**O Sr. José Sarney** — Permite Vossa Excelência um aparte?

**O SR. JOÃO CALMON** — Com muito prazer.

**O Sr. José Sarney** — Sr. Senador João Calmon, V. Exa. teve oportunidade de dizer, no início de seu discurso, que se sentia profundamente honrado em ter assento nesta Casa. Eu quero, antes de V. Exa. terminar o seu discurso, manifestar que a Casa é que se sente honrada com a presença e colaboração de V. Exa., sobretudo pela coerência, bravura e idealismo com que V. Exa. defende suas idéias. A Década da Educação, a preocupação máxima de V. Exa., a doutrinação que V. Exa. tem exercido no País inteiro, é um exemplo para todos os brasileiros. Eu mesmo posso dar um testemunho a esta Casa do que V. Exa. vem fazendo pela educação no Brasil. Tive oportunidade de iniciar no Maranhão uma obra que era o circuito fechado de televisão, para suprir a deficiência de professôres no ensino médio. Tínhamos uma ambição muito pequena ao buscar uma nova tecnologia na educação brasileira. Era apenas suprir a deficiência de professôres no ensino médio. Nós não buscávamos os outros subprodutos das técnicas audiovisuais. E foi Vossa Excelência que, visitando o nosso Centro de Circuito Fechado de Televisão, teve oportunidade de incentivar a nossa equipe para que abríssemos o circuito. E colocou a experiência de V. Exa. e a disponibilidade técnica,

também, que V. Exa. dispunha, a serviço da Secretaria de Educação do Maranhão. Foi então possível que, um ano depois, vencendo tôdas as dificuldades em tempo, o Maranhão tivesse a honra de convidar V. Exa. para ser o padrinho da TV Educativa do Maranhão, para ser o padrinho da TV que abria o seu circuito. Já hoje posso dizer a V. Exa. que êle atinge a uma rêde de 18 ginásios, com mais de 18 mil alunos, num ensino sistemático do currículo local do ensino médio, através da TV Educativa. V. Exa. tem, no Brasil inteiro, incentivado as campanhas educacionais e dado extrema colaboração. E é por isso que o Senado vê na colaboração de V. Exa. a mesma bravura e o mesmo homem que no País se dedica de corpo inteiro à causa da educação.

**O SR. JOÃO CALMON** — Agradeço o generoso aparte de V. Exa. Entretanto, aproveito esta oportunidade e dirijo um apêlo ao eminente Senador José Sarney para que, numa das nossas próximas sessões, descreva à Nação a experiência extraordinária que S. Exa. realizou no Maranhão, quando Governador, com as Escolinhas "João-de-Barro". Êsse nome é homenagem ao pássaro oleiro, que constrói a sua própria casa. O Senador José Sarney instalou centenas de pequenas escolas, as Escolinhas "João-de-Barro", com a participação da comunidade que as edificava e ainda mantinha a professôra, cujo salário era pago pelo Govêrno. É uma esplêndida inspiração maranhense que merece ser aproveitada em numerosos outros Estados da Federação.

**O Sr. Ruy Carneiro** — Permite Vossa Excelência um aparte?

**O SR. JOÃO CALMON** — Com todo prazer.

**O Sr. Ruy Carneiro** — O plenário assistiu à advertência feita pelo Sr. Presidente, solicitando a atenção de V. Exa: para a inclemência do Regimento, mas estou convencido de que quando V. Exa. pronuncia, na sua estréia, discurso da mais alta relevância sôbre o problema da educação, os Srs. Senadores que estão inscritos não farão questão da perda de alguns minutos, quando todos nós ganhamos ao ouvi-lo com encantamento. Acredito igualmente que o Senhor Presidente levará em conta a quantidade de apartes com que V. Exa. foi distinguido, podendo assim concluir sua bela oração. Êste meu aparte decorre do prazer de felicitá-lo pelo êxito que está alcançando na sua estréia na Câmara Alta, pelo conteúdo do seu trabalho que nos mostra e à Nação o esfôrço de gigante por V. Exa. empregado nesta formidável batalha que há dois anos desenvolve por todo o País com a bandeira da Década da Educação. V. Exa. se tem saido sempre brilhantemente em todos os seus empreendimentos, não sòmente à frente dos **Diários Associados**, missão notável que lhe foi confiada pelo genial Assis Chateaubriand, como em tôdas as suas iniciativas e lutas. Observe V. Exa. que o Senado o está ouvindo, com absoluto interêsse e atenção. Neste plenário, está reunido o Brasil, aplaudindo-o, através dos Senhores Senadores, que são os representantes dos Estados na Alta Câmara do País. Agradeço ao eminente Senador e amigo as referências feitas ao meu nome e inclusive ao Projeto n.º 28, de 6 de agôsto de 1970, de minha autoria, que "cria o Serviço Nacional Obrigatório". V. Exa. deve lembrar-se de que na justificação do meu projeto faço referência especial à sua audiência com o Presidente Garrastazu Médici em que o eminente colega, ainda como Deputado Federal, tratando do programa da Década da Educação, abordou o Chefe do Govêrno sôbre o Serviço Nacional Obrigatório, conforme divulgação do **O Jornal**, de 11 de abril de 1970.

**O SR. JOÃO CALMON** — Muito obrigado a V. Exa.

Sr. Presidente, estou terminando o meu discurso, mas como sou uma gralha orgulhosa, que não gosta de se enfeitar com as penas do pavão, vejo-me obrigado a prestar rapidíssimo depoimento sôbre o Serviço Nacional, que está incluído em nossas Constituições desde 1946. Resultou da iniciativa de dois brilhantes oficiais do Exército Brasileiro, os então Coronéis Pradel e Obino, no Govêrno do Marechal Eurico Gaspar Dutra.

Essa campanha foi lançada por êsses dois eminentes chefes militares, hoje Marechais da Reserva, e dela resultou o artigo incluído na Constituição de 1946 e reproduzido, embora com números diferentes, nas que se lhe seguiram.

**O Sr. Ruy Carneiro** — V. Exa. deve acrescentar também o nome do Coronel Pantaleão Pessoa.

**O SR. JOÃO CALMON** — O Coronel Pantaleão Pessoa também foi um dos artífices da idéia. E, no setor civil, não poderia deixar de ser destacado o nome de outro admirável brasileiro, o ex-Prefeito do então Distrito Federal, Professor e Engenheiro João Carlos Vital, entusiasta dessa causa de transcendental importância.

**O Sr. Ruy Carneiro** — Muito bem!

**O SR. JOÃO CALMON** — O Serviço Nacional já existe em mais de vinte países, e o Brasil, lamentàvelmente, já perdeu 25 anos por falta de regulamentação daquele dispositivo constitucional.

Sabemos que há, atualmente, limitação na ação legislativa, já que nenhum Parlamentar pode apresentar projetos que representem aumento de despesas. Em razão disso preferi, já no Govêrno do saudoso Presidente Costa e Silva, entrar em entendimento com o Chefe da Nação, com o Chefe da Casa Militar, General Jaime Portela

que era também o Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, e com o Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas.

A partir daquele momento, o Estado-Maior das Fôrças Armadas, que já vinha estudando meticulosamente a regulamentação dêsse artigo, passou a dar uma atenção ainda maior a essa matéria.

Já em agôsto do ano passado o EMFA enviava ao Presidente Garrastazu Médici a minuta de uma mensagem a ser remetida ao Congresso sôbre o Serviço Nacional ou a "lei dos outros encargos". Só não foi enviada a mensagem pelo Presidente Garrastazu Médici porque o Congresso estava virtualmente num recesso "branco", durante a campanha eleitoral do ano passado. Esperamos, entretanto, que a mensagem seja encaminhada, ainda êste ano, ao Congresso.

Estou absolutamente certo de que, com essa iniciativa, com a mobilização de um ou de dois milhões de môças e rapazes, vamos ganhar mais ràpidamente a batalha da educação.

Creio, pois, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que a "Década da Educação", convertida em movimento de tomada de consciência e de complementação da ação patriótica do Govêrno da República, bem como dos governos estaduais e municipais pode levar, efetivamente, à aceleração e harmonia do nosso desenvolvimento.

Ao fim dêsses dois anos de andanças, em confortador contacto com o povo e com as instituições, sinto-me mais brasileiro, mais convicto da importância do papel que cada um deve desempenhar, organizadamente, na promoção de sua comunidade, de suas regiões, enfim, de tôda a Pátria.

Estamos partindo, agora, para consolidar a "Década da Educação" numa fundação que a institucionalize, polarize esfôrços e multiplique resultados.

Fazendo a Vossas Excelências essa prestação de contas que inclui um quadro retrospectivo do esfôrço que desenvolvi nos últimos dois anos e que solicito seja incorporado a êste meu pronunciamento, desejo, sobretudo, ter a honra de contar com o conselho e a assistência de meus eminentes companheiros do Congresso Nacional, na formulação dos rumos definitivos dêsse movimento.

**O Sr. Magalhães Pinto** — Permite V. Exa. um aparte?

**O SR. JOÃO CALMON** — Com prazer, eminente Senador..

**O Sr. Magalhães Pinto** — Apenas um ligeiro aparte, Senador Calmon. Não desejaria que meu Estado, pela minha voz, deixasse de constar nos Anais que vão publicar êsse seu magnífico discurso. Nós lá, já há muito tempo, vemos a sua pertinácia, o seu espírito lutador em todos os casos em que entra. Acompanhamos sempre V. Exa. no seu trabalho e no seu esfôrço. Agora V. Exa., com tanta persistência, viaja pelo Brasil inteiro para trabalhar pela Década da Educação. Quero dizer que, lá em Minas, a repercussão é muito grande. Sobretudo quanto a mim, que fui governador e que também tive como um dos principais itens do meu programa trabalhar pela educação. Estamos vendo êsse trabalho de V. Exa. produzir os efeitos que naturalmente o Brasil vai sentir mais adiante, que será a maior contribuição para o seu desenvolvimento. Sabemos que o desenvolvimento de qualquer país vai até um certo ponto, depois êle só segue de acôrdo com a educação, a instrução de seu povo. De modo que quero não só dar o meu apoio e o meu aplauso pelo seu discurso mas, principalmente, pelo seu trabalho, pela sua bravura e pelo seu incansável esfôrço, que há de ser reconhecido, não só por nós todos que estamos aqui, mas pelo Brasil inteiro.

**O SR. JOÃO CALMON** — Obrigado a V. Exa. por êste generoso aparte que muito me honra, porque parte de um líder que tomou a iniciativa de dar a arrancada inicial para o movimento vitorioso de março de 1964.

Sr. Presidente, eu não poderia encerrar meu discurso sem repetir aqui uma frase que representou, sem dúvida nenhuma, o maior impulso recebido por esta cruzada desde o seu lançamento, em maio de 1969 na cidade do Recife. Esta frase é de autoria do eminente Senador Tarso Dutra que era, então, Ministro da Educação do Govêrno Costa e Silva. Êle fêz questão de me convidar para participar das solenidades que marcavam o transcurso do "Dia Mundial da Alfabetização", em 8 de setembro de 1969, na sede do MEC, no Rio.

Falando, por esta ocasião, o Ministro Tarso Dutra, que é um dos mais notáveis homens públicos do nosso País, afirmou: (lê.)

> "A década da educação é um dos movimentos redentores da nacionalidade pelo idealismo que traduz, a aglutinação de esforços que promove e o entusiasmo vivificador que desperta nas comunidades brasileiras."

Muito obrigado a todos. **(Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)**

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO CALMON EM SEU DISCURSO.

## GASTOS DA UNIÃO COM EDUCAÇÃO
## NCr$ 1.000.000 — 1965/70

| DISCRIMINAÇÃO | 1965 | 1966 | 1967 | 1968 | 1969 * | 1970 * |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Despesa Total da União | 4.414 | 6.138 | 8.172 | 11.542 | 14.229 | 19.703 |
| Receita Total da União | 3.503 | 6.007 | 7.382 | 11.785 | 14.229 | 19.703 |
| Gastos da União com Educação | 386 | 559 | 576 | 829 | 1.241 | 1.367 |
| | % | % | % | % | % | % |
| Gastos Educ./Despesa .. | 8,7 | 9,1 | 7,0 | 7,1 | 8,7 | 6,9 |
| Gastos Educ./Receita .. | 10,7 | 9,3 | 7,8 | 7,0 | 8,7 | 6,9 |

Fontes: IGF/MF, Mini Plan — (*) Estimativa.

## GASTOS TOTAIS EM % DO "PIB"
## NCr$ 1.000.000 — 1963/68

| DISCRIMINAÇÃO | 1963 | 1964 | 1965 | 1966 | 1967 | 1968 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| PIB | 9.591 | 18.867 | 30.796 | 44.369 | 56.860 | 74.734 |
| Gastos Totais com Educação | 205 | 412 | 1.032 | 1.487 | 1.978 | 3.494 |
| | % | % | % | % | % | % |
| Gastos Educ./PIB | 2,1 | 2,2 | 3,3 | 3,3 | 3,5 | 4,7 |

Fontes: IGF/MF, Mini Plan.

## MATRÍCULA NO INÍCIO DO ANO — 1963/69

| ANO | PRIMÁRIO | MÉDIO | SUPERIOR |
|---|---|---|---|
| 1963 | 9.299.441 | 1.719.589 | 120.959 |
| 1964 | 10.217.324 | 1.892.724 | 142.386 |
| 1965 | 9.923.183 | 2.154.430 | 155.781 |
| 1966 | 10.695.391 | 2.483.212 | 180.109 |
| 1967 | 11.191.718 | 2.816.440 | 212.682 |
| 1968 | 11.943.506 | 3.205.689 | 278.295 |
| 1969 * | 13.000.000 | 3.600.000 | 380.000 |

Fonte: SEEC — (*) Estimativa.

## DISTRIBUIÇÃO PESSOAL DA RENDA (3)

| Grupos Sociais | População Ativa (1.000) | % da População Ativa |
|---|---|---|
| menos de 1 salário-mínimo | 14.237 | 63,40 |
| de 1 a 2,2 salários-mínimos | 6.267 | 29,00 |
| de 2,2 a 4,2 salários-mínimos | 1.843 | 8,00 |
| de mais de 4,4 salários-mínimos (média de 12 salários-mínimos) | 703 | 3,00 |

## DISTRIBUIÇÃO REGIONAL E SETORIAL DA RENDA (4)

| Região / SETOR | *Nordeste* | Leste | Sul | Norte e Centro-Oeste | *Totais* Setoriais |
|---|---|---|---|---|---|
| Primário | 4,22 | 7,42 | 14,11 | 1,85 | 27,60 |
| Secundário .. | 1,16 | 5,57 | 14,26 | 0,57 | 21,56 |
| Terciário .... | 4,67 | 19,79 | 24,11 | 2,26 | 50,84 |
| Totais Regionais | 10,06 | 32,78 | 52,48 | 4,66 | *100,00* |

## DISTRIBUIÇÃO PESSOAL DA RENDA (5)

| Em 1960 | Ganhava em Cr$ | Sua participação na renda global do País era de |
|---|---|---|
| 1% da população | mais de 47,92 | 28,05 |
| 4% da população | de 15,04 a 47,92 | 15,99 |
| 5% da população | de 9,13 a 15,04 | 9,45 |
| 10% da população | de 5,54 a 9,13 | 11,47 |
| 20% da população | de 0 a 1,82 | 4,18 |
| 60% da população | de 1,82 a 5,54 | 30,86 |

**Fonte:** CEPAL, em colaboração com o IPEA e assessôres da Universidade da Califórnia.

### DÉCADA DA EDUCAÇÃO

**Cronologia dos primeiros 24 meses que se seguiram seu lançamento, mencionando os principais fatos de que participou João Calmon.**

— 22-5-69 — 11:15 horas — discurso de lançamento da Década da Educação na sede do "Sport Clube do Recife", durante a convenção Nacional do Lions, agradecendo a concessão de um troféu do Lions Internacional a Assis Chateaubriand, "por serviços relevantes prestados à humanidade".

— 29-5-69 — Telegrama de apoio à Década do Centro Acadêmico Dom João Bosco, do Recife.

— 29-5-69 — Encontro com o Ministro Tarso Dutra, em Brasília, para lhe comunicar o lançamento da Cruzada da Década da Educação. Tarso Dutra promete transmitir, naquele mesmo dia, as principais linhas da campanha ao Presidente Costa e Silva.

— 30-5-69 — O **Correio Braziliense** publica declarações do Deputado Aderbal Jurema apoiando a Década.

— 30-5-69 — Encontro com o General Jaime Portela, Chefe da Casa Militar da Presidência da República. Foi abordado o lançamento da Cruzada da Década.

— 1-6-69 — Entrevista no programa de J. Silvestre, na TV-Tupi, "Domingo da Bondade", em rêde com São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Curitiba, Florianópolis e Pôrto Alegre, sôbre a Década.

— 3-6-69 — Encontro com o Ministro Interino da Educação, Sr. Favorino Mercio e com o Professor Celso Kelly, indicado para ser o delegado do MEC junto à Década.

— 7-6-69 — Entrevista com Gilson Amado, na TV Tupi, sôbre a Década.

— 9-6-69 — Encontro no gabinete do Ministro Interino da Educação. J. C. conversou com João Paulo Reis Veloso, Secretário-Geral do Ministério do Planejamento, e com o profesor Celso Kelly. Convidou Reis Veloso para ser o coordenador executivo da Década. Êle não póde aceitar o convite.

— 9-6-69 — Apoio do Sr. Eudes Leão, ex-Ministro da Agricultura, à Década.

— 20-6-69 — O Senador Eurico Rezende propõe na reunião do Diretório Regional da ARENA, em Vitória, um voto de louvor pelo lançamento da Cruzada da Década.

— 21-6-69 — o Programa "Perspectiva", da TV Tupi do Rio, focaliza a Década.

— 22-6-69 — Na reunião preparatória do II Simpósio sôbre o Desenvolvimento do Espírito Santo, em Colatina, o Senador Eurico Rezende e o Deputado Oswaldo Zanelo elogiam o lançamento da Década.

— 23-6-69 — Reunião sôbre a Década, no gabinete do Ministro Tarso Dutra. A reunião foi convocada pelo Ministro da Educação. Compareceram Jorge Behring de Matos, representante da Confederação Nacional da Indústria, Rocha Vaz, representante do Deputado Chagas Freitas, presidente do Sindicato de Proprietários de Jornais e Revistas do Estado da Guanabara, Professor Pedro C. Bomfim, representante do Ministério do Planejamento, e professor Celso Kelly.

— 23-6-69 — Visita do Padre Leopoldino de Souza, que fala sôbre um programa de alfabetização em trinta horas, de autoria de padres salesianos.

— 26-6-69 — Conferência no Conselho Nacional do SENAC, órgão de ensino profissional da Confederação Nacional do Comércio. A sessão foi presidida pelo Deputado Jessé Freire.

— 27-6-69 — Fala, em São Paulo, aos delegados da IV Conferência Nacional de Educação, que reuniu todos os Secretários de Educação do País.

— 27-6-69 — Conferência na Confederação Nacional da Indústria, dirigindo-se a todos os presidentes das Federações das Indústrias dos Estados.

— 29-6-69 — Rachel de Queiroz e Mauricio Caminha de Lacerda escrevem em **O Jornal** artigos sôbre a Década.

— 1-7-69 — Encontro com o embaixador do México, focalizando a batalha da alfabetização naquele País.

— 1-7-69 — Reunião nos **Diários Associados** com a participação de Gilson Amado, Coronel Mauro da Costa Rodrigues, Coordenador do Projeto Rondon, Padre Leopoldino e Padre Tiago de Almeida. Foi discutido o método de alfabetização em trinta horas.

— 3-7-69 — Entrevista à Rádio Charrua, de Uruguaiana (RGS), sôbre a Década.

— 4-7-69 — Fala numa cadeia de TV (Piratini e Gaúcha) sôbre a Década. O programa foi gravado e reproduzido por uma grande rêde de emissoras de rádio às 20:00 horas.

— 7-7-69 — Reunião do Comitê encarregado de elaborar os estatutos da Mobilização Nacional para a Educação.

Compareceram:

**Mário Henrique Simonsen**

**Professôra Terezinha Saraiva**

**Professor David de Carneiro**

**Professor Hélio Ribeiro**

**Coronel Mauro da Costa Rodrigues**

**Professor Gilson Amado**

**Jorge Behring de Matos**, representante da Confederação Nacional da Indústria.

Senador **Flávio de Brito**, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura.

Deputado **Chagas Freitas**, Presidente do Sindicato de Proprietários de Jornais e Revistas.

**Danton Jobim**, Presidente da ABI.

**João Calmon**, Presidente da ABERT.

**Pedro Calheiros Bomfim**, Representante do Ministério do Planejamento.

**Rocha Vaz**, Representante do Sindicato de Jornais e Revistas.

Foi escolhida a comissão que elaborará os estatutos:

**Hélio Ribeiro**

**Terezinha Saraiva**

**Gilson Amado**.

— 7-7-69 — Encontro com o Governador Abreu Sodré, em São Paulo, sôbre a Década.

— 9-7-69 — Pronunciamento sôbre a Década, em Brasília, ao receber o medalhão Olavo Bilac e o diploma por seus esforços em favor do Serviço Militar.

— 10-7-69 — O Conselho Federal da Educação aprova moção de aplausos à Década.

— 10-7-69 — Presidência da reunião do Grupo de Trabalho. Compareceram Danton Jobim, Terezinha Saraiva, Hélio Ribeiro, Gilson Amado, Rocha Vaz e Mauricio Caminha de Lacerda.

— 11-7-69 — Visita dos dirigentes da Cruzada ABC à sede dos D.A.

— 14-7-69 — Visita ao Secretário-Geral do Ministério da Educação, Sr. Édson Franco.

— 17-7-69 — Presidência da reunião do Grupo de Trabalho da Década, na sede da Confederação Nacional da Indústria. Compareceram a essa reunião a Professôra Terezinha Saraiva, Gilson Amado, os dirigentes da Cruzada ABC, Theóphilo de Andrade e um re-

presentante do Projeto Rondon. Foi aprovada a redação final da Declaração de Princípios dos Estatutos e do Instrumento de Constituição da Década.

— 21-7-69 — Visita do Pe. Irineu. O Professor Felipe Tiago Gomes, superintendente da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, hipoteca todo apoio à Década.

— 28-7-69 — Conferência sôbre a Década na sede da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

— 29-7-69 — Conferência sôbre a Década no Edifício Pajeú, em Fortaleza, a convite da Associação Brasileira de Municípios, para todos os prefeitos do Ceará.

— 30-7-69 — Em telegrama ao Presidente Costa e Silva, ao Vice-Presidente Pedro Aleixo e aos Ministros Hélio Beltrão e Tarso Dutra, sugere a inclusão, na nova Constituição, no capítulo das Disposições Transitórias, de um artigo considerando os próximos dez anos como a Década da Educação.

— 31-7-69 — Alcino Diniz faz uma exposição sôbre o seu método de alfabetização, baseado em caixas de fósforos, com uma letra e um desenho. Sugestão para que o método seja submetido à apreciação do Ministério da Educação.

— 4-8-69 — Visita ao Professor Jorge Boaventura, Presidente do MOBRAL.

— 5-8-69 — Encontro com o Gal. Bina Machado, Diretor do Serviço Militar, sôbre o decreto que vincula o Serviço Militar à alfabetização dos alistados em idade militar.

— 6-8-69 — Visita, no Estado-Maior das Fôrças Armadas, no Rio, ao General Moacir de Araújo Lopes, e troca de idéias sôbre a Década.

— 8-8-69 — Assiste conferência do Ministro Tarso Dutra, na Escola Superior de Guerra. O General Augusto Fragoso, Comandante da ESG, tece os maiores elogios à Década. Várias perguntas ao Ministro da Educação são feitas.

— 11-8-69 — Visita, no Maranhão, ao Centro Educacional para Ensino Audiovisual, em companhia do Governador José Sarney. Sugere a aquisição de um transmissor de TV e de uma antena, transformando o Centro em uma estação de TV educativa. O Governador Sarney aceitou a sugestão.

— 12-8-69 — Visita ao Professor Flexa Ribeiro, subdiretor da UNESCO, encarregado do setor de educação.

— Visita ao Dr. João Carlos Vital, ex-Ministro do Trabalho e ex-Prefeito do Rio. Foi o autor do anteprojeto vinculando a prestação do Serviço Militar ao esfôrço de alfabetização.

— O General Moacir de Araújo Lopes, do EMFA, sugere modificações nos Estatutos e na Declaração de Princípios da Década.

— 15-8-69 — Recebe visita do Governador José Sarney, do Maranhão, que veio ao Rio comprar o equipamento adicional para transformar o Centro de Ensino Audiovisual numa emissora de TV Educativa.

— 18-8-69 — Visita ao Centro de TV Educativa no Instituto de Educação no Estado da Guanabara, em companhia das Professôras Alfredina Paiva e Dulcie Kamitz.

— 19-8-69 — Visita do Professor Felipe Tiago Gomes, Superintendente da CNEC.

— 19-8-69 — Conferência sôbre a Década no Conselho Administrativo da Associação Brasileira de Imprensa.

— 21-8-69 — Conferência na Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, sôbre a Década. Compareceram à Conferência o Governador Peracchi Barcelos e o representante do Comandante do III Exército. A sessão foi transmitida pela TV Piratini e pela Rádio Farroupilha.

— 22-8-69 — Visita, em Pôrto Alegre, à Fundação Educacional Padre Landell de Moura.

— 23-8-69 — Entrevista à Rádio Difusora de Pôrto Alegre.

— 26-8-69 — Oferece almôço, no restaurante de **O Cruzeiro**, aos membros do Conselho Federal de Educação e dos Conselhos Estaduais de Educação de todo o País. Depois da exposição de J. C. sôbre a Década, falaram os Professôres Padre José Vasconcelos, Rubens Maciel, Celso Kelly e Gilson Amado.

— 28-8-69 — Conferência num curso promovido pela CEPAL na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, sôbre a Década. Saudado pelo Magnífico Reitor, Professor Alaor de Queiroz, e pelo Diretor da FCE, Professor Silvio Crema.

— 2-9-69 — Assiste, na TV Tupi, às duas primeiras aulas do Curso de alfabetização de Adolescentes e Adultos, produzido pelas Emissoras Associadas de acôrdo com um método do Padre salesiano Tiago de Almeida.

— 2-9-69 — É apresentada no I Seminário de Comunicação Social, promovido pela ABERT, em Petrópolis, a primeira aula de alfabetização para adolescentes e adultos, produzida pelas Emissoras Associadas.

— 3-9-69 — Encontro com o Professor Jorge Boaventura, Diretor do Departamento Nacional de Educação, e com as Professôras Alfredina Paiva e Dulcie Kamitz.

— 8-9-69 — É transmitida a primeira aula destinada a adolescentes e adultos, através da cadeia de Emissoras Associadas, comemorando o Dia Mundial da Alfabetização.

— 8-9-69 — Participa da solenidade que marca o transcurso do Dia Mundial da Alfabetização, no auditório do MEC, sôbre a presidência do Ministro Tarso Dutra. O titular da pasta da Educação afirmou, em seu discurso, que "a Década da Educação é um dos movimentos redentores da nacionalidade pelo idealismo que traduz, a aglutinação de esforços que promove e o entusiasmo vivificador que desperta nas comunidades brasileiras. Ela é acionada por João Calmon, no instante em que as Nações Unidas deflagram, em todo o mundo, a Cruzada da Educação".

— 18-9-69 — Encontro com a Professôra Isa Borges, Diretora do COPROC, órgão do MEC.

— 18-9-69 — O ex-Senador Mozart Lago encaminha vários projetos de sua autoria sôbre a alfabetização.

— 19-9-69 — O Ministro do Planejamento, Hélio Beltrão, em discurso proferido na Convenção Nacional do

Clube de Diretores Lojistas, aplaude a iniciativa da Década da Educação.

— 24-9-69 — Fala sôbre a Década no programa "Show sem Limite", de J. Silvestre, na TV Tupi.

— 24-9-69 — Palestra sôbre a Década num almôço oferecido pela direção de "Manchete".

— 25-9-69 — Conferência, em sessão solene, na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Saudação do Presidente da Assembléia e do Deputado Silvérius Kist, Presidente da Comissão de Educação e Cultura. A sessão durou 2 horas e meia. Um coral de 100 môças interpretou canções folclóricas gaúchas em homenagem à Década.

— 29-9-69 — Conferência na sede da Associação Brasileira de Educação no Rio.

— 29-9-69 — O Cardeal do Rio, Dom Jaime Câmara, recomenda aos padres a instalação de aparelhos de televisão nas Igrejas, a fim de que os fiéis analfabetos possam aprender a ler e a escrever através do programa de alfabetização da TV Tupi, transmitido desde o dia 8 de setembro. Se fôsse necessário — acrescentou o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara — êle autorizaria a remoção do Santíssimo Sacramento para outra capela, para que a igreja pudesse transformar-se, no horário adequado, numa sala de aula de alfabetização.

— 2-10-69 — O Sr. Victor Civita, Presidente da Editôra Abril, assegura o apoio de sua organização à Década.

— 4-10-69 — Discurso sôbre a Década da Educação na inauguração do busto de Assis Chateaubriand, no Recife.

— 4-10-69 — Conferência na Associação Comercial de Campina Grande. Foi saudado pelo Reitor da Universidade Regional do Nordeste.

5-10-69 — Entrevista à TV Universitária do Recife.

5-10-69 — O Esporte Clube do Recife, em cuja sede fôra lançada a Cruzada da Década da Educação, em 22-5-69, oferece um almôço. É debatido o tema do esfôrço comunitário em favor da educação.

— 8-10-69 — Exposição sôbre a Década a centenas de normalistas, em Colatina e em Vitória.

— 10-10-69 — Conferência na Universidade Federal da Paraíba, sendo saudado pelo Reitor Guilhardo Martins e pelo Professor João Gonçalves de Medeiros. Compareceu à sessão o Governador João Agripino.

— 13-10-69 — É recebido, em sessão especial, pela Assembléia Legislativa do Ceará. É saudado pelo Presidente e pelo Deputado Temistocles de Castro e Silva, que exaltaram a Cruzada da Década.

— 13-10-69 — O Rotary, o Lions e a Câmara Júnior oferecem um jantar de 200 talheres, no Náutico. Comparecem o Governador Plácido Castelo e o Chefe do Estado-Maior da 10.ª Região Militar.

— 14-10-69 — Conferência com o ex-Ministro e ex-Prefeito João Carlos Vital sôbre os seus estudos em tôrno do problema da educação.

— 16-10-69 — Recebe o Professor Pierre Delbot, dirigente da Cruzada A.B.C.

— 17-10-69 — Profere conferência na Escola Superior de Guerra. É apresentado aos alunos dos 3 cursos da E.S.G. pelo General-de-Exército Augusto Fragoso. A conferência e os debates duraram duas horas.

— 23-10-69 — Visita ao Coronel Silvio Novais, no EMFA, para tratar do projeto de implantação do Serviço Nacional.

— 24-10-69 — Fala sôbre a Década num jantar que lhe foi oferecido em Belo Horizonte pelo Rotary Clube e pelo Lions.

— 24-10-69 — É nomeado pelo Ministro Tarso Dutra membro do Conselho Administrativo do Movimento Brasileiro de Alfabetização ..... (MOBRAL). Não pode aceitar o cargo, em virtude de ser incompatível com o exercício de um mandato legislativo.

— 31-10-69 — Conversa com o nôvo Ministro da Educação, Senador Jarbas Passarinho, em seu apartamento em Brasília. Aborda a Década da Educação, que o nôvo titular encara com a maior simpatia.

— 3-11-69 — Assiste à transmissão do cargo de Ministro da Educação do Deputado Tarso Dutra ao Senador Jarbas Passarinho.

— 3-11-69 — Pede ao Presidente da Câmara sua transferência da Comissão de Minas e Energia para a Comissão de Educação e Cultura.

— 4-11-69 — Comparece ao Congresso de Teleducação na Escola N. S. da Paz, promovido pela Fundação Educacional Padre Landell de Moura e pela Fundação Konrad Adenauer.

— 5-11-69 — Participa pela primeira vez de uma reunião da Comissão de Educação e Cultura. Visita o Ministro Jarbas Passarinho.

— 6-11-69 — Profere discurso, na Câmara, no Grande Expediente, sôbre a Década da Educação. Com os numerosos apartes dos Deputados que o apóiam na Cruzada, o discurso durou duas horas.

— 7-11-69 — Profere conferência no Congresso de Teleducação sôbre a participação do rádio e da TV no esfôrço educacional.

— 10-11-69 — Visita o Ministro Jarbas Passarinho, em Brasília.

— 11-11-69 — Integra-se na Comissão de Educação e Cultura da Câmara às 15 horas. É saudado pelo Presidente da Comissão, Deputado Eurípedes Cardoso de Menezes, e pelo Deputado Lauro Cruz. Faz um relatório sôbre o andamento da Cruzada da Década da Educação, desde o seu lançamento.

— 11-11-69 — Visita o Coronel Silvio Novais, do Estado-Maior das Fôrças Armadas. Tema do encontro: Serviço Nacional.

— 13-11-69 — Conversa com o General João Batista Figueiredo, Chefe da Casa Militar da Presidência da República, abordando a Década da Educação e o Serviço Nacional.

— 18-11-69 — Em companhia de seus colegas da Comissão de Educação e Cultura, visita o Ministro da Educação, Senador Jarbas Passarinho.

— 18-11-69 — O Presidente Garras-

tazu Médici telefona, felicitando-o pelo esfôrço que está empreendendo em favor da Educação.

— 19-11-69 — Participa de uma reunião da Comissão de Educação e Cultura.

— 20-11-69 — Visita o chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas, almirante Murilo do Vale. Participaram do encontro o Almirante Costa e o Brigadeiro Pires. O coronel Silvio Novais promoveu o encontro. Tema: Serviço Nacional.

— 25-11-69 — Recebe carta do Ministro Jarbas Passarinho, datada de 18-11-69, dando todo o seu apoio à cruzada da Década da Educação.

— 2-2-69 — Concede entrevista ao programa "Perspectiva", da TV Tupi, sôbre a Década da Educação.

— 4-12-69 — Recebe no Rio o título de Personalidade do Ano, conferido pela Associação Brasileira de Propaganda, por ter lançado a cruzada da Década da Educação.

— 5-12-69 — Visita de um grupo de professôres e capitães da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, que lhe pede sugestões sôbre a estratégia a ser adotada na batalha da Educação.

— 8-12-69 — Profere conferência sôbre a Década na Educação do Bem-Estar do Menor, no Rio.

— 9-12-69 — O Ex-Ministro Tarso Dutra o visita, no seu gabinete nos D.A., e se filia à Mobilização Nacional para a Educação.

— 10-12-69 — A Editora Abril oferece-lhe almôço, em São Paulo, na sua sede, hipotecando todo o seu apoio à Década da Educação.

— 15-12-69 — Entendimento com o governador Cristiano Dias Lopes, propondo-lhe o lançamento do curso de alfabetização de adolescentes e adultos pela TV Vitória, em colaboração com a Secretaria de Educação do Espírito Santo.

— 16-12-69 — Almoça, no Museu de Arte Moderna, com o coronel Mauro da Costa Rodrigues, nôvo Secretário-Geral do Ministério da Educação. Tema: Década da Educação.

— 16-12-69 — Telegrafa ao Presidente Garrastazu Médici felicitando-o pela decisão de cancelar a **Expo-72**, empregando os recursos a ela destinados na conclusão das obras da Cidade Universitária, na ilha do Fundão.

— 22-12-69 — A "Hora do Brasil" transmite o texto do telegrama ao presidente Médici e a resposta do chefe da Nação, em tôrno do cancelamento da **Expo-72**, e da utilização dos recursos a ela destinados na conclusão das obras da Cidade Universitária.

— 23-12-69 — Almoça no Restaurante "Albamar", com o coronel Silvio Novais, do Estado-Maior das Fôrças Armadas. Tema: "Serviço Nacional."

— 26-12-69 — Convite, em Pôrto Alegre, ao Professor Jorge Furtado para ser o Coordenador Executivo da Década da Educação. O Professor Furtado foi secretário-geral do Ministério da Educação na gestão do Sr. Tarso Dutra. Êle aceita o convite, mas só poderá iniciar o seu trabalho em novembro de 1970.

**1970**

— 2-1-70 — Conferência sôbre a Década na Escola de Tradutores e Intérpretes da Federação do Comércio de Minas. Entrevista, sôbre o mesmo tema, à TV Itacolomi.

— 3-1-70 — Fala sôbre a Década na inauguração das novas instalações do "Monitor Campista", em Campos. Presente o Senador João Cleofas.

— 7-1-70 — Fala na Câmara Municipal de Souza, Estado da Paraíba, ao receber o título de Cidadão daquela cidade.

— 12-1-70 — Fala sôbre a Década aos alunos do Curso de Comunicação Social e Relações Públicas, da PUC, que o escolheram como patrono.

— 15-1-70 — Conversa no Rio com o professor Jorge Furtado, escolhido para o ser coordenador executivo da Década.

— 18-1-70 — Participa do lançamento da programação educativa da TV Itacolomi, a "Universidade da Manhã", das 8,30 às 12 horas, nos dias úteis.

— 5-2-70 — Convida o Dr. Luis Carlos Mancini, para prestar colaboração à Década. O Dr. Mancini foi secretário da Administração do govêrno da Guanabara e dirigiu um Centro de Treinamento de Organização dos Estados Americanos, na Argentina.

— 19-2-70 — Convida, em New York, o Dr. Azevedo Antunes, presidente da ICOMI, para assumir a presidência da cruzada da Década da Educação.

— 3-3-70 — Encontro com o Almirante Berutti, às 13 horas, na Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha. Êle está fundando escolas de alfabetização nas Capitanias dos Portos, em todo o Brasil, impressionado com a existência de 92% de analfabetos entre os marítimos do Nordeste. Recebe o professor Celso Kelly, que foi delegado do M.E.C. junto a Década na gestão do Ministro Tarso Dutra. Conversa com o professor Gilberto Osório de Andrade, diretor do Departamento de Recursos Humanos, da SUDENE, sôbre a Década da Educação.

— 4-3-70 — Assiste ao lançamento do plano do Top Clube, do Grupo BRADESCO, em favor da alfabetização.

— 10-3-70 — Recebido em audiência, pelo Ministro Jarbas Passarinho, que estava acompanhado do secretário-Geral do M.E.C. coronel Mauro da Costa Rodrigues. O Ministro Jarbas Passarinho anuncia para 8 de setembro o lançamento de um programa de alfabetização pela TV e pelo rádio.

— 17-3-70 — Concede duas entrevistas à TV Continental sôbre a Década da Educação e o Serviço Nacional.

— 20-3-70 — Profere conferência no III Congresso de Professôres Municipais de Vitória, no auditório da Companhia Vale do Rio Doce, na capital capixaba.

— 3-4-70 — Almoça com o Almirante Berutti, na sede da Diretoria de Portos e Costas.

Assunto: Década da Educação e o programa de alfabetização de marítimos, lançado pela Marinha.

— 7-4-70 — O Dr. Azevedo Antunes aceita o convite para ser presidente da cruzada da Década da Educação.

— 8-4-70 — Profere conferência na Assembléia Legislativa do Amazonas, sendo saudado pelos deputados José Cidade de Oliveira (ARENA) e Francisco Carneiro (MDB). Recebido pelos Conselhos Estaduais de Educação e Cultura, e visita à Universidade Federal do Amazonas.

Concede entrevista à TV Ajuricaba e profere conferência no Teatro Amazonas sôbre a Década da Educação.

— 11-4-70 — Recebido pelo presidente Garrastazu Médici, no Palácio do Planalto, aborda aspectos da Década da Educação e do Serviço Nacional.

— 19-4-70 — Recebido pelo Ministro Jarbas Passarinho, no seu gabinete no MEC, em Brasília.

— 22-4-70 — Fala sôbre a Década na inauguração do nôvo equipamento de offset dos "Diários Associados" de Fortaleza.

— 3-5-70 — Profere conferência, em São Lourenço, no I Encontro dos Homens de Imprensa, sôbre a Década da Educação.

— 5-5-70 — Participa de uma reunião na Associação Brasileira de Municípios para elaboração de um documento a ser encaminhado ao Ministro da Educação propondo o desencadeamento de campanhas de alfabetização em cada município.

— 7-5-70 — Fala sôbre a Década da Educaqão, numa reunião do I Congresso de Informação Rural na Universidade Federal de Brasília.

— 7-5-70 — Profere conferência, sôbre a Década, em Lavras, Minas Gerais, a convite da Associação de Professôras e Alunos da Escola Superior de Agricultura. A sessão foi presidida pelo Deputado Geraldo Freire, Presidente da Câmara dos Deputados.

— 11-5-70 — Almoça no restaurante Maison de France com o Professor Mário Henrique Simonsen, nôvo Presidente do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Participa do encontro o Professor Gilson Amado.

— 12-5-70 — Conferência na Câmara Municipal de São Paulo, sôbre a Década da Educação.

— 13-5-70 — Fala na inauguração da TV Educativa do Maranhão, da qual é padrinho.

— 15-5-70 — Lança, na TV Vitória, o Curso de Alfabetização de adolescentes e adultos, baseado no método dos Padres Salesianos. Comparece ao programa o Professor Darcy Werther Vervloft, Secretário da Educação do Estado do Espírito Santo.

— 18-5-70 — Fala sôbre a Década no I Congresso de Educadores da Amazônia, em Belém, e concede entrevista à TV Marajoara sôbre o mesmo tema.

— 20-5-70 — Discurso, no Conselho Estadual de Educação da Bahia, e, às 16 horas, na Assembléia Legislativa, sôbre a Década. A conferência é seguida de debate. A rêde de emissoras de rádio de Salvador transmite os detalhes da sessão especial da Assembléia. Fala, a seguir, ainda sôbre a Década, através de cadeia formada pela TV Itapoan e TV Aratu.

— 21-5-70 — Visita o Curso de Alfabetização mantido pela Capitania dos Portos da Bahia.

— 21-5-70 — Fala sôbre a Década em sessão especial da Assembléia Legislativa do Espírito Santo, ocasião em que faz um relatório sôbre o desenrolar da cruzada nos seus primeiros 12 meses.

— 25-6-70 — Pronuncia conferência sôbre Educação no recinto da FENAC, em Nôvo Hamburgo.

— 26-6-70 — Recebe a Medalha do Mérito Educacional do Estado do Amazonas, em reconhecimento aos serviços prestados à causa da Educação.

— 17-7-70 — Faz pronunciamento na Universidade Federal de Pernambuco sôbre problemas educacionais.

— 24-7-70 — Profere conferência sôbre Educação no Centenário da Rêde de Viação Cearense, em Fortaleza.

— 29-7-70 — O Ministro da Educação, Senador Jarbas Passarinho, assina Portaria n.º 408, regulamentando a transmissão, pela TV, de programação educativa.

— Faz pronunciamento sôbre a Década da Educação no "Clube dos 50", de Campos, Estado do Rio. (15-8-70.)

— 18-8-70 — Profere conferência sôbre Educação na Universidade Tecnológica de Governador Valadares.

— 25-8-70 — Profere conferência sôbre Educação na Câmara Municipal de Ipatinga, Minas Gerais, a convite da USIMINAS.

— 26-8-70 — Recebe a Medalha "Silvio Romero", conferida pela Secretaria de Educação do Estado da Guanabara, por relevantes serviços prestados à causa da Educação.

— Apresenta, na Câmara dos Deputados, projeto de lei dispondo sôbre a criação dos Conselhos Municipais de Educação (CEDAMS).

— 1-9-70 — No início das comemorações da Semana da Pátria, em Volta Redonda, pronuncia conferência sôbre Educação, no auditório da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

— 14-9-70 — Pronuncia conferência sôbre problemas educacionais na Escola de Engenharia de Piracicaba, Estado de São Paulo.

— 14-9-70 — Faz pronunciamento sôbre Educação no Instituto de Engenharia de São Paulo — São Paulo.

— 26-11-70 — Faz pronunciamento sôbre Educação no Seminário de Comunicações promovido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

— 13-12-70 — É condecorado pelo Presidente da República com a Medalha do Mérito Naval, no grau de Grande Oficial.

1971

— 28-1-71 — Por ocasião da Reunião dos "Partners of the Americas", em São José da Costa Rica, faz pronunciamento sôbre a atualidade brasileira, destacando os esforços públicos e privados com vistas à solução do problema educacional brasileiro.

— 29-1-71 — Fala, na "Hora do Brasil", da Câmara dos Deputados, sôbre os objetivos da cruzada da Década da Educação.

— 2-3-71 — Profere Aula Inaugural na PUC de Minas Gerais.

— 9-3-71 — A convite da Cruzada Feminina Democrática, do Recife, profere, no Clube Português daquela cidade, conferência sôbre Educação.

— Lançamento, em 30-3-71, pela TV Tupi do Rio de Janeiro, da nova fase do programa de alfabetização de adolescentes e adultos baseado no método SDB dos Padres Salesianos. Em sua primeira fase, êsse programa, apresentado por Bibi Ferreira, alcançou o primeiro lugar numa competição internacional realizada em Hiroshima, Japão, a qual compareceram 80 países.

— 30-4-71 — Profere conferência no "Clube dos 21 Irmãos Amigos" em Taubaté, ocasião em que aborda a problemática educacional.

— 6-5-71 — Preside reunião da Comissão de Educação e Cultura do Senado, no impedimento do Presidente titular, Senador Gustavo Capanema. Nessa ocasião, focaliza o problema da Educação no Brasil.

— 19-5-71 — Profere conferência sôbre Educação no Curso de Jornalismo Assis Chateaubriand, no Rio de Janeiro.

— 20-5-71 — Discurso no Plenário do Senado sôbre os dois primeiros anos do esfôrço em favor da Década da Educação. O discurso dura 100 minutos e recebe apartes de 10 Senadores.

---

## DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR LOURIVAL BAPTISTA NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL ÚLTIMO, QUE SE REPRODUZ POR TER SIDO PUBLICADO COM INCORREÇÕES.

**O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Lê o seguinte discurso.)** — Sr. Presidente, venho hoje a esta tribuna para abordar um tema que interessa de perto ao Nordeste, e ao Estado de Sergipe muito em particular, embora a sua importância transponha as fronteiras Estaduais, e mesmo Regionais, e venha situar-se no contexto das grandes metas, e dos grandes feitos do terceiro Govêrno da Revolução.

As perspectivas que se abrirão, para o Nordeste e para o Brasil, com o início da exploração dos recursos minerais do subsolo sergipano podem ser equiparadas àquelas criadas pelo funcionamento do nosso Sistema de Telecomunicações, pelo início da implantação da Rodovia Transamazônica e também pelas descobertas de petróleo na plataforma submarina em Sergipe.

Grande é portanto a minha satisfação. Minha alegria decorre não apenas do fato de vislumbrar coroados de êxitos os meus modestos esforços e de quantos tenham de uma forma ou de outra trabalhado e lutado para assistir a essa feliz oportunidade. Eu não tenho dúvidas de que dentro de algum tempo estaremos participando das gestões, para implantar o projeto industrial nordestino, de maior significação econômica.

Para contentamento de quantos têm trabalhado pelo soerguimento do Nordeste, o ilustre Ministro das Minas e Energia, Antônio Dias Leite, em recente pronunciamento, declarou ao País a sábia decisão do Govêrno Federal de abrir, no País e no Exterior, concorrência para exploração das valiosas jazidas de sais de potássio existentes no subsolo sergipano.

Na semana passada o ilustre Presidente da PETROBRÁS, General Ernesto Geisel, estêve em Sergipe em viagem de inspeção à Região de Produção, tendo visitado o digno governador Paulo Barreto de Menezes quando, na oportunidade, afirmou que o expediente para abertura de concorrência internacional para exploração de potássio em Sergipe já havia sido enviado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República pelo Ministro das Minas e Energia e que a PETROBRÁS iria ter participação na Emprêsa encarregada de fazer a exploração.

O Govêrno do Presidente Garrastazu Médici já deu suficientes exemplos de que não teme obstáculos. No mesmo passo, a Revolução vitoriosa de Março de 1964, mantém-se com obstinação no princípio de que aquilo que se tiver de fazer pelo engrandecimento da Pátria, se fará.

Daí a segurança e a certeza de que decorre por conseguinte o meu entusiasmo e a minha satisfação.

Senhor Presidente, Senhores Senadores, as informações sôbre os recursos minerais de Sergipe ainda não são completas. E, até pouco tempo, dispunha-se apenas de ligeiras informações sôbre ocorrências de sal-gema, potássio, calcário, mármore e águas minerais; todavia sem qualquer dado técnico, estudo ou avaliação que indicasse a viabilidade de seu aproveitamento para fins industriais.

As primeiras indicações da presença de depósitos de sal-gema na bacia sedimentar sergipana datam do ano de 1941, quando a ITATIG, que iniciava pesquisas de óleo nas vizinhanças de Aracaju, constatou no Município de Nossa Senhora do Socorro a existência de jazidas salíferas. Já naquela oportunidade e pela primeira vez riquezas minerais de Sergipe foram objeto de estudo e comentário, tendo a ITATIG providenciado a fundação de uma emprêsa sob a denominação de IBASA, com o objetivo de explorar sal-gema no Estado, cujo projeto, por questões técnicas, mostrou-se inviável posteriormente.

A partir do início do último decênio, entretanto, as pesquisas realizadas pela PETROBRÁS no subsolo sergipano foram intensificadas, atingindo várias áreas da bacia sedimentar do Estado. E, em 15 de agôsto de 1963, finalmente, a PETROBRÁS via cobrir-se de êxito seu tenaz e eficente trabalho com a descoberta, no município sergipano de Carmópolis, de petróleo comercial pela primeira vez encontrado fora do Recôncavo Baiano.

O evento que tomou espaço em tôda a imprensa nacional, e mesmo internacional, encheu de júbilo e esperança os brasileiros, e de um modo especial o povo sergipano.

Mas a PETROBRÁS, no labor de suas pesquisas, não havia descoberto apenas o petróleo no subsolo de Sergipe. Na esteira de suas conquistas, estavam assinaladas com destaque, diversas ocorrências minerais de alta significação econômica, volumosas e constantes em quase tôda a área pesquisada. Anunciava-se a existência de espêssas camadas de sais solúveis, numa área de 2.000 km² em subsuperfície, notadamente nos Municípios de Carmópolis, Siriri e Santa Rosa de Lima.

O conhecimento ainda precário dêsses recursos minerais, foram objeto de debate na SUDENE, e levaram a Sergipe, por 3 anos, diversos grupos econômicos, nacionais e mesmo internacionais, e motivou a celebração de um convênio, entre a SUDENE e o Fundo Especial das Nações Unidas, para estudo do sal-gema em Sergipe e Alagoas.

Em agôsto de 1967, quando da instalação do Govêrno Federal na cidade do Recife, tive oportunidade de entregar, pessoalmente, ao Saudoso Presidente Costa e Silva, um memorial, no qual solicitava de Sua Excelência, uma definição para o caso do potássio sergipano, pôsto que, decorridos 4 anos da descoberta das ocorrências, nada ou quase nada se tinha feito objetivando a implementação dos estudos. Naquela oportunidade, apoiado na sugestões dos órgãos competentes, o eminente Presidente Costa e Silva tomou a histórica deliberação de constituir reserva nacional de sal-gema e potássio, uma área de 425 km² no Estado de Sergipe, pelo Decreto número 61.157, de 16 de agôsto de 1967. E, no mesmo Decreto, atribuiu ao Ministério das Minas e Energia, por intermédio do Departamento Nacional da Produção Mineral, a realização com exclusividade das pesquisas para determinação do verdadeiro valor das ocorrências, fixando o prazo de 2 anos para conclusão dos trabalhos.

Posteriormente, o Ministro das Minas e Energia, José Costa Cavalcanti, através da Portaria de 7 de maio de 1968, delegou competência ao Diretor-Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral, para realização das pesquisas, organização e instalação do projeto potássio, com o fim previsto no Decreto Presidencial.

No dia 23 de julho de 1969, por ocasião da centésima nona reunião ordinária do Conselho Deliberativo da SUDENE, realizada na Cidade de Recife, tive o ensejo de comunicar ao Sr. Superintendente e aos ilustres e dignos membros do Conselho resultados concretos e altamente alvissareiros dos trabalhos realizados pela equipe do Projeto Potássio, encaminhado, a seguir, à Presidência da Mesa, testemunhos de sais de potássio e outros minerais.

Devo acrescentar que êsses testemunhos também foram entregues pessoalmente por mim ao Ministro das Minas e Energia, Professor Antônio Dias Leite, no dia 5 de agôsto de 1969.

E os entreguei, igualmente, ao saudoso Presidente Costa e Silva, no dia 6 de agôsto do mesmo ano, no Palácio do Planalto, quando fomos recebidos em audiência especial, para tratar do assunto relativo à exploração do potássio em Sergipe, o que foi noticiado pelos jornais, inclusive pela revista **Visão,** na página 64 do seu número 5, volume 35, de 29 de agôsto de 1969.

Até o presente, Senhor Presidente e Senhores Senadores, são conhecidos, além da Halita cujas reservas ascendem a 525 milhões de toneladas e é encontrada, pràticamente, em tôda bacia sedimentar, a Carnalita, ainda não aproveitada industrialmente, estimada, na área delimitada, em 6.000 milhões de toneladas; Tequidrita, mineral raro, só encontrado, em certo vulto, no Congo Francês, estimada em 4.000 milhões de toneladas, considerada a maior jazida do mundo; a Silvinita, de grande valor para a produção de fertilizantes potássicos, cuja reserva é estimada em 450 milhões e, finalmente, 10 milhões de toneladas de Bromo na taquidrita.

Como vêem Vossas Excelências, nos últimos três anos, passos significativos foram dados visando à definição de uma política adequada para o aproveitamento dêsses recursos minerais.

O que significa, para a economia nacional, a exploração e industrialização dêsses minérios? Que repercussão terá na renda do Nordeste e do Estado de Sergipe, o aproveitamento integral dessas matérias-primas? São perguntas cujas respostas ainda não podem ser dadas com segurança.

Os dados técnicos disponíveis, no momento, as confirmações que estão sendo obtidas nos estudos em andamento, são, tècnicamente, favoráveis à implantação de um grande projeto industrial.

O Governador João de Andrade Garcez, que me sucedeu na Chefia do Executivo Sergipano, assinou, dias antes de deixar o Govêrno, contrato com Escritório especializado, para realização de estudo de viabilidade econômica de projeto de industrialização do potássio existente em Sergipe. Não tenho dúvida que o atual Governador Paulo Barreto de Menezes, com os propósitos que o animam e com o elevado espírito público de que é dotado, incentivará providências e medidas concretas, visando o bom êxito do empreendimento.

**O Sr. Heitor Dias** — V. Exa. me permite um aparte?

**O SR. LOURIVAL BATISTA** — Com muito prazer, nobre Senador.

**O Sr. Heitor Dias** — Quero congratular-me com V. Exa. pelos informes que traz à Casa, sôbre a riqueza do subsolo sergipano, que não interessa, apenas, ao Estado de Sergipe, mas à própria economia nacional. Quero, ainda, louvar V. Exa. pelo interêsse com que aborda o assunto, demonstrando, assim, seu aprêço, sua estima àquele grande povo, a quem a gente baiana também está ligada e a quem tanto deve na construção do progresso comum dos dois Estados.

**O SR. LOURIVAL BATISTA** — Agradeço a V. Exa., ilustre Senador Heitor Dias, o aparte. E acrescento: tenho a certeza de que o potássio e outros minérios serão explorados, dentro de breve tempo, trazendo riquezas não só para o nosso Estado, como para o Nordeste e para o Brasil.

**(Retomando a leitura.)**

Tudo leva a crer, por conseguinte, na grande possibilidade da implantação de um complexo mineral químico em Sergipe, para servir ao nosso Estado e, principalmente, ao desenvolvimento da economia brasileira.

As importações nacionais de fertilizantes potássicos evoluíram de 168.132 toneladas em 1963, para .... 313.735 toneladas em 1968, com um dispêndio de divisas da ordem de 11 milhões de dólares. Êsses quantitativos, na verdade, não são muito significativos e dificilmente justificariam, por si só, a implantação de uma unidade produtora, cujos investimentos iniciais, isto é, da fase de minera-

ção, situam-se na casa de 500 milhões de cruzeiros, podendo elevar-se êsses dispêndios até 2 bilhões e 500 milhões de cruzeiros, para a industrialização.

Há, entretanto, Senhor Presidente e Senhores Senadores, vários outros fatôres que estão sendo considerados, e fundamentam a ênfase que estou dando à exploração e industrialização dos minérios sergipanos. Passo a enumerar aquí os fatôres que justificam a presente tese:

a) o consumo nacional de fertilizantes potássicos, duplicou nos últimos cinco anos, e a taxa de crescimento da demanda tende a acelerar-se;

b) na região Centro-Sul do País, o consumo de fertilizantes, já alcança de 45 a 50 quilos por hectare, enquanto que a média nacional atinge apenas a 8 quilos por hectare;

c) o consumo de nutrientes em quilograma por hectare cultivado, é de 37,2, na Europa Ocidental, 23,3, na área Socialista, 46, nos Estados Unidos, 18,8, no Japão, e 71,4 na Austrália. Enquanto isso, o da África é de 2,3, no Oriente Médio é de 2,0 e na América Latina 5,7. Isto vem demonstrar as possibilidades do mercado Latino Americano em futuro próximo;

d) o consumo mundial de fertilizantes evoluiu de 7.500.000 toneladas em 1945, para 53.500.000 toneladas em 1970, aumentando mais de 7 vêzes em 25 anos;

e) o incremento da população, de par com o processo de desenvolvimento, há de exigir, ano após ano, maior oferta de alimentos agrícolas, o que implicará na maior demanda de fertilizantes e corretivos;

f) a gama de produtos derivados do potássio, é pràticamente inumerável;

g) a mineração dos sais de potássio, pelo fato de estar associada ao cloreto de sódio, importa em que êste virá a ter custo de mineração perto de zero.

Aí ficam alinhadas razões que militam em favor da industrialização do potássio.

Tenho, por certo, Senhor Presidente e Senhores Senadores, por essas considerações, ligeiramente apresentadas, que se os problemas de ordem técnica não forem insuperáveis, que já está plenamente justificado o empenho do Govêrno Federal, no sentido de dar aproveitamento, tão imediato quanto possível, aos recursos minerais do subsolo sergipano. Essa louvável determinação insere-se adequadamente, no esfôrço empreendido, no sentido de reduzir a inflação brasileira, a um nível compatível com o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, melhorar os níveis de vida da população.

Pesquisas realizadas revelam que cêrca de 30% da população brasileira ainda vivem em regimes subalimentar. Para corrigir essa situação, além das mudanças dos hábitos de consumo, tão propaladas, há necessidade de produzir maiores quantidades de alimentos. E isto só será possível pela adoção de uma tecnologia mais avançada, e pelo uso mais intensivo dos corretivos e fertilizantes.

A nossa produtividade agrícola é baixa e êsse fato decorre, também, de que o uso de fertilizantes no Brasil, está muito aquém dos padrões, que ensejam a colheita de maior volume por unidade cultivada.

A industrialização dos sais de potássio sergipano, por tudo isso, pelo fato de possibilitar o seu uso maior rendimento do setor agrícola, pela certeza de economizar divisas, e diversificar nossa pauta de exportação, deve merecer de todos e desta Casa, o tratamento prioritário, que vem obtendo do Chefe do Poder Executivo.

Por outro ladó, o aproveitamento das jazidas sergipanas, com vistas ao potássio, possibilitará, ainda, a recuperação do magnésio metálico e alguns derivados, através de processo eletrolítico, e o cloro, de produção paralela, poderá vir a ser utilizado em esquemas de indústria petroquímica do Nordeste, cuja prioridade já está definida. Se confirmada a existência de gás natural em volume que convenha aos esquemas econômicos, crescem as perspectivas de implantação de um complexo industrial químico em Sergipe. E, quanto ao sal-gema, pelo fato do seu custo de mineração descer a perto de zero, pode justificar a implantação de um projeto industrial, para produção de álcalis.

Dos 30% de brasileiros subalimentados, calculo que mais da metade são nordestinos, que vivem e trabalham na própria região, onde é grande a escassez de emprêgo, sofrendo, ainda, as agruras impostas pelas oscilações climáticas, que lhes reduz a produtividade, e lhes impede de realizar-se como pessoa humana. É, pois, ali que cabe o maior esfôrço do Govêrno, mas um esfôrço produtivo, planejado e conseqüente, que potencialize e crie condições, para que o desenvolvimento tenha auto-expansão. Merecem pois, por todos os aspectos, apoio total as providências articuladas pelo Govêrno do eminente Presidente Garrastazu Médici, para levar a efeito empreendimento de tamanha magnitude e capacidade germinativa.

Pelo que tenho observado, o desenvolvimento nordestino, que encontra na SUDENE seu principal escopo, vem perdendo dinamismo. A industrialização regional, pelo processo de substituição de importações do Centro-Sul, não parece ter largas perspectivas. Entendo ser necessário produzir bens para faixas próprias de consumo, e que além do mercado nacional, vise também ao exterior.

Deve-se dar prioridade à implantação de projeto, cuja garantia não dependa da isenção fiscal. A industrialização dos recursos minerais sergipanos, estou convencido, tem características que podem suprir essas deficiências, do processo de industrialização regional.

É indispensável elevar a produtividade na agricultura nordestina, porquanto tem papel fundamental na dinâmica do desenvolvimento, e isto depende também de oferta, a baixo custo, e sem oscilações de preço, dos insumos básicos para o setor, onde os fertilizantes e corretivos, são carentes e insubstituíveis.

Está, portanto, aí, não apenas uma linha de ação para a SUDENE, na formulação dos seus programas de trabalho, mais que isto, uma grande

oportunidade para investimento dos seus vultosos recursos próprios e dos oriundos do 34/18.

O estudo dos minerais sergipanos, já tem meio caminho andado. Cabe, concentrar esforços e recursos no sentido de serem conhecidos todos os seus usos, todos os produtos que dêles podem derivar, e estudar quais os projetos que oferecem maior viabilidade econômica, promovendo a sua implantação dentro de um programa de grande alcance.

Cumpre, e já, passarmos da fase de simples planos, decorrentes dos sucessos da prospeção, para a fase de realizações concretas dentro do real conhecimento das riquezas nordestinas e de suas imensas possibilidades para o progresso do Brasil. **(Muito bem! Muito bem! Palmas.)**

---

"ORDEM DO DIA" BAIXADA PELO MINISTRO DO EXÉRCITO, GAL. ORLANDO GEISEL, AO ENSEJO DAS COMEMORAÇÕES DO "DIA DA VITÓRIA", QUE SE PUBLICA NOS TÊRMOS DO REQUERIMENTO N.º 67, DE AUTORIA DO SR. SENADOR DINARTE MARIZ, APROVADO NA SESSÃO DE 26-5-71.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

**GABINETE DO MINISTRO**

**ORDEM DO DIA**

8 DE MAIO — DIA DA VITÓRIA

Comemora-se hoje o dia de 1945 que selou a derrota do totalitarismo nazi-fascista pelas armas aliadas, no teatro de guerra europeu. O Velho Continente, berço e pólo irradiador da civilização e da cultura ocidentais, revivia a paz que não soubera preservar, após sete anos dolorosamente marcados por milhares de vidas ceifadas nos campos de batalha, nas cidades arrazadas, nas ignominiosas câmaras de gás.

A celebração do acontecimento, a cada ano nesta data, tem o imperativo de prestar homenagem, de perpetuar a dívida imensurável aos que morreram para que continuassem a ter sentido os imarcessíveis princípios da liberdade, da democracia, da igualdade de direitos para raças e povos, do respeito à soberania e autodeterminação das nações.

Não foi perdido o sacrifício consciente dos heróis que tombaram por sua pátria e seus ideais, nem inútil o holocausto em massa de civis indefesos, arrebatados à vida na voragem da guerra total. Desde então e ainda hoje, são procurados, julgados e, condenados a pagarem suas culpas os mandantes e executores dos crimes nefandos perpetrados contra a humanidade, durante aquêles anos de exterminio. As armas que já tanto haviam destruído aperfeiçoaram-se a ponto de constituírem paradoxal advertência e poderoso argumento de dissuasão contra nôvo conflito generalizado. Nasceu a Organização das Nações Unidas, plenário de âmbito mundial, cujo acervo de realizações pela paz e progresso da sociedade dos homens atenua êxitos modestos na eliminação das guerras localizadas.

Da longa caminhada, até a vitória final, percorrida por todos os povos empenhados na demolição do nacional-socialismo e do fascismo, guarda a Nação Brasileira relicário precioso, ornado de exemplos edificantes para os que têm sôbre os ombros a responsabilidade maior de defesa da Pátria.

Nêle está representada, em tôda sua pujança, a fôrça coesiva da opinião nacional, alçada em clamor público de repulsa aos agressores de nossa soberania, insidiosamente ferida pelo afundamento de indefesos navios mercantes em suas próprias águas territoriais.

Ali figuram o patriotismo, a abnegação e o fervor dos que empreenderam o esfôrço de guerra, vestindo farda para atender à mobilização militar, ou oferecendo, homens e mulheres, o suor de seu trabalho, nas cidades e nos campos, em resposta ao apêlo da mobilização econômica.

Refulgem também os louros dos nossos companheiros, engalanando o peito dos heróis que voltaram e dignificando os sepulcros dos que caíram para sempre, compondo todos a legenda de glória dos combatentes irmãos de nossas três Fôrças Armadas, que ganharam a maturidade de guerreiros de escol no aprendizado cruento da luta contra experientes adversários.

Meus camaradas!

Trazendo a reverência respeitosa e a efusão de nossa gratidão aos que tornaram possível a vitória que hoje comemoramos, sirva-nos de advertência e emulação a recordação daquele passado.

Com outra roupagem e métodos, o totalitarismo comunista, igualmente incompatível com a formação cristã e o amor à liberdade do povo brasileiro, busca sustentar uma luta inexoràvelmente perdida em 31 de março de 1964. Usando a infiltração solerte, a sedução de incautos, a violência assassina, a calúnia e a mentira contra a Pátria, seus atos de crescente brutalidade revelam o desesperado estertor da agonia, ao chocar-se contra as mesmas fôrças vivas da nacionalidade, outra vez mobilizadas, no campo para êle inóspito do estupendo desenvolvimento do País.

Para fazer-lhe frente, aí está o espírito comunitário, que estimula a convivência do interêsse individual com o coletivo, dando coesão ao esfôrço de todos, em benefício de um Brasil que se agiganta e afirma aos olhos admirados do mundo. Aí está a renúncia dos que se empenham na erradicação do analfabetismo, no impetuoso rasgar de estradas, na conquista e humanização dos espaços vazios. Aí estão, corajosos, temerários, devotados, inflexíveis, incansáveis, os defensores da lei e da ordem, militares ou policiais, fazendo a doação suprema da própria vida pelo ideal democrático do povo que protegem.

Ao saudarmos a vitória de 8 de maio de 1945, elevemos nossa prece a Deus e juntemos, à lágrima de saudade pelos que morreram, ao agradecimento a todos os que viveram para que seu exemplo frutificasse, um voto ardente de integral devotamento ao dever, para que nossos filhos possam herdar intacto o legado que recebemos.

Rio de Janeiro — GB, 8 de maio de 1971. — **Orlando Geisel,** Ministro do Exército.

# ATO DO DIRETOR-GERAL

AVISO

**Concorrência Pública n.º 3/71, para implantação de Sistema de Processamento de Dados no Senado Federal, compreendendo prestação de serviços e fornecimento de equipamentos e sua instalação.**

O Senado Federal torna público, aos interessados, que abrirá as propostas relativas à prestação dos serviços acima referidos, no dia 28 (vinte e oito) de junho de 1971, às 15:00 (quinze) horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

A partir desta data, o Edital e demais elementos informativos poderão ser obtidos no Gabinete do Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal, no 2.º andar do Edifício Anexo.

Brasília, em 26 de maio de 1971. — **Evandro Mendes Vianna**, Diretor-Geral da Secretaria do Senado Federal.

# ATA DAS COMISSÕES

## COMISSÃO MISTA

**Incumbida de estudo e parecer sôbre a Mensagem n.º 44, de 1971, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional, o Projeto de Lei n.º 5, de 1971 (CN), que "altera o art. 41 da Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953, que dispõe sôbre a política nacional do petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências".**

ATA DA REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 1971

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de mil novecentos e setenta e um, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Milton Trindade, Antônio Fernandes, Wilson Campos, Helvídio Nunes, José Lindoso, Flávio Brito e Danton Jobim e os Srs. Deputados Osnelli Martinelli, Gastão Müller, Daniel Faraco, Luiz Braz, Freitas Diniz, Rubem Medina e Eloy Lenzi, realiza a sua primeira reunião, a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de estudo e parecer sôbre o Projeto de Lei n.º 5, de 1971, que "altera o art. 41 da Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953, que dispõe sôbre a política nacional do petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a sociedade por ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima, e dá outras providências".

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Srs. Senadores Arnon de Mello, Luiz Cavalcanti, Paulo Guerra e Mattos Leão e os Srs. Deputados Aureliano Chaves, Lomanto Júnior, Alpheu Gasparini e Ítalo Conti.

Em obediência às Normas Regimentais, assume a Presidência o Sr. Senador Danton Jobim, que, após declarar instalada a Comissão, manda distribuir as cédulas de votação para escolha de seus dirigentes e designa o Sr. Deputado Rubem Medina para funcionar como escrutinador.

Colhidos e apurados os votos, verifica-se o seguinte resultado:

**Para Presidente**

| | |
|---|---|
| Senador Antônio Fernandes ..... | 12 votos |
| Em Branco ..... | 1 voto |

**Para Vice-Presidente**

| | |
|---|---|
| Deputado Freitas Diniz ..... | 12 votos |
| Deputado Rubem Medina ..... | 1 voto |

Em cumprimento ao deliberado, o Sr. Presidente eventual, Senador Danton Jobim, proclama eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão, os Srs. Senador Antônio Fernandes e Deputado Freitas Diniz, e convida o primeiro a assumir a direção dos trabalhos.

Assumindo a Presidência, o Sr. Senador Antônio Fernandes, agradece em seu nome e no do Sr. Deputado Freitas Diniz a honra com que são distingüidos e designa o Sr. Deputado Aureliano Chaves para relatar o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião. Para constar, eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Secretário, lavrei a presente Ata, que, aprovada, é assinada pelo Sr. Presidente e demais membros e vai à publicação nas Seções I e II do **Diário do Congresso Nacional**. — Senador **Antônio Fernandes** — Senador **Milton Trindade** — Senador **Wilson Campos** — Senador **Helvídio Nunes** — Senador **José Lindoso** — Senador **Flávio Brito** — Senador **Danton Jobim** — Deputado **Osnelli Martinelli** — Deputado **Gastão Müller** — Deputado **Daniel Faraco** — Deputado **Luiz Braz** — Deputado **Freitas Diniz** — Deputado **Rubem Medina** — Deputado **Eloy Lenzi**.

## COMISSÃO MISTA

**Incumbida de estudo e parecer sôbre o Projeto de Lei n.º 5, de 1971, que "altera o art. 41 da Lei n.º 2.004, de 3 de outubro de 1953, que dispõe sôbre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a sociedade por ações Petróleo Brasileiro S/A, e dá outras providências".**

AVISO

1 — A Comissão receberá emendas nos dias 26 (vinte e seis), 27 (vinte e sete), 28 (vinte oito), 29 (vinte e nove),

30 (trinta), 31 (trinta e um), 1 (um) e 2 (dois), de junho de 1971.

2 — As emendas deverão ser encaminhadas ao 11.º andar do Anexo do Senado Federal, nos horários das 9:00 (nove) às 19:00 (dezenove) horas e, durante a noite, quando houver sessão em qualquer das duas casas do Congresso Nacional;

3 — Término do prazo para apresentação de emendas na Comissão: dia 2-6-71, às 19:00 (dezenove) horas.

4 — As emendas só serão recebidas quando o original vier acompanhado de três cópias.

5 — Ao término do prazo de recebimento de emendas, será aberto o prazo de 24:00 (vinte e quatro) horas constantes do § 2.º do artigo 11 do Regimento Comum, para recebimento de recursos.

6 — Durante o decorrer do citado período, haverá, na Secretaria da Comissão, plantão ininterrupto para recebê-los; e

7 — A apresentação do parecer do relator perante a Comissão dar-se-á no dia 10 (dez), de junho, às 16:00 (dezesseis) horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal.

Congresso Nacional, em 25 de maio de 1971. — Senador **Antônio Fernandes**, Presidente.

Local de funcionamento ininterrupto da Secretaria da Comissão: Diretoria das Comissões, Seção de Comissões Mistas, 11.º Andar do Anexo do Senado — Fone: 43-6667 — Ramais 303 e 310 — Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga.

COMPOSIÇAO

Presidente: Senador Antônio Fernandes

Vice-Presidente: Deputado Freitas Diniz

Relator: Deputado Aureliano Chaves

| Senadores | Deputados |
|---|---|
| ARENA | |
| 1. Arnon de Mello | 1. Aureliano Chaves |
| 2. Luiz Cavalcanti | 2. Osnelli Martinelli |
| 3. Milton Trindade | 3. Lomanto Júnior |
| 4. Paulo Guerra | 4. Gastão Müller |
| 5. Antônio Fernandes | 5. Alpheu Gasparini |
| 6. Wilson Campos | 6. Ítalo Conti |
| 7. Helvídio Nunes | 7. Daniel Faraco |
| 8. José Lindoso | 8. Luiz Braz |
| 9. Flávio Brito | |
| 10. Mattos Leão | |
| MDB | |
| 1. Danton Jobim | 1. Freitas Diniz |
| | 2. Rubem Medina |
| | 3. Eloy Lenzi |

CALENDÁRIO

**Dia 21-5-71** — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;

**Dia 25-5-71** — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

**Dias 26, 27, 28, 29, 30, 31-5, 1 e 2-6-71** — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

**Dia 10-6-71** — Reunião da comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças do Senado Federal;

**Dia 12-6-71** — Término do prazo, na Comissão.

PRAZO

Início, dia 22-5-71 e, término dia 30-6-71.

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11.º Andar — Anexo do Senado Federal — Telefone: 43-6677 — Ramais 303 e 310.

## COMISSÃO MISTA

**Incumbida de estudo e parecer sôbre o Projeto de Lei n.º 4, de 1971 (CN), que "cria a 3.ª Auditoria da 2.ª Circunscrição Judiciária Militar e dá outras providências".**

ATA DA 2.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 1971

Às dezesseis horas do dia vinte e cinco de maio do ano de mil novecentos e setenta e um, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal, sob a Presidência do Senhor Deputado José Bonifácio Neto, presentes os Senhores Senadores José Lindoso, Celso Ramos, Paulo Tôrres, Alexandre Costa, Milton Trindade e Benjamin Farah e os Senhores Deputados Osnelli Martinelli e Jorge Ferraz, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida de emitir parecer sôbre o Projeto de Lei n.º 4, de 1971 (CN), que "cria a 3.ª Auditoria da 2.ª Circunscrição Judiciária Militar e dá outras providências".

Deixam de comparecer, com causa justificada, os Senhores Senadores Mattos Leão, Heitor Dias, Augusto Franco, Osires Teixeira e Luiz Cavalcanti e os Senhores Deputados Oswaldo Zanello, Milton Brandão, Magalhães Mello, Hildebrando Guimarães, Hanequim Dantas, Francelino Pereira, Eurico Ribeiro e Brígido Tinoco.

O Senhor Presidente declara, de acôrdo com o artigo 12 do Regimento Comum, haver número regimental para iniciar a Reunião e concede a palavra ao Senhor Senador José Lindoso que solicita o adiamento para o dia 1.º de junho da apresentação de seu parecer, em virtude do prazo destinado aos trabalhos da Comissão não haver sido esgotado até aquela data.

A solicitação do Senhor Relator é aceita pelos membros presentes.

O Senhor Presidente convoca nova Reunião para às 16 horas do dia 1.º de junho no mesmo local.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião,

lavrando eu, Lêda Ferreira da Rocha, Secretária da Comissão, a presente Ata que uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Francelino Pereira
Vice-Presidente: Deputado José Bonifácio Neto
Relator: Senador José Lindoso

| Senadores | Deputados |
|---|---|
| ARENA | |
| 1. José Lindoso | 1. Osnelli Martinelli |
| 2. Mattos Leão | 2. Oswaldo Zanello |
| 3. Heitor Dias | 3. Milton Brandão |
| 4. Augusto Franco | 4. Magalhães Melo |
| 5. Celso Ramos | 5. Hildebrando Guimarães |
| 6. Osires Teixeira | 6. Hanequim Dantas |
| 7. Luiz Cavalcanti | 7. Francelino Pereira |
| 8. Paulo Tôrres | 8. Eurico Ribeiro |
| 9. Alexandre Costa | |
| 10. Milton Trindade | |
| MDB | |
| 1. Benjamin Farah | 1. Jorge Ferraz |
| | 2. Brígido Tinoco |
| | 3. José Bonifácio Neto |

CALENDÁRIO

**Dia 12-5-71** — É lido o projeto, em Sessão Conjunta;

**Dia 13-5-71** — Instalação da Comissão, escolha do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator;

**Dias 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21-5-71** — Apresentação de emendas, perante a Comissão;

**Dia 25-5-71** — Reunião da Comissão para apreciação do parecer do Relator, às 16:00 horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal;

**Dia 1-6-71** — Apresentação do parecer, pela Comissão;

**Dia 2-6-71** — Publicação do parecer;

PRAZO

Início, dia 13-5; e término dia 21-6.

Secretária — Lêda Ferreira da Rocha — Diretoria das Comissões — Seção de Comissões Mistas — 11.º Andar — Anexo do Senado Federal — Telefone: 43-6677 — Ramais 303 e 314.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

### ATA DA 9.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 1971

Às 10 horas do dia 26 de maio de 1971, na Sala das Comissões sob a presidência do Sr. João Cleofas, presentes os Srs. Celso Ramos, Lourival Baptista, Saldanha Derzi, Geraldo Mesquita, Alexandre Costa, Dinarte Mariz, Ruy Santos, Jessé Freire, Carvalho Pinto, e Danton Jobim, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Srs. Virgílio Távora, Wilson Gonçalves, Mattos Leão, Tarso Dutra, Fausto Castello-Branco, Amaral Peixoto e Franco Montoro.

É lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

Inicialmente, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Alexandre Costa que emite parecer favorável, com emenda, ao Projeto de Lei da Câmara n.º 9, de 1971, que dispõe sôbre a venda de bens imóveis, pelos Ministérios da Aeronáutica e da Marinha, sôbre a aplicação do produto da operação e dá outras providências.

A Comissão aprova o parecer.

A seguir, o Sr. Lourival Baptista solicita o pronunciamento do Senhor Ministro da Fazenda sôbre o Projeto de Decreto Legislativo n.º 7, de 1968, que mantém ato denegatório do Tribunal de Contas da União, de registro da despesa de NCr$ 1.980,00 (um mil novecentos e oitenta cruzeiros novos), em favor da Cia. Fabricadora de Papel, proveniente de fornecimento feito à Casa da Moeda.

A sugestão é aceita pela Comissão.

Finalmente, o Sr. Lourival Baptista lê parecer pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado n.º 2, de 1971, que dispõe sôbre o funcionamento dos museus, aos sábados, domingos e feriados e dá outras providências.

A Comissão aprova o parecer.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### ATA DA 11.ª REUNIÃO (ORDINÁRIA), REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 1971

Às 15 horas do dia 26 de maio de 1971, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senador Daniel Krieger, presentes os Senadores Milton Campos, Gustavo Capanema, Nelson Carneiro, José Lindoso, Wilson Gonçalves, José Sarney e Helvídio Nunes, reúne-se a Comissão de Constituição e Justiça.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senadores Accioly Filho, Emival Caiado, Antônio Carlos, Eurico Rezende e Heitor Dias.

Lida e aprovada a Ata da Reunião anterior.

Instalados os trabalhos, o Sr. Presidente dá a palavra ao Senador Gustavo Capanema que relata o Projeto de Lei da Câmara n.º 192/68: Acrescenta parágrafo ao artigo 8.º do Decreto-lei n.º 201, de 27-2-67, que dispõe sôbre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, concluindo pela sua aprovação. Submetido a discussão e votação é o parecer aprovado por unanimidade.

O Senador Helvídio Nunes apresenta parecer ao Projeto de Lei do Senado n.º 16/71 — Dispõe sôbre a representação coletiva ou individual, dos associados pertencentes às associações de classe das pensionistas do serviço

público, perante às autoridades administrativas e à Justiça Ordinária, considerando-o constitucional e jurídico. Em discussão e votação é aprovado unânimimente.

A seguir, o Senador Nelson Carneiro lê os seus pareceres às seguintes proposições: pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei da Câmara n.º 92/68 — Doa ao Município de Matelândia, Estado do Paraná, área pertencente à União, integrante do Parque Nacional da Foz do Iguaçu e dos Projetos de Lei do Senado n.ºs 20/71 — Declara de utilidade pública o Grupo de Promoção Humana — GPH, com sede no Bairro Cônego, Mun. de Nova Friburgo, Estado do Rio; 23/71 — Proíbe o trabalho noturno à empregada gestante, após o terceiro mês de gravidez; 25/71 — Atribui à Justiça do Trabalho a faculdade para determinar, em audiência, a assinatura da Carteira Profissional.

Em discussão e votação, são os pareceres aprovados, vencidos os Senadores Gustavo Capanema e José Lindoso quanto ao Projeto de Lei do Senado n.º 20/70.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

### ATA DA CENTÉSIMA-OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 1971

Aos quinze dias do mês de abril de mil novecentos e setenta e um, na sala do Gabinete do Presidente do I.P.C., presentes os Senhores Ítalo Fittipaldi, Padre Nobre, Adolpho de Oliveira, Lourival Baptista, Cattete Pinheiro, Pedro Faria, Milton Brandão, Nelson Carneiro, Passos Porto, Bento Gonçalves e Renato Azeredo, sob a Presidência do Senhor Aniz Badra, reuniu-se o Conselho Deliberativo dêste Instituto a fim de tratar de assuntos diversos. Lida e aprovada a Ata da reunião anterior, o Sr. Presidente declara empossados os Senhores Conselheiros eleitos na Assembléia de Contribuintes realizada a primeiro de abril corrente, e declara que é grande o prazer de tê-los com êle, trabalhando pelo progresso do Instituto. Esclarece que a situação do Instituto é sólida conforme ficou claro na leitura do balanço lido na Assembléia. A seguir apresenta, para **referendum** do Conselho, as operações financeiras realizadas no período compreendido entre vinte e quatro de setembro e a presente data, período êste no qual o Conselho Deliberativo não se reuniu em virtude de estarem seus membros entregues a campanha política, objetivando o retôrno ao Congresso Nacional. O Conselho referenda as operações referidas que são as seguintes: setembro de 1970: Univest S/A — Fundo de Investimento: Cr$ 16.275,00 (dezesseis mil duzentos e setenta e cinco cruzeiros); Banco do Brasil S/A — Ações — Cr$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros); Banco Mineiro do Oeste S/A — prazo fixo: Cr$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil cruzeiros); Investcred S/A — prazo fixo: Cr$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros); outubro de 1970: Banco do Estado de São Paulo S/A — prazo fixo: Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros); Banco do Estado de São Paulo S/A — reinvestimento mais juros: Cr$ 122.000,00 (cento e vinte e dois mil cruzeiros); Banco Bradesco de Investimento S/A — prazo fixo: Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros); novembro de 1970: Univest S/A — Fundo de Investimento: Cr$ 16.275,00 (dezesseis mil duzentos e setenta e cinco cruzeiros); Banco do Brasil S/A — Ações: Cr$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros); janeiro de 1971: Banco do Estado de São Paulo S/A — reinvestimento de juros: Cr$ 20.920,83 (vinte mil novecentos e vinte cruzeiros e oitenta e três centavos); Bradesco — operações Open Market: Cr$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros); Banco Nacional de Investimento S/A — prazo fixo: Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros); City Bank — Fundo de Investimento: Cr$ 50.000,00 (cinqüenta mil cruzeiros); Banco Mineiro do Oeste S/A — reinvestimento mais juros: Cr$ 124.000,00 (cento e vinte e quatro mil cruzeiros); Letras do Tesouro do Estado de Minas Gerais — reinversão: Cr$ 1.580.000,00 (um milhão quinhentos e oitenta mil cruzeiros); março de 1971: Banco do Estado de São Paulo S/A — reinversão de juros: Cr$ 20.920,83 (vinte mil novecentos e vinte cruzeiros e oitenta e três centavos); União de Bancos Brasileiros S/A — reinversão mais juros: Cr$ 160.000,00 (cento e sessenta mil cruzeiros); Univest S/A — Fundo de Investimento: Cr$ 16.275,00 (dezesseis mil duzentos e setenta e cinco cruzeiros); Bradesco — Fundo BBI: Cr$ 127.000,00 (cento e vinte e sete mil cruzeiros); Banco da Bahia S/A — reinversão mais juros: Cr$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros); Banco Mercantil de Minas Gerais S/A — reinversão mais juros: Cr$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil cruzeiros); City Bank — Fundo de Investimento: Cr$ 14.000,00 (quatorze mil cruzeiros); City Bank — Fundo de Investimento: Cr$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos cruzeiros); Banco Mineiro do Oeste de Investimento S/A — prazo fixo: Cr$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros); Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. — investimento mais juros: Cr$ 476.666,66 (quatrocentos e setenta e seis mil seiscentos e sessenta e seis cruzeiros e sessenta e seis centavos); abril de 1971: Banco do Estado de São Paulo S/A — reinversão de juros: Cr$ 20.920,83 (vinte mil novecentos e vinte cruzeiros e oitenta e três centavos); Banco de Crédito Real de Minas Gerais S/A — prazo fixo: Cr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros); Bradesco — operação Open Market: Cr$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros). Em continuação, o Sr. Presidente presta esclarecimentos sôbre a situação financeira atual do Instituto. O Sr. Cattete Pinheiro propõe que se contrate um técnico atuarial para proceder ao levantamento atuarial do I.P.C. O Sr. Bento Gonçalves sugere que o técnico seja presidido pelo Sr. Passos Porto, o que é aceito. Prosseguindo, o Conselho determina que o dia de suas reuniões será às quinta-feiras, às dez horas, mas que a próxima, em vista do feriado do dia vinte e um, será têrça-feira, dia vinte, às quinze horas. O Conselho ainda autoriza o Presidente a aplicar Cr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) do Fundo Assistencial. Finalmente, são aprovados os processos seguintes: 1.º) de Auxílio-Doença dos Senhores: José Felix de Lima, Reny de Souza Silveira Banhos, José Passos Porto, Waldemar Barbosa, Maria Iracema Saboia Fonseca, José Alves de Siqueira, Walter Caldas, Libanio

Teixeira de Albuquerque, Adylio Martins Vianna, Zualvro Gomes, Vasco de Azevedo Filho, Israel Pinheiro Filho, Maria Albertina Ribeiro, Lygia Leite Camargo, Galileu Nascimento, Oswaldo Antonio Rosa, Delcio Carlos Bastos Nogueira, Ives de Freitas, Romilda Duarte, Francisco de Assis, Dória de Araujo Bastos, Altemir Pereira Coutinho, Luiz Carlos Baby, Angelo José Varella, Nelton Zavaris, Henrique Ferreira Filho, Carlos do Carmo Moreira, Maria Thereza Lahmeyer Monteiro, Victor Hugo da Costa, José Waldemar de Alcântara e Silva, Carlos Torres Pereira, José dos Santos Freire, Guido Fernando Mondim, Fernando Marques, Milton da Silva Felix, Aroldo Carneiro de Carvalho, Oswaldo Costa Nunes Freire, Antonio Paes de Andrade, Rubem Medina, José Ruy da Silveira Lino, Elza Loureiro Gallotti, Wilson Leite Braga, João Seixas Dória, Diva Yeda Veiga de Lemos, Arlete de Souza Fialho, Petronio Ramos Figueredo, Aloisio Barbosa de Souza, Josias Ferreira Leite. 2.º) de desligamento dos Senhores: Raymundo Sant'Anna Lessa, Victor Braulio Olivetti, Guaracy Pereira, José Felix de Lima e Luiz Carlos Boros. 3.º) de inscrição dos Senhores: Ivo Lopes de Toledo, José Maria de Andrade Cordova, Maria Osias de Miranda, Amaury Gonçalves Martins, João Azevedo da Silveira, Maria Aparecida Stein Tollendal Pacheco, Ivo Teixeira Gico, Manoel Mendes Rocha, Agostinho Baptista e Basilio da Costa. 4.º) de pensão dos Senhores: Walter Pinheiro Alves, Diva Fernandes Braga, Thereza Ignez de Campos Silveira, Carlos Brasil de Araujo, Carmen Barcia de Moura Ferreira, Maria das Vitórias Oliveira de Andrade, Idalina Maria Oliveira de Andrade, Mariá de São Bernardo, Mafalda Manfrinato Brizola, Maria do Carmo Vieira, Hugo Borghi, Manoel Vieira, Germana Velloso Borges Ribeiro Coutinho, Maria da Conceição Mota Tavares, José Eduardo Machado Tavares, Gina dos Anjos Vieira, Heribaldo dos Anjos Vieira, Márcio dos Anjos Vieira, Jaqueline dos Anjos Vieira, Denise Ferraz Alves de Macedo, Carmen Nilza Cerviño de Macedo, Ana Maria Cerviño de Macedo, Isabel Cristina Cerviño de Macedo, Deborah Dodd Ferrez Alves de Macedo, Mauro de Souza Araujo, Oscar Passos, José Ramalho Burnett da Silva, Euclides Triches, Josaphat Ramos Marinho, Francisco Pessoa de Queiroz, Mario Braga Ramos, Walter Passos, Mauricio Goulart, Luiz Regis Pacheco Pereira, Bivar Olintho de Mello e Silva, Milvernes Cruz Lima, Arnaldo Rolemberg Garcez, João Inacio Ribeiro Roma, Armando de Souza Correia, José Mauricio de Andrade, Levy Gonçalves Tavares, Guilherme Machado, Milton Albino Cassel, José Richa, Janary Gentil Nunes, José Carlos Mesquita Teixeira, José Jorge Resegue, José do Rego Barros Meira de Araujo, Minoro Miyamoto, Sigefredo Pacheco, Argemiro de Figueiredo, Attilio Fontana, Jalles Machado de Siqueira, Raymundo de Souza Brito, Antonio Ezequiel Feliciano da Silva, Raul Giuberti, Abrahão Sabba, Vasco Azevedo Filho, Lauro Monteiro da Cruz, Affonso Celso Ribeiro de Castro, Edgard Agnelo Pereira, Aniz Badra, Joaquim Santos Parente, Hamilton Prado, Luiz de Medeiros Netto, José Monteiro de Castro, Oscar Cardoso da Silva, Armando Rodrigues Carneiro, Segismundo Andrade, Osni de Medeiros Regis, Flaviano Ribeiro Coutinho Filho, Paulo Pinheiro Chagas, Heraclio Moraes do Rego, Pedro Maciel Vidigal, Antonio Annibelli, Dnar Mendes Ferreira, Adalberto Tabosa de Almeida, Vicente Bezerra Neto, Adylio Martins Vianna, Último de Carvalho, Humberto Coutinho de Lucena, Floriano Lopes Rubim, Josephat Paranhos de Azevedo, Augusto Oliveira Carneiro de Novaes, André Broca Filho, Aurino do Nascimento Valois, Mem de Sá, Dirceu Cardoso, Raymundo Delmiriano Padilha, Luiz de Magalhães Melo, Cyro de Aguiar Maciel, Antonio Balbino de Carvalho Filho, Victorino de Britto Freire, José Candido Ferraz, Gilberto Marinho, Francisco de Menezes Pimentel, Edmundo Fernandes Levi, José Rollemberg Leite, Julio Cesar Leite, Rubens de Mello Braga, Joaquim Lobão da Silveira, Camilo Nogueira da Gama, Aurélio Vianna da Cunha Lima, José Feliciano Ferreira, Sebastião Archer, Benedicto Valladares Ribeiro, Juvenal Lino de Mattos, Adolpho de Oliveira Franco, Aderson Dutra de Almeida, Rubens Rodrigues Nogueira, Lyrio Bertolli, Rondon Pacheco, Ezequias Gonçalves Costa, Joaquim Correia de Melo, Wilson Roriz, Gilberto de Andrade Faria, Pedro Marão, Jorge Kalume, João Agripino Filho, Sylvestre Ferraz Egreja, Joaquim Fiuza Ramos, Theodorico Bezerra, José Pereira Lúcio, Austregésilo Ribeiro de Mendonça, Guilhermino de Oliveira, Pedro Manso Cabral, José Maria Alkmim, Walter Perachi Barcellos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a sessão às doze horas. E, para constar, eu, Alberto de Oliveira, Secretário, lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

### ATA DA 7.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 18 DE MAIO DE 1971 (*)

Às 21 horas do dia 18 de maio de 1971, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. João Cleofas, presentes os Srs. Franco Montoro, Fausto Castello-Branco, Alexandre Costa, Nelson Carneiro, Danton Jobim, Ruy Santos, Saldanha Derzi, Flávio Brito e Cattete Pinheiro, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Srs. Carvalho Pinto, Virgílio Távora, Wilson Gonçalves, Mattos Leão, Tarso Dutra, Lourival Baptista e Jessé Freire.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Franco Montoro que emite parecer favorável, concluindo por projeto de resolução, ao Ofício do Sr. Prefeito do Município de São Paulo, solicitando a competente autorização do Senado Federal para aquela Prefeitura, através da Companhia Metropolitana de São Paulo — METRÔ — possa realizar operação de empréstimo externo destinado à aquisição de material rodante, peças de reposição, equipamentos e custos da construção da Linha Norte-Sul do Metropolitano.

O parecer é aprovado, por unanimidade, pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da

Comissão, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

(*) Republicada por ter saído com incorreções no DCN de 26-5-71, (Seção II), à página 1482, primeira coluna.

## COMISSÃO DE FINANÇAS

### ATA DA 8.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 1971 (*)

Às 21 horas do dia 19 de maio de 1971, na Sala das Comissões, sob a Presidência do Sr. João Cleofas, presentes os Srs. Ruy Santos, Fausto Castello-Branco, Geraldo Mesquita, Danton Jobim, Antônio Carlos, Celso Ramos, Daniel Krieger, Franco Montoro, Tarso Dutra e Alexandre Costa, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Srs. Carvalho Pinto, Virgílio Távora, Wilson Gonçalves, Mattos Leão, Lourival Baptista, Saldanha Derzi, Jessé Freire e Amaral Peixoto.

É lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

Inicialmente, o Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Tarso Dutra que emite parecer favorável, concluindo por apresentação de projeto de resolução às seguintes proposições:

— Ofício S-16, de 1971, do Senhor Governador do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando ao Senado Federal autorização para aquêle Estado, através da Companhia Estadual de Energia Elétrica, possa realizar operação de financiamento externo com a firma Brown-Boveri Company — da Suiça, para fornecimento de materiais elétricos, destinados ao Sistema de Transformação e Transmissão Elétrica do Estado; e

— Ofício S-35, de 1970, do Senhor Governador do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando autorização ao Senado Federal para realizar operação de empréstimo externo relativo ao contrato celebrado entre a Companhia Estadual de Energia Elétrica e a Skodaexport Foreign Trade Corporation, com sede em Praga — Tchecoslováquia.

Os pareceres são aprovados pela Comissão.

Em seguida, o Sr. Ruy Santos lê parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 8, de 1971, que concede pensão especial a Mercedes Biancheri Locatelli, viúva do ex-Professor Aldo Doniele Locatelli.

A Comissão aprova o parecer.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Hugo Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

(*) Republicada por ter saído com incorreções no DCN de 26-5-71, (Seção II), à página 1.482, primeira e segunda colunas.

**MESA**

Presidente:
Petrônio Portella (ARENA — PI)

1º-Vice-Presidente:
Carlos Lindenberg (ARENA — ES)

2º-Vice-Presidente:
Ruy Carneiro (MDB — PB)

1º-Secretário:
Ney Braga (ARENA — PR)

2º-Secretário:
Clodomir Millet (ARENA — MA)

3º-Secretário:
Guido Mondin (ARENA — RS)

4º-Secretário:
Duarte Filho (ARENA — RN)

1º-Suplente:
Renato Franco (ARENA — PA)

2º-Suplente:
Benjamin Farah (MDB — GB)

3º-Suplente:
Lenoir Vargas (ARENA — SC)

4º-Suplente:
Teotônio Vilela (ARENA — AL)

**LIDERANÇA DA MAIORIA**

Líder:
Filinto Müller (ARENA — MT)

Vice-Líderes:
Antônio Carlos (ARENA — SC)
Benedito Ferreira (ARENA — GO)
Dinarte Mariz (ARENA — RN)
Eurico Rezende (ARENA — ES)
José Lindoso (ARENA — AM)
Orlando Zancaner (ARENA — SP)
Ruy Santos (ARENA — BA)

**LIDERANÇA DA MINORIA**

Líder:
Nelson Carneiro (MDB — GB)

Vice-Líderes:
Danton Jobim (MDB — GB)
Adalberto Sena (MDB — AC)

## COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini.
Local: Anexo — 11.º andar.
Telefones: 42-6933 e 43-6677 — Ramal 300.

### A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes.
Local: 11.º andar do Anexo.
Telefone: 43-6677 — Ramal 301.

### 1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Matos Leão

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| ARENA | |
| Flávio Brito | Tarso Dutra |
| Paulo Guerra | João Cleofas |
| Daniel Krieger | Fernando Corrêa |
| Antônio Fernandes | |
| Vasconcelos Torres | |
| Matos Leão | |
| MDB | |
| Amaral Peixoto | Adalberto Sena |

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.
Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

### 2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| ARENA | |
| José Guiomard | Saldanha Derzi |
| Waldemar Alcântara | Osires Teixeira |
| Dinarte Mariz | Lourival Baptista |
| Wilson Campos | |
| José Esteves | |
| Benedito Ferreira | |
| MDB | |
| Adalberto Sena | Franco Montoro |

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 313.
Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

### 3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| ARENA | |
| Daniel Krieger | Carvalho Pinto |
| Accioly Filho | Orlando Zancaner |
| Milton Campos | Arnon de Mello |
| Wilson Gonçalves | João Calmon |
| Gustavo Capanema | Matos Leão |
| José Lindoso | Vasconcelos Torres |
| José Sarney | |
| Emival Caiado | |
| Helvídio Nunes | |
| Antônio Carlos | |
| Eurico Rezende | |
| Heitor Dias | |
| MDB | |
| Nelson Carneiro | Franco Montoro |

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305.
Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

### 4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Adalberto Sena

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| ARENA | |
| Dinarte Mariz | Paulo Tôrres |
| Eurico Rezende | Luiz Cavalcanti |
| Cattete Pinheiro | Filinto Müller |
| Benedito Ferreira | Waldemar Alcântara |
| Osires Teixeira | José Lindoso |
| Fernando Corrêa | |
| Saldanha Derzi | |
| Heitor Dias | |
| Antônio Fernandes | |
| Emival Caiado | |
| MDB | |
| Adalberto Sena | Nelson Carneiro |

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.
Reuniões: têrças-feiras, às 15 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)**

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| ARENA | |
| Magalhães Pinto | Domício Gondim |
| Vasconcelos Torres | Milton Campos |
| Wilson Campos | Geraldo Mesquita |
| Jessé Freire | Flávio Brito |
| Augusto Franco | Leandro Maciel |
| Orlando Zancaner | |
| Paulo Guerra | |
| Milton Cabral | |
| Helvídio Nunes | |
| José Lindoso | |
| MDB | |
| Amaral Peixoto | Franco Montoro |

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: têrças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema
Vice-Presidente: João Calmon

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| ARENA | |
| Gustavo Capanema | Arnon de Mello |
| João Calmon | Helvídio Nunes |
| Tarso Dutra | José Sarney |
| Geraldo Mesquita | |
| Cattete Pinheiro | |
| Milton Trindade | |
| MDB | |
| Benjamin Farah | Adalberto Sena |

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)**

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas
Vice-Presidente: Virgílio Távora

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| ARENA | |
| João Cleofas | Cattete Pinheiro |
| Carvalho Pinto | Antônio Carlos |
| Virgílio Távora | Daniel Krieger |
| Wilson Gonçalves | Milton Trindade |
| Matos Leão | Dinarte Mariz |
| Tarso Dutra | Emival Caiado |
| Celso Ramos | Flávio Brito |
| Lourival Batista | Eurico Rezende |
| Saldanha Derzi | |
| Geraldo Mesquita | |
| Alexandre Costa | |
| Fausto Castello-Branco | |
| Ruy Santos | |
| Jessé Freire | |
| MDB | |
| Danton Jobim | Nelson Carneiro |

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.

Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

**8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro
Vice-Presidente: Heitor Dias

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| ARENA | |
| Heitor Dias | Wilson Campos |
| Domício Gondim | Accioly Filho |
| Paulo Tôrres | José Esteves |
| Benedito Ferreira | |
| Eurico Rezende | |
| Orlando Zancaner | |
| MDB | |
| Franco Montoro | Danton Jobim |

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Benjamin Farah

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| ARENA | |
| Arnon de Mello | Paulo Guerra |
| Luiz Cavalcanti | Antônio Fernandes |
| Leandro Maciel | José Guiomard |
| Milton Trindade | |
| Domício Gondim | |
| Orlando Zancaner | |
| MDB | |
| Benjamin Farah | Danton Jobim |

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: têrças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)**

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos
Vice-Presidente: Emival Caiado

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| ARENA | |
| Antônio Carlos | Cattete Pinheiro |
| José Lindoso | Wilson Gonçalves |
| Filinto Müller | |
| Emival Caiado | |
| MDB | |
| Danton Jobim | Adalberto Sena |

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões anexa ao Plenário.

**11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)**

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| ARENA | |
| Carvalho Pinto | Milton Cabral |
| Wilson Gonçalves | Fausto Castello-Branco |
| Filinto Müller | Augusto Franco |
| Fernando Corrêa | José Lindoso |
| Antônio Carlos | Ruy Santos |
| Arnon de Mello | Cattete Pinheiro |
| Magalhães Pinto | Jessé Freire |
| Saldanha Derzi | Virgílio Távora |
| Accioly Filho | |
| José Sarney | |
| Lourival Baptista | |
| João Calmon | |
| MDB | |
| Franco Montoro | Amaral Peixoto |
| Danton Jobim | |
| Nelson Carneiro | |

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — Ramal 307.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| ARENA | |
| Fernando Corrêa | Saldanha Derzi |
| Fausto Castello-Branco | Wilson Campos |
| Cattete Pinheiro | Celso Ramos |
| Lourival Baptista | |
| Ruy Santos | |
| Waldemar Alcântara | |
| MDB | |
| Adalberto Sena | Benjamin Farah |

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: têrças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres

Vice-Presidente: Luiz Cavalcanti

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| ARENA | |
| Paulo Tôrres | Milton Trindade |
| Luiz Cavalcanti | Alexandre Costa |
| Virgílio Távora | Orlando Zancaner |
| José Guiomard | |
| Flávio Brito | |
| Vasconcelos Torres | |
| MDB | |
| Benjamin Farah | Amaral Peixoto |

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: têrças-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| ARENA | |
| Tarso Dutra | Magalhães Pinto |
| Augusto Franco | Gustavo Capanema |
| Celso Ramos | Paulo Guerra |
| Osires Teixeira | |
| Heitor Dias | |
| Jessé Freire | |
| MDB | |
| Amaral Peixoto | Benjamin Farah |

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

| TITULARES | SUPLENTES |
|---|---|
| ARENA | |
| Leandro Maciel | Dinarte Mariz |
| Alexandre Costa | Benedito Ferreira |
| Luiz Cavalcanti | Virgílio Távora |
| Milton Cabral | |
| Geraldo Mesquita | |
| José Esteves | |
| MDB | |
| Danton Jobim | Benjamin Farah |

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

**Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito.**

**Chefe: J. Ney Passos Dantas**

**Local: 11º andar do Anexo**

**Telefone: 43-6677 — Ramal 303**

1) **Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.**

2) **Comissões Temporárias para apreciação de vetos.**

3) **Comissões Especiais e de Inquérito**

4) **Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária** (Art. 90 do Regimento Comum).

# Constituição da República Federativa do Brasil

**QUADRO COMPARATIVO**

**Volume com 328 páginas — Preço: Cr$ 8,00**

Contém, comparadas em todos os artigos:

- Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969.
- Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).
- Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

Trabalho organizado e revisto pela **Diretoria de Informação Legislativa** e impresso pelo **SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**

Os pedidos devem ser endereçados à **Fundação Getúlio Vargas** — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembôlso Postal) — **Lojas:** no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em S. Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C.P. 5534

# INELEGIBILIDADES

**LEI COMPLEMENTAR Nº 5, DE 29 DE ABRIL DE 1970**

"Estabelece, de acôrdo com a Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969, art. 151 e seu parágrafo único, casos de inelegibilidades, e dá outras providências."

ÍNDICE — LEGISLAÇÃO CITADA

**LEI Nº 5.581, DE 26 DE MAIO DE 1970**

"Estabelece normas sôbre a realização de eleições em 1970, e dá outras providências."

LEGISLAÇÃO CITADA

PREÇO: CR$ 3,00

**Trabalho elaborado, revisado e impresso pelo Serviço Gráfico do Senado Federal**

**Nota:** A distribuição desta obra foi entregue à **FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**

Os pedidos devem ser endereçados à **Fundação Getúlio Vargas** — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembôlso Postal) — **Lojas:** no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em S. Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C.P. 5534

# REFORMA AGRÁRIA

**(Obra elaborada e revisada pela DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA)**

**Três volumes com 1.115 páginas**

Legislação brasileira de *reforma* agrária, política agrícola e desenvolvimento regional contendo:

- textos integrais dos diplomas legais, a partir da Lei n.º 4.214/63 ("Estatuto do Trabalhador Rural")
- alterações, regulamentações e remissões da legislação transcrita
- ementário da legislação correlata
- histórico das leis (tramitação completa e detalhada no Congresso Nacional)
- marginália (pareceres, regimentais, portarias etc.)

A obra contém um índice cronológico da legislação e um índice por assunto de tôda a matéria, com a citação de artigos, parágrafos, itens e alíneas.

**PREÇO DOS TRES VOLUMES — Cr$ 30,00**

*Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF*

# ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**Organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins**

Explicação dos autores:

O presente trabalho, que denominamos ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, foi elaborado com a coleção de acórdãos, cujos processos versam sôbre Direito Civil e foram julgados à luz do CÓDIGO CIVIL.

Para melhor orientação e facilidade do encontro do assunto de interêsse do consulente, coordenamos um índice por ordem alfabética e outro, ao qual denominamos classificação, por ordem de artigo do Código Civil. Neste índice, vamos encontrar um mesmo artigo citado várias vêzes; isso se deve ao fato de que o julgamento, embora envolvendo o artigo "X", inclui, também, outra legislação, e, além disso, virá mostrar a uniformidade dos julgados pelo Excelso Pretório proferidos.

Compilamos os julgados por ordem numérica, não importando a espécie do processo, facilitando, assim, seu manuseio, e abaixo damos o roteiro:

| | |
|---|---|
| **I PARTE** | |
| a) Classificação, por artigo, do Código Civil | V |
| b) Legislação Complementar | CLXV |
| **II PARTE** | |
| a) Súmulas do STF aplicadas ao Código Civil | 1 |
| b) Julgamentos | 27 |
| **III PARTE** | |
| a) Índice alfabético remissivo | 389 |
| b) Índice numérico por espécie de processo | 458 |

**Preço do volume com 680 páginas em brochura ..... Cr$ 30,00**

**Preço do volume com 680 páginas, encadernado, impresso em papel bíblia ..... Cr$ 40,00**

**Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF**

Os pedidos devem ser endereçados à **FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS** — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro - GB (atende, também, pelo Serviço de Reembôlso Postal) — **Lojas:** no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C. P. 5534

# O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

## HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR N.º 7, DE 7-9-70

COMISSÃO MISTA
- — Designação de membros (DCN — 22-8-1970, pág. 464)
- — Instalação — 1ª Reunião (DCN — S. II — 22-8-1970, pág. 3.486)
- — Debates — 2ª Reunião (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- — Parecer (DCN — 3-9-1970, pág. 530)

DISCURSOS
(Na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e em Sessão Conjunta do Congresso Nacional — vide índice de oradores

DISCUSSÃO DO PROJETO
(DCN — 4-9-1970, pág. 596)

EMENDAS
(DCN — 2-9-1970, pág. 477)
- — Parecer do Relator às emendas (DCN — 3-9-1970, pág. 542)
- — Debates na Comissão Mista; votação das emendas na Comissão Mista (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- — Votação das emendas (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

LEITURA DO PROJETO
(DCN — 22-8-1970, pág. 464)

MENSAGEM Nº 13/70
Do Poder Executivo, encaminhando o Projeto à consideração do Congresso Nacional (DCN — 22-8-1970, pág. 464)

PARECER DA COMISSÃO MISTA
(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PARECER DO RELATOR
(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
- — Mensagem do Poder Executivo, solicitando que a matéria se transforme em Projeto de Lei Complementar — (DCN — S. II — 27-8-1970, pág. 3.560)

SANÇÃO
- — Lei Complementar nº 7/70 (D.O. — 8-9-1970, 1ª pág.)

SUBSTITUTIVO DO RELATOR
(DCN — 3-9-1970, pág. 558)
- — Votação em Sessão Conjunta, aprovação (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTAÇÃO DO PROJETO
(DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTOS, DECLARAÇÕES DE
(DCN — 4-9-70, pág. 617)

**Volume com 356 páginas — Preço: Cr$ 10,00**

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**

## ALTERAÇÕES À SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

**ÍNDICE GERAL:** Apresentação — Composição do Tribunal — Processos da competência do S.T.F. (Portaria nº 87) — Índice alfabético e remissivo — Súmulas alteradas (nºs 2 — 11 — 71 — 73 — 74 — 118 — 146 — 152 — 211 — 240 — 274 — 345 — 358 — 370 — 416 — 427 — e 435) — Aplicação das Súmulas nºs 473 a 551.

Volume com 324 páginas, organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins.

Preço Cr$ 25,00

## REGIMENTO INTERNO E TABELA DE CUSTAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COM ÍNDICE E LEGISLAÇÃO CITADA

**Volume com 104 páginas — Preço: Cr$ 5,00**

# REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editada pelo Senado Federal
DIRETORIA DE INFORMAÇAO LEGISLATIVA
*Direção*
LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL

NÚMEROS PUBLICADOS:

| | |
|---|---|
| — março n.º 1 (1964) | 5,00 |
| — junho n.º 2 (1964) | 5,00 |
| — setembro n.º 3 (1964) | esgotada |
| — dezembro n.º 4 (1964) | 5,00 |
| — março n.º 5 (1965) | 5,00 |
| — junho n.º 6 (1965) | 5,00 |
| — setembro n.º 7 (1965) | 5,00 |
| — dezembro n.º 8 (1965) | esgotada |
| — março n.º 9 (1966) | " |
| — junho n.º 10 (1966) | " |

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇAO LEGISLATIVA DE 1 A 10, enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar.

| | |
|---|---|
| — setembro n.º 11 (1966) | esgotada |
| — outub./novemb./dezemb. número 12 (1966) | " |
| — janeiro a junho n.ºs 13 e 14 (1967) | " |
| — julho a dezembro números 15 e 16 (1967) | 5,00 |
| — janeiro a março n.º 17 (1968) | 5,00 |
| — abril a junho n.º 18 (1968) | 5,00 |
| — julho a setembro n.º 19 (1968) | 5,00 |
| — outubro a dezembro n.º 20 (1968) | 5,00 |

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇAO LEGISLATIVA DE 1 A 20, enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar.

**ANO VI — N.º 21 — JANEIRO A MARÇO DE 1969 — 5,00**

COLABORAÇÃO

**O Direito Financeiro na Constituição de 1967**
Ministro Aliomar Baleeiro

**O Direito Penal na Constituição de 1967**
Professor Luiz Vicente Cernicchiaro

**Abuso de Poder das Comissões Parlamentares de Inquérito**
Professor Roberto Rosas

**O Tribunal de Contas e as Deliberações sôbre Julgamento da Legalidade das Concessões**
Doutor Sebastião B. Affonso

**Contrôle Financeiro das Autarquias e Emprêsas Públicas**
Doutor Heitor Luz Filho

DOCUMENTAÇÃO

**Suplência**
Norma Izabel Ribeiro Martins

PESQUISA

**O Parlamentarismo na República**
Sara Ramos de Figueirêdo

**ANO VI — N.º 22 — ABRIL A JUNHO DE 1969 — 5,00**

COLABORAÇÃO

**O Direito Processual na Constituição de 1967**
Professor Francisco Manoel Xavier de Albuquerque

**Tratamento Jurídico das Revoluções**
Doutor Clóvis Ramalhete

**O Negócio Jurídico Intitulado "Fica" e seus Problemas**
Desemb. Domingos Sávio Brandão Lima

**Dos Recursos em Ações Acidentárias**
Doutor Paulo Guimarães de Almeida

PROCESSO LEGISLATIVO

**Vetos — Legislação do Distrito Federal**
Jésse de Azevedo Barquero e Santyno Mendes dos Santos

DOCUMENTAÇÃO

**Regulamentação das Profissões — Técnico de Administração e Economista**

PESQUISA

**Capitais Estrangeiros no Brasil**
Ilvo Sequeira Batista

**ANO VI — N.º 23 — JULHO A SETEMBRO DE 1969 — 5,00**

COLABORAÇÃO

**Da Função da Lei na Vida dos Entes Paraestatais**
Deputado Rúbem Nogueira

**Do Processo das Ações Sumárias Trabalhistas**
Desemb. Domingos Sávio Brandão Lima

**Aspectos do Contrôle da Constitucionalidade das Leis**
Professor Roberto Rosas

**Disponibilidade Gráfico-Editorial da Imprensa Especializada**
Professor Roberto Átila Amaral Vieira

DOCUMENTAÇÃO

**A Presidência do Congresso Nacional — Incompatibilidades**
Sara Ramos de Figueirêdo

**A Profissão de Jornalista**
Fernando Giuberti Nogueira

**ANO VI — N.º 24 — OUTUBRO A DEZEMBRO DE 1969 — 10,00**

COLABORAÇÃO

**Inconstitucionalidade de Decretos-leis sôbre Inelegibilidades**
Senador Josaphat Marinho

**Aspectos do Poder Judiciário Americano e Brasileiro**
Professor Paulino Jacques

**Mandatum in Rem Suam**
Desemb. Domingos Sávio Brandão Lima

**Aspectos dos Tribunais de Contas**
Professor Roberto Rosas

CÓDIGOS

**CÓDIGO PENAL**

1ª parte:
I — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria.
II — Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940).
III — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969).

**CÓDIGO PENAL**

2.ª parte: Quadro Comparativo

Decreto-lei n.º 1.004/69 e Decreto-lei n.º 2.848/40 com legislação correlata.
Leyla Castello Branco Rangel

**ANO VII — N.º 25 — JANEIRO A MARÇO DE 1970 — 10,00**

HOMENAGEM

**Senador Aloysio de Carvalho Filho**

COLABORAÇÃO

**Evolução Histórica e Perspectivas Atuais do Estado**
Professor Wilson Accioli de Vasconcellos

**A Suprema Côrte dos Estados Unidos da América**
Professor Geraldo Ataliba

**A Eterna Presença de Ruy na Vida Jurídica Brasileira**
Professor Otto Gil

**X Congresso Internacional de Direito Penal**
Professôra Armida Bergamini Miotto

**A Sentença Normativa e sua Classificação**
Professor Paulo Emílio Ribeiro Vilhena

PROCESSO LEGISLATIVO

**DECRETOS-LEIS**
Jésse de Azevedo Barquero

DOCUMENTAÇÃO

**Advocacia — Excertos Legislativos**
Adolfo Eric de Toledo

CÓDIGOS

**Código de Direito do Autor**
Rogério Costa Rodrigues

**ANO VII — N.º 26 — ABRIL A JUNHO DE 1970 — 10,00**

COLABORAÇÃO

**Inconstitucionalidade do Decreto-lei sôbre Censura Prévia**
Senador Josaphat Marinho

**Sociologia das Regiões Subdesenvolvidas**
Professor Pinto Ferreira

**Poder de Iniciativa das Leis**
Professor Roberto Rosas

**O Sistema Representativo**
Professor Paulo Bonavides

CÓDIGOS

**CÓDIGO PENAL MILITAR**

1.ª parte:

I — Anteprojeto de Código Penal Militar
Autor: Ivo D'Aquino

II — Exposição de Motivos
Ministro Gama e Silva

2.ª parte:

Quadro Comparativo — Decreto-lei n.º 1.001, de 21-10-1969 — Decreto-lei n.º 6.227, de 24-1-1944
Ana Valderez Ayres Neves de Alencar

**CÓDIGO DE PROCESSO PENAL MILITAR**

**LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR**

**JUSTIÇA MILITAR E SEGURANÇA NACIONAL**

**EMENTARIO DE LEGISLAÇÃO**

**ANO VII — N.º 27 — JULHO A SETEMBRO DE 1970 — 10,00**

APRESENTAÇÃO

**Simpósio de Conferências e Debates Sôbre o Nôvo Código Penal e o Nôvo Código Penal Militar**

**Punição da Pirataria Marítima e Aérea**
Professor Haroldo Valladão

**Visão Panorâmica do Nôvo Código Penal**
Professor Benjamin de Moraes

**A Menoridade e o Nôvo Código Penal**
Professor Allyrio Cavallieri

**Inovações da Parte Geral do Nôvo Código Penal**
Professor Rafael Cirigliano Filho

**Desporto e Direito Penal**
Jurista Francisco de Assis Serrano Neves

**Dependência (Toxicomania) e o Nôvo Código Penal**
Professor Oswaldo Moraes de Andrade

**O Nôvo Código Penal Militar**
Professor Ivo D'Aquino

**Aspectos Criminológicos do Nôvo Código Penal**
Professor Virgílio Luiz Donnici

**A Medicina Legal e o Nôvo Código Penal**
Professor Olímpio Pereira da Silva

**Direito Penal do Trabalho**
Professor Evaristo de Moraes Filho

**O Nôvo Código Penal e a Execução da Pena**
Doutor Nerval Cardoso

**Direito Penal Financeiro**
Professor Sérgio do Rego Macedo

**Os Crimes Contra a Propriedade Industrial no Nôvo Código Penal**
Professor Carlos Henrique de Carvalho Fróes

**A Civilização Ocidental e o Nôvo Código Penal Brasileiro**
Jurista Alcino Pinto Falcão

**ANO VII — N.º 28 — OUTUBRO A DEZEMBRO DE 1970 — 10,00**

ÍNDICE

COLABORAÇÃO

**A Administração Indireta no Estado Brasileiro**
Professor Paulino Jacques

**O Papel dos Tribunais de Contas e o Desenvolvimento Nacional**
Professor José Luiz Anhaia Mello

**O Impôsto Único sôbre Minerais e a Reforma Constitucional de 1969**
Dr. Amâncio José de Souza Netto

**Problemas Jurídicos da Poluição do Som**
Desembargador Gervásio Leite

**O Direito Penitenciário — Importância e Necessidade do seu Estudo**
Professôra Armida Bergamini Miotto

**Regime Jurídico dos Militares do Distrito Federal**
Dr. José Guilherme Villela

**O Direito não é, está sendo**
Doutor R. A. Amaral Vieira

PROCESSO LEGISLATIVO

**Algumas Inovações da Emenda Constitucional n.º 1/69**
Diretoria de Informação Legislativa

PESQUISA

**Júri — A Soberania dos Veredictos**
Ana Valderez Ayres Neves de Alencar

ARQUIVO HISTÓRICO

**Documentos sôbre o Índio Brasileiro (1500—1822) — 1.ª parte**
Leda Maria Cardoso Naud

Os pedidos devem ser endereçados à **Fundação Getúlio Vargas** — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembôlso Postal) — **Lojas:** no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 — C.P. 5534.

# LEGISLAÇÃO DO GOVÊRNO REVOLUCIONÁRIO

## Coleção de Decreto-leis n.°s 1 a 318 do Govêrno Castello Branco e Legislação Correlata

**4 volumes em um total de 2.096 páginas — Preço em brochura Cr$ 40,00 — encadernada Cr$ 80,00**

**(Obra elaborada pela Diretoria de Informação Legislativa, composta e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal.)**

**ATOS INSTITUCIONAIS — ATOS COMPLEMENTARES — DECRETOS-LEIS E LEGISLAÇÃO CITADA OU REVOGADA — ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO — GOVÊRNO COSTA E SILVA E DOS MINISTROS MILITARES RESPONDENDO PELA PRESIDÊNCIA**

**1º VOLUME CONTENDO 268 PÁGINAS**

ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 1 A 4
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 1 A 37
DECRETOS-LEIS Nºs 319 A 347 E LEGISLAÇÃO CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

**Preço: Cr$ 10,00**

**2º VOLUME CONTENDO 314 PÁGINAS**

ATO INSTITUCIONAL Nº 5
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 38 A 40
DECRETOS-LEIS Nºs 348 A 409 E LEGISLAÇÃO CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

**Preço: Cr$ 10,00**

**3º VOLUME CONTENDO 304 PÁGINAS**

ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 6 E 7
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 41 A 50
DECRETOS-LEIS Nºs 410 A 480 E LEGISLAÇÃO CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

**Preço: Cr$ 10,00**

**4º VOLUME CONTENDO 490 PÁGINAS**

ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 8 E 9
ATO COMPLEMENTAR Nº 51
DECRETOS-LEIS Nºs 481 A 563 E LEGISLAÇÃO CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

**Preço: Cr$ 15,00**

**5º VOLUME CONTENDO 336 PÁGINAS**

ATO INSTITUCIONAL Nº 10
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 52 A 56
DECRETOS-LEIS Nºs 564 A 664 E LEGISLAÇÃO CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

**Preço: Cr$ 10,00**

**6º VOLUME CONTENDO 488 PÁGINAS**

ATO INSTITUCIONAL Nº 11
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 57 A 62
DECRETOS-LEIS Nºs 665 A 804 E LEGISLAÇÃO CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

**Preço: Cr$ 15,00**

**7º VOLUME CONTENDO 290 PÁGINAS**

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1
ATOS INSTITUCIONAIS Nºs 12 A 17
ATOS COMPLEMENTARES Nºs 63 A 67
DECRETOS-LEIS Nºs 805 A 851 E LEGISLAÇÃO CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

**Preço: Cr$ 10,00**

**8º VOLUME CONTENDO 318 PÁGINAS**

DECRETOS-LEIS Nºs 852 A 941 E LEGISLAÇÃO CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

**Preço: Cr$ 10,00**

**9º VOLUME CONTENDO 364 PÁGINAS**

DECRETOS-LEIS Nºs 942 A 1.000 E LEGISLAÇÃO CITADA, COM ÍNDICES CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

**Preço: Cr$15,00**

**NOTA: Decreto-lei nº 1.000 — "Dispõe sôbre a execução dos serviços concernentes aos "Registros Públicos" estabelecidos pelo Código Civil e legislação posterior", acompanhado de índices resumido e por assunto.**

**TRABALHO ELABORADO PELA EQUIPE DE COMPILADORES DO SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL, SOB A SUPERVISÃO DO DES. MANUEL JOSÉ MACHADO BARBUDA**

Os pedidos devem ser endereçados à **Fundação Getúlio Vargas** — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro-GB (atende, também, pelo Serviço de Reembôlso Postal) — **Lojas:** no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2 029 — C.P. 5534.

**Faça sua assinatura do**

# DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

**SEÇÃO II**

---

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, **PAGÁVEIS EM BRASÍLIA**, A FAVOR DO

## SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

**Praça dos Três Podêres**

Caixa Postal 1.503 Brasília — DF

---

**PREÇOS DAS ASSINATURAS:**

**Via Superfície:**
Semestre ..... Cr$ 20,00
Ano ..... Cr$ 40,00

**Via Aérea:**
Semestre ..... Cr$ 40,00
Ano ..... Cr$ 80,00